

# 16. CECUT<sup>®</sup>

LUTA, DIREITOS E DEMOCRACIA  
QUE TRANSFORMAM

*Vidas!*



## Caderno de Resoluções

**CUT** 39 ANOS  
SÃO PAULO

**CUT** 40 ANOS

Este caderno não será impresso

# Direção Estadual da CUT-SP

## Gestão 2023-2027

Nome	Cargo	Ramo
Raimundo Souza Suzart Lima	Presidente	Químico
Ivone Maria da Silva	Vice-presidenta	Financeiro
Daniel Bispo Calazans	Secretário-Geral	Metalúrgico
Douglas Martins Izzo	Secretário de Administração e Finanças	Educação
Belmiro Aparecido Moreira	Secretário de Comunicação	Financeiro
Telma Aparecida Andrade Victor	Secretária de Formação	Educação
Rosana Aparecida da Silva	Secretária de Combate ao Racismo	Educação
Joice Jaqueline Lopes dos Santos	Secretária da Juventude	Transportes
Márcia Regina Gonçalves Viana	Secretária da Mulher Trabalhadora	Vestuário
Edna de Almeida Santos	Secretário de Relações do Trabalho	Construção Civil
Osvaldo da Silva Bezerra - Pipoka	Secretário de Mobilização	Químico
Edson Bertoldo da Silva	Secretário de Políticas Sociais	Comércio e Serviços
Valdeci Henrique da Silva -Verdinho	Secretário de Saúde do Trabalhador	Metalúrgico
Solange Cristina Ribeiro	Secretária de Meio Ambiente	Municipais
Hélcio Aparecido Marcelino	Secretário de Organização e Política Sindical	Saúde e Seguridade Social
Carlos Eduardo Fábio - Índio	Secretário de Cultura	Urbanitário
Vívia Alves Martins	Secretária de Assuntos Jurídicos	Municipais
Luana Moraes Vieira – Luana Bife	Direção Executiva	Municipais
Almir Rogério da Silva – Mizito	Direção	Saúde e Seguridade Social
André Pereira Rodrigues	Direção	Químico
Antonio Ribeiro Pinto Netto	Direção	Financeiro
Ari Algaba de Godoi Júnior	Direção	Financeiro
Djalma Maria Prado	Direção	Municipais
Edinaldo Henrique Ferreira	Direção	Metalúrgicos
Francisco França da Silva	Direção	Transportes
Inês Granada Pedro	Direção	Administração Pública Federal
João Batista Nazareth Júnior	Direção	Educação
Kátia Aparecida dos Santos Araújo	Direção	Saúde e Seguridade Social
Kelly Benedita Domingos	Direção	Comércio e Serviços
Luciana de Freitas Telles Peres	Direção	Municipais
Márcio de Paula Cruz – Bob	Direção	Químico
Maria do Amparo Travasso Ramos	Direção	Metalúrgico
Nilcéa Fleury Victorino	Direção	Educação
Patrícia Santos Plens	Direção	Educação
Ritchie Soares Barbosa Martins	Direção	Municipais
Rosana Gazzola Favaro	Direção	Urbanitários

## SUBSEDES DA CUT-SP

Cleide E. Tameirão de Almeida	Coordenadora da Subsede ABC	Transporte
Sandra Arces Delgado	Coordenadora da Subsede Araçatuba	Educação
Carlos Alberto Gomes Riesco	Coordenador da Subsede Baixada Santista	Educação
Flavio Coutinho	Coordenador da Subsede Bauru	Vestuário
Agenor Soares	Coordenador da Subsede de Campinas	Urbanitários
José Rogério Vieira	Coordenador da Subsede de Guarulhos	Transporte
Joice Jaqueline Lopes dos Santos	Coordenadora da Subsede Itapeva	Transporte
Douglas Kazuyume Yamagata	Coordenador da Subsede Jundiaí	Financeiro
Arlindo Rodrigues da Cruz Junior	Coordenador da Subsede Marília	Saúde e Seguridade
Kátia Aparecida dos Santos Araújo	Coordenador da Subsede Mogi das Cruzes	Saúde e Seguridade
Cesar Augusto Macedo	Coordenador da Subsede Ourinhos	Municipais
Elisângela Alves Calmon dos Santos	Coordenador da Subsede Osasco	Educação
Paulo Roberto Índio do Brasil	Coordenador da Subsede Presidente Prudente	Saúde e Seguridade
Edson Carlos Fedelino	Coordenador da Subsede Ribeirão Preto	Saúde e Seguridade
Edinaldo Henrique Ferreira	Coordenador da Subsede São Carlos	Metalúrgico
Amarildo Pessoa de Araujo	Coordenador da Subsede São José do Rio Preto	Educação
Antônio Sergio Silvana de Moraes	Coordenador da Subsede Sorocaba	Transporte
José Carlos de Souza	Coordenador da Subsede Vale do Paraíba	Transporte
Ari Algaba de Godoi Júnior	Coordenador da Subsede Vale do Ribeira	Financeiro

# SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>05</b>
<b>Conjuntura Internacional.....</b>	<b>07</b>
<b>Conjuntura Nacional.....</b>	<b>11</b>
<b>A Estratégia da CUT .....</b>	<b>14</b>
<b>Conjuntura Estadual (SP).....</b>	<b>36</b>
<b>Estratégia da CUT São Paulo .....</b>	<b>41</b>
· Sustentabilidade financeira.....	41
· Interiorização da CUT no estado de São Paulo.....	41
· Criação e fortalecimento dos comitês populares de luta.....	42
· Brigadas Digitais.....	42
· A luta para aprovação de leis sobre direitos humanos e empresas.....	42
· Meio ambiente.....	43
· Aposentados, aposentadas, pensionistas, idosos e idosas.....	44
· Ramo rural.....	45
· Ramo da Comunicação.....	46
· Macrossetor da indústria CUT.....	47
<b>Plano de Lutas.....</b>	<b>49</b>
<b>Balanço da Gestão da CUT-SP.....</b>	<b>54</b>
. Secretarias (2019 a 2023).....	54
. Subsedes (2020 a 2023).....	74
<b>Contribuições ao debate.....</b>	<b>91</b>
<b>Contribuições dos ramos e sindicatos.....</b>	<b>95</b>
<b>Moções.....</b>	<b>112</b>



# APRESENTAÇÃO

A gestão 2019-2023 da direção da CUT-SP teve imensos desafios ao longo dos últimos quatro anos, porém, a luta pela manutenção da democracia e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras manteve-se firme. Realizar o 16º CECUT SP após várias atrocidades cometidas pelo governo Bolsonaro, com ataques à democracia e aos movimentos sociais, nos trouxe uma nova perspectiva sobre os rumos que a CUT deve seguir nos próximos 4 anos.

Nacionalmente, conseguimos reeleger o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, após o período de prisão injusta, retorna ao governo federal para garantirmos a democracia no país, bem como para voltarmos a gerar emprego e renda com responsabilidade socioambiental. Por outro lado, no Estado de São Paulo, os paulistas trocaram os governos PSDB por outro governo ainda mais conservador e vinculado ao bolsonarismo, um governo cuja prioridade é atacar as empresas públicas e privatizá-las a toque de caixa.

Nesse sentido, o 16º CECUT-SP teve por objetivo discutir as estratégias políticas e organizativas da central, aprovar um plano de lutas e ações coerentes com nossos desafios mais imediatos, além de promover o debate sobre questões nacionais encaminhadas ao debate no 14ª CONCUT.

O 16º CECUT-SP ocorreu na cidade de Praia Grande (SP) e contou com a participação de 629 delegados e delegadas de todo o Estado de São Paulo: a participação de delegados e delegadas provenientes de sindicatos de diversos ramos e categorias enriqueceu os debates a partir das muitas perspectivas e experiências dadas pelos diferentes territórios e bases sindicais mobilizadas.

Houve, ainda, a participação de parlamentares, líderes partidários, de movimentos sociais e de centrais sindicais. Foram realizadas 10 mesas em que, além da eleição e posse da nova Direção eleita para a Gestão 2023-2027, se discutiu diversos temas e estratégias de importância não somente para a Central, mas para a sociedade como um todo, dentre tais temas destacamos: Análise de Conjuntura, Projeto de Comunicação para a Sociedade; Reforma Administrativa, Fiscal e Tributária; Reforma Fiscal, Terceirização e Desmonte do Estado; Projeto de Negociação Coletiva – Terceirização: indústria, campo e cidade. Os debates e encaminhamentos realizados mantiveram todos os delegados e delegadas com o permanente foco na luta, algo de suma importância para a Central Única dos Trabalhadores enquanto protagonista das lutas de classes no país. Por fim, o CECUT contou com a comemoração dos 40 anos da CUT, momento histórico para a organização da classe trabalhadora.

A CUT-SP continuará na luta incessante pela manutenção dos serviços públicos estaduais, pela garantia de empregos decentes e com salários justos, pela organização da classe trabalhadora no estado paulista e pelo enfrentamento à extrema direita.

Os textos de Conjuntura, Estratégia, Plano de Lutas, Balanço e Contribuições que os leitores e leitoras encontrarão aqui expressam as discussões realizadas pela direção plena da CUT-SP, enriquecida pela intensa participação de toda a base cutista estadual.

Somos fortes, somos CUT!

**Coordenação do 16º Congresso Estadual da CUT-SP**



# CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. O ano de 2023 começou sob o signo de uma guerra no coração da Europa, que já dura mais de um ano, desde a invasão da Ucrânia por tropas russas em 22 de fevereiro de 2022. Conflito que acontece em um cenário caracterizado pela crise estrutural do sistema capitalista, a erosão das democracias e a ascensão de movimentos e líderes autoritários de extrema-direita, a emergência climática, assim como outras guerras espalhadas pelo planeta e os consequentes fluxos migratórios e de refugiados.
2. Na economia, esse quadro é marcado pela financeirização do capital; o avanço da automação, da inteligência artificial e do trabalho mediado por plataformas digitais e aplicativos; o sucateamento e a restrição do acesso a serviços públicos e bens universais; além do desemprego estrutural, a desregulamentação e a flexibilização de direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais; o achatamento dos salários e a deterioração das condições de vida; o agravamento da pobreza, da fome e da miséria, assim como da desigualdade econômica e social.
3. A crise climática, por sua vez, se agrava ainda mais. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) alerta que o ritmo atual das ações globais para estabilizar a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera é insuficiente. O documento enfatiza que a humanidade está em uma posição crítica, e a janela para limitar o aquecimento global a 1,5°C até o final do século – e evitar, dessa forma, o colapso climático do planeta – está rapidamente se estreitando. Para alcançar essa meta, as emissões globais precisam ser reduzidas pela metade até 2030 e em 99% até 2050 – sendo que o próprio relatório destaca que os atuais níveis de financiamento para ações climáticas são inadequados e insuficientes. E, como o movimento sindical tem alertado, o adiamento dessas ações impactará de forma ainda mais grave populações vulneráveis e trabalhadoras e trabalhadores do Sul Global.
4. Ainda nesse cenário, as tensões e a polarização crescente entre Estados Unidos e China, que já vinham escalando desde a ascensão econômica da China e a potencial ameaça à hegemonia econômica estadunidense, ganham cada vez mais relevância e se consolidam como um dos elementos mais estruturantes da geopolítica internacional – uma disputa por influência mundial que não se limita mais ao comércio e agora abrange áreas como política, economia, tecnologia e defesa.
5. Em termos comerciais, a China, hoje, é a maior potência do planeta. Suas exportações representam 14% do mercado internacional e somaram, em 2022, mais de US\$ 3,5 trilhões. Os Estados Unidos, segundo colocado no ranking, exportou US\$ 1,5 trilhão a menos que os chineses. Desde Trump, os Estados Unidos tentaram reagir a esse panorama dando início a uma guerra comercial entre os dois países por meio da imposição de sobretaxas sobre diversos bens de origem chinesa, sobretudo na área de tecnologia e de semicondutores – iniciativa que levou Pequim a também sobretaxar produtos estadunidenses.
6. Era uma questão de tempo para que essas disputas comerciais se desdobrassem no terreno militar – especialmente na Ásia-Pacífico, região estratégica e vital para os planos econômicos e militares da China. Ainda em 2021, Estados Unidos, Austrália e Reino Unido anunciaram o chamado acordo Aukus – que tem como objetivo armar a Austrália com submarinos de propulsão nuclear. O governo Biden também firmou novos acordos com Japão,

Filipinas e com os países do chamado Quad, grupo que inclui os próprios Estados Unidos, além do Japão, da Austrália e da Índia. O Japão, por sua vez, anunciou um plano militar de US\$ 320 bilhões – o maior reforço em seu orçamento militar desde a Segunda Guerra Mundial. Todo esse cenário se soma ao já conhecido estresse na península coreana e as crescentes tensões relacionadas à questão de “uma só China” e Taiwan.

7. No Oriente Médio, outra região fundamental no tabuleiro da geopolítica internacional, a China obteve uma significativa vitória ao mediar o acordo entre a Arábia Saudita e o Irã para restabelecer seus laços diplomáticos após sete anos de relações rompidas – rivalidade que tem moldado, em grande parte, a política e o comércio no Oriente Médio. E tudo isso ocorre em um momento que, em Israel, Netanyahu caminha ainda mais para a extrema-direita, enfrenta uma série de protestos populares e perde apoio, inclusive, do governo Biden.
8. Na medida em que as relações Estados Unidos e Rússia vinham de um longo processo de deterioração e que China e Rússia anunciaram em meados de 2022 uma “parceria sem limites”, a Guerra da Ucrânia tem sérias implicações no cenário tratado até aqui. Como em todos os grandes conflitos armados, a Guerra na Ucrânia atinge de maneira ainda mais perversa as trabalhadoras e os trabalhadores dos países envolvidos – assim como também se intensificam a violência e os abusos contra mulheres e minorias étnico-raciais.
9. As causas da guerra são complexas: a expansão da Otan no Leste Europeu e a menção da Organização em adicionar Ucrânia e Geórgia como países membros; a aproximação da Ucrânia com o Ocidente e a possibilidade de o país integrar a União Europeia; a anexação da Crimeia em 2014 e os massacres sofridos pelas populações de maioria russa nas províncias de Donetsk e Luhansk – regiões reconhecidas como independentes por Moscou.
10. Compreender a complexidade desse cenário exige, portanto, condenar o uso da força militar pela Rússia e a violação da soberania territorial da Ucrânia, além de igualmente condenar a responsabilidade do Ocidente, por meio da OTAN, nesse episódio e relembrar suas inúmeras guerras ilegais e conflitos patrocinados ao redor do mundo.
11. Atualmente, em um impasse militar, nem a Rússia, nem a Ucrânia parecem ter condições de alcançar uma vitória decisiva na guerra em andamento. No entanto, ambos os lados não parecem dispostos a uma efetiva negociação de paz – que envolveria concessões mútuas – e apostam em uma, até aqui, improvável vitória militar definitiva.
12. Desde o primeiro momento, a CUT, por considerar que essa guerra não é um conflito dos povos russo e ucraniano e tampouco interessa aos trabalhadores e trabalhadoras de todo mundo, tomou a posição de “Não à Guerra”. Essa é uma guerra por disputa de mercados – petróleo, gás, matérias primas – e que envolve, de um lado, os interesses de uma oligarquia capitalista instalada na Rússia, e de outro os interesses estratégicos dos EUA que, via OTAN, arrasta os governos europeus para o conflito – cenário que acaba por prolongar a guerra e impedir o início das negociações de paz.
13. O presidente Lula tem manifestado a posição brasileira contra a guerra e tem desenvolvido esforços diplomáticos para o fim das hostilidades. A CUT apoia todos os esforços do governo brasileiro para pôr um fim à essa guerra, bem como incide nos foros internacionais em que participa (CSI, OIT etc.), no mesmo sentido. Mais do que nunca um cessar fogo imediato e a negociação de um processo de paz duradouro e efetivo são urgentes e indispensáveis.
14. Todas essas tensões entre as grandes potências e a guerra na Europa ampliaram o risco de escaladas imprevisíveis, colocando em perigo a estabilidade política e econômica mundial e exacerbando os efeitos negativos da ainda inconclusa crise econômica de 2008 e da pandemia



de COVID-19 sobre a economia global, as cadeias globais de produção, os sistemas de saúde, o abastecimento de energia e a segurança alimentar. Além disso, uma nova corrida armamentista fez com que os orçamentos militares explodissem, pressionando as finanças estatais e os serviços públicos em diversos países. Dessa forma, na maior parte do mundo, a classe trabalhadora sofre com os impactos dessa precarização dos serviços públicos e com a inflação e o aumento do custo de vida.

15. Essa deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, no entanto, não é nova. Desde 2008, na medida em que a situação econômica ia se agravando, uma importante mudança na relação esquerda-direita foi se constituindo. A brutal desigualdade econômica e social e o consequente empobrecimento da classe trabalhadora parecem ser o cenário ideal para que o discurso de ódio e de ressentimento da extrema-direita sejam vendidos como solução para o desalento e a insegurança que amplos setores sociais estão vivenciando.
16. É dessa forma que a extrema-direita tem hegemonizado todo o campo da antiga “direita tradicional” – em um processo que vem desde o Brexit, passa pelas eleições de Trump e Bolsonaro, mas que desde então se espalha por todas as regiões do mundo. Extrema-direita que também se beneficiou da falta de regulamentação das redes sociais e do seu modelo de negócios baseado na monetização de conteúdos extremistas e na propagação de desinformação, Fake News e discursos de ódio. Enquanto a esquerda e as forças políticas comprometidas com a democracia atuam nas redes sociais no campo das ideias e dos argumentos, a extrema direita mobiliza afetos e instiga medo, ódio e preconceitos – sentimentos que mobilizam mais engajamento, ampliando os lucros das *big techs*, mas que corroem a democracia e reforçam a ascensão do fascismo.
17. Nesse contexto, e mesmo diante dos ataques sofridos, os sindicatos e os movimentos sociais e populares reagem com mais força – como no continente europeu, onde os gastos militares em alta desviam recursos dos serviços públicos e dos salários. Na França, os trabalhadores e trabalhadoras lutam há meses contra a Reforma da Previdência de Emmanuel Macron. Na Alemanha, viveu uma greve geral de trabalhadores e trabalhadoras dos transportes – aéreo, terrestre e ferroviário – por aumento de salários frente à alta da inflação. Já no Reino Unido, acompanhamos a maior greve da história de seu sistema de saúde, chamado Serviço Nacional de Saúde (NHS). Nos últimos meses, greves e mobilizações massivas também aconteceram na Espanha, Grécia, Itália entre outros países.
18. Tudo isso não ocorre por acaso. Segundo um recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em apenas três meses do ano passado, a crise global do custo de vida levou 71 milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento à pobreza – um choque drasticamente mais rápido do que o da pandemia de COVID-19. Já em um documento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que o mundo vive o maior aumento no custo de vida em um século. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu último “Relatório Mundial sobre Salários 2022-2023”, os salários mensais diminuíram 0,9% em termos reais no primeiro semestre de 2022; a primeira vez neste século que o crescimento do salário real global foi negativo.
19. Essa é uma crise global e, na América Latina e Caribe, ela é ainda mais aguda. Segundo um informe conjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Programa Mundial de Alimentos (PMA) “o número de pessoas que sofrem de fome na região aumentou em 13,2 milhões, para 56,5 milhões”. Já o relatório anual da OIT para a região aponta que o índice de desemprego deve permanecer em torno de 7%. Empregos informais, de baixa qualidade e renda insuficiente ainda são predominantes na região, o que impacta negativamente os trabalhadores/as e suas famílias. Além disso, a inflação regional tem afetado a renda real dos

trabalhadores/as, causando uma perda no poder de compra dos salários médios e mínimos.

20. Ainda sobre a América Latina devemos acompanhar com atenção a segunda onda de governos progressistas na região. Em primeiro lugar, comparativamente com a primeira onda, a esquerda não está mais polarizando com a direita, mas com a extrema-direita e seu projeto fascista. Em segundo lugar, se a primeira onda se baseou em uma economia primário-exportadora, precisamos considerar uma transição justa para alternativas mais sustentáveis para o próximo ciclo. Além disso, é fundamental – apesar das profundas diferenças entre os diferentes modelos de governos, forças políticas progressistas e os próprios países da região – reforçar e reconstruir mecanismos e instituições de integração regional, tanto entre as forças progressistas, quanto iniciativas entre os Estados.
21. Nesse sentido, o governo Lula, depois do desastre bolsonarista – que transformou o país em pária internacional – vem resgatando processos de integração política, comercial e de infraestrutura com os países vizinhos. O nosso país retornou para a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e para a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e tem investido no fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) enquanto união aduaneira.
22. O Brasil também retomou o Fundo Amazônia e tem articulado – junto com a Colômbia de Gustavo Petro – iniciativas de integração regional Pan-Amazônia, tais como a proposta de rearticulação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a própria candidatura da cidade de Belém, no estado do Pará, para sediar a COP 30.
23. Lula também já esteve na Argentina, visitou Biden na Casa Branca, foi para a China de Xi Jinping e para os Emirados Árabes – totalizando R\$ 62 bilhões apenas em investimentos chineses e emiradenses. Na China, em que a CUT, junto com outras centrais sindicais, integrou a delegação brasileira. Os entendimentos envolvem o desenvolvimento de tecnologias, intercâmbio de conteúdos de comunicação e ampliação das relações comerciais e estratégicas entre os dois países. Além disso, o Brasil participou como convidado na reunião do G7 que ocorreu em maio, no Japão.
24. A CUT apoia os esforços do governo Lula para resgatar a imagem do país no exterior, fortalecer os organismos multilaterais, enfrentar as mudanças climáticas e investir não só na integração da América Latina, mas também nas nossas relações com o Sul Global, sobretudo com a África, e com os BRICS<sup>1</sup> – cujos países representam mais de 40% da população mundial e 1/4 do PIB global e que desde abril desse ano tem, na presidência do seu Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), a ex-presidenta Dilma Rousseff. Uma política externa ativa e altiva que se relacione com os países ricos de igual para igual, respeitando nossa soberania e interesses nacionais.
25. Diante desse cenário e seus inúmeros desafios, defendemos um sindicalismo internacional com- prometido com as lutas contra todas as formas, novas e antigas, de exploração de capital, mas também com aquelas por reconhecimento cultural, de raça, geracional, orientação sexual e identidade de gênero. Um mundo de paz, com respeito à soberania e à autodeterminação dos povos e livre do preconceito, da xenofobia e da mercantilização das pessoas, da natureza e de todas as esferas sociais.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para designar o grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

## CONJUNTURA NACIONAL

26. Eleito por uma coligação de forças da direita e da extrema direita e com apoio do grosso do empresariado, em processo eleitoral manipulado, em que Lula foi impedido de competir pela ação ilegal da Lava-jato, o governo Bolsonaro deixou um lastro de destruição jamais visto na história brasileira. Foram quatro anos de desmonte, pilhagem do Estado e destruição das políticas públicas, de ataques às instituições democráticas e tentativas de golpe, de corrupção e desmando, de armamento descontrolado da população civil e aliança com milícias, de cooptação de militares e politização das forças armadas, disseminação do ódio e *fake news* contra adversários nas redes sociais e do avanço de valores conservadores, em grande parte propagados pelas igrejas neopentecostais.
27. Foi um período de baixo crescimento econômico em que a imposição do teto dos gastos restringiu os investimentos públicos e de volta ao mapa da fome, de aumento das desigualdades e da concentração de renda. Ao contrário da prometida “ponte para o futuro e da modernização das relações de trabalho”, a antirreforma trabalhista de Michel Temer e sua ampliação por medidas de Bolsonaro produziram o aumento de situações de trabalho análogas ao trabalho escravo, o aumento do desemprego e do trabalho informal e a intensificação do trabalho precário. Esses ataques aos direitos trabalhistas foram acompanhados de ataques à organização sindical e à negociação coletiva, colocando o movimento sindical na defensiva e a CUT numa luta de resistência em prol dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. Já no início do governo de Jair Bolsonaro, a contrarreforma da Previdência acentuou os ataques aos direitos sociais de nossa classe.
28. Apesar das pressões e da situação adversa, o movimento sindical CUTista apresentou propostas emergenciais de proteção ao emprego e de normas de proteção do trabalho durante a pandemia. Defendeu também a vacinação em massa, com seus sindicatos filiados. Os trabalhadores e trabalhadoras da rede pública e privada da saúde tiveram papel decisivo no atendimento às vítimas da COVID-19, ação em que muitos perderam a própria vida. Neste momento, conseguimos demonstrar para toda sociedade a enorme importância do Sistema Único de Saúde (SUS), que por tantas vezes foi brutalmente questionado. O movimento sindical lutou por melhores salários e condições de trabalho, mantendo acesa a luta contra a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Promoveu a defesa da saúde e da segurança dos trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho e defendeu a valorização do serviço público e do fortalecimento da agricultura familiar. Também fez lutas contra a violência doméstica e o feminicídio, em defesa dos direitos humanos.
29. Ao longo da luta contra o governo Bolsonaro, a CUT estreitou as relações com os movimentos populares, fortaleceu a ação da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, e teve atuação expressiva no Fórum das Centrais Sindicais. A militância CUTista teve participação fundamental na Vigília Lula Livre, um marco de resistência nacional, e na última campanha eleitoral, através dos Comitês de Luta e das Brigadas Digitais, para garantir a vitória eleitoral do candidato do PT, Lula, enfrentando as manobras, manipulações e crimes eleitorais cometidos por Bolsonaro e por empresários bolsonaristas para tentar garantir sua reeleição. A militância CUTista teve atuação semelhante em relação à eleição de alguns governadores e de representantes da classe trabalhadora para o Congresso Nacional.
30. A vitória do PT nas eleições presidenciais foi um momento de inflexão na história do país. Significou a derrota da coligação de forças de extrema direita e de direita que deu sustentação ao governo autoritário de Bolsonaro e ao projeto neoliberal implementado depois do golpe de

2016. Avaliada no plano internacional como importante derrota da extrema direita global, foi o resultado do acúmulo de forças ao longo de anos de resistência e do arco de alianças políticas construído pelo PT, sob a liderança do presidente Lula. Abriu a perspectiva de um novo ciclo histórico sustentado por outro projeto de desenvolvimento e outro marco civilizatório, com o objetivo de resgatar a nação do retrocesso político e social em que foi mergulhada e de romper o isolamento em que o país foi colocado no cenário internacional.

31. A vitória não teria sido possível sem o engajamento da classe trabalhadora, a quem Lula sinalizou durante a campanha eleitoral que teria “vez e voz” no seu governo, da mesma forma em que reafirmou a centralidade do trabalho como elemento estruturante do projeto de desenvolvimento a ser implementado nos próximos quatro anos. Nesse processo de reconstrução, abre-se uma janela de oportunidade para o movimento sindical se fortalecer, buscando alternativas de ação e de organização, visando superar as fragilidades decorrentes da antirreforma trabalhista do governo golpista de Temer, da antirreforma da Previdência, da reforma do Ensino Médio e das inúmeras medidas tomadas no governo Bolsonaro para retirar direitos da classe trabalhadora e enfraquecer os sindicatos. Caberá ao movimento sindical CUTista, durante o 14º CONCURTO, fazer a leitura correta desse cenário e resgatar da sua trajetória de 40 anos de lutas os elementos necessários para traçar sua intervenção estratégica no atual contexto da sociedade brasileira, fazendo a defesa incondicional dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.
32. Nossa central não hesitará em apresentar propostas ao governo que resgatem os direitos e conquistas que foram retirados da classe trabalhadora no último período, da mesma forma que não hesitará em defender as reivindicações sociais e trabalhistas através de mobilização e pressão sobre o governo no sentido de vê-las atendidas. A independência da CUT é ainda mais necessária diante do fato de que o atual governo Lula é de ampla coalizão, para além, inclusive, da aliança eleitoral com a qual foi eleito, abrigando, assim, interesses contraditórios no seu seio, nos distintos ministérios, o que faz absolutamente necessária a voz independente da classe trabalhadora que a CUT deve representar. A CUT apoiará todo passo concreto dado pelo governo Lula em direção ao projeto democrático-popular defendido na campanha eleitoral.
33. Para a CUT, a ação emergencial feita pelo governo diante da crise humanitária do povo Yanomami, as medidas contundentes para o enfrentamento do garimpo ilegal que a promoveu e a proteção de territórios indígenas, assim como a retomada de compromissos no enfrentamento da crise climática, são sinalizações de um governo comprometido com o meio ambiente e com a defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais, relegados ao descaso pelo governo anterior.
34. A retomada de programas como o novo Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Mais Médicos vai no mesmo sentido positivo, bem como as medidas para combater a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a discriminação racial. O presidente Lula assumiu, junto com o Ministro do Trabalho, o compromisso de atender as demandas apresentadas pelas Centrais Sindicais, instituindo três mesas de negociação para definir políticas de valorização do salário-mínimo, de regulação do trabalho por aplicativo e de valorização da negociação coletiva/fortalecimento da organização sindical. Comprometeu-se, ainda, com a criação de uma mesa de negociação tripartite e permanente para fazer a revisão da reforma trabalhista. A aprovação dos projetos apresentados nesses espaços será um passo significativo em relação ao atendimento das demandas da classe trabalhadora, um marco na comemoração dos 40 anos da CUT.
35. Apesar da derrota eleitoral, as forças de extrema direita continuam organizadas. Não reconheceram a derrota nas urnas, colocaram obstáculos ao processo de transição, tentaram provocar a tensão social antes da posse do presidente Lula, organizaram o assalto e a

destruição da sede dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023. Este foi o primeiro grande teste do governo Lula. Apesar da ação golpista ter sido debelada pela ação articulada do Executivo e do Judiciário, amparada pelo Congresso, pelo conjunto dos governadores e por setores expressivos da sociedade civil, ficou evidente a cumplicidade de membros do comando das Forças Armadas e da PM com a ação golpista. O clamor das multidões nas manifestações de rua em apoio ao governo eleito foi preciso: “Sem anistia!” No entanto, a “desbolsonarização” das forças armadas e de órgãos do governo, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da presidência da República, ainda é um processo inacabado.

36. O bolsonarismo continua a ter o apoio de cerca de 25% do eleitorado brasileiro. As forças políticas de direita acumularam vitórias em estados importantes da federação, além de terem ampliado a representação no Congresso. Para construir a governabilidade, o presidente Lula fez concessões a partidos de direita, cedendo-lhes ministérios e cargos no governo, em autarquias e empresas estatais. Um “novo Centrão” surge desse processo, dividido, fisiológico como sempre, especializado na política do “toma lá, dá cá”. Partidos de direita envolvidos nesse arranjo e de olho nas próximas disputas eleitorais, ao mesmo tempo em que oferecem apoio ao governo, buscam uma liderança nacional que agregue o voto conservador e atraia setores do bolsonarismo.
37. Em síntese, a CUT enfrenta o enorme desafio de continuar lutando pela defesa dos interesses da classe trabalhadora, pelo fortalecimento da organização e da ação sindical num contexto histórico que favorece a mobilização da classe trabalhadora e de setores populares em torno de suas legítimas e inadiáveis reivindicações num cenário de incentivo à participação popular nos espaços em que se opera o fortalecimento da democracia, a ampliação das fronteiras da cidadania e a reconstrução das políticas públicas.
38. No entanto, a atual política monetária, definida pelo Banco Central com base na autonomia que lhe foi conferida pelo Congresso e sobre a qual o governo não tem controle, estabelece uma meta inexecutável de inflação e mantém uma taxa exorbitante de juros que atende aos interesses dos setores rentistas da sociedade, asfixia a economia e limita as possibilidades de reconstrução do próprio país e de melhoria das condições de vida da população. O teto dos gastos aprovado no governo Temer e o rombo fiscal deixado pelo governo anterior limitam a retomada do crescimento no curto prazo, restringindo o investimento. O arco de alianças entre esquerda e centro para assegurar a vitória política, e que agora se alarga incluindo forças de direita para garantir a governabilidade, deverá dificultar avanços substantivos no marco regulatório das relações de trabalho, questão decisiva para o futuro do movimento sindical. Cenário que exige, portanto, a ação independente da CUT para promover os interesses da classe trabalhadora em aliança com os setores populares explorados e oprimidos que constituem a imensa maioria da nação brasileira.

# A ESTRATÉGIA DA CUT

39. No próximo período, articulada com a nossa avaliação da atual conjuntura internacional, a CUT continuará atuando ativamente em diversos espaços de organização e cooperação do movimento sindical internacional como a CSI (Confederação Sindical Internacional) e a CSA (Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas), diversas Federações Globais, a Internacional Progressista e o Washington Brazil Office, o Fórum Social Mundial, a “Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo” e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP). Além dos grupos de trabalhadores(as) dos países membros do G20, da OCDE e dos BRICS e na Comissão Sociolaboral do Mercosul – onde acompanhamos, dentre outros temas, as implicações do acordo Mercosul/União Europeia – espaços em que sempre defendemos os interesses e as reivindicações da classe trabalhadora brasileira. Ainda em relação à integração regional, a CUT vai participar da reestruturação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e dos espaços de participação popular na UNASUL e na CELAC.
40. A CUT deve prolongar essa posição de “Não à Guerra!”, nem OTAN, nem Putin, cessar-fogo imediatamente, pois ela não interessa aos trabalhadores e trabalhadoras e povos de todo o mundo. Na nossa região, a América Latina, a CUT deve estreitar os laços de solidariedade com a luta dos povos contra a histórica dominação do imperialismo dos EUA, em particular com os povos do Peru e Haiti que enfrentam situações dramáticas.
41. A CUT trabalha para que a CSI represente uma grande articuladora das lutas internacionais contra a exploração capitalista, o neoliberalismo, a extrema-direita e por uma sociedade socialista. O movimento sindical internacional não pode ser usado como instrumento de governos ou de disputas geopolíticas, mas deve reafirmar sua independência para, apenas dessa forma, ser capaz de defender os reais interesses da classe trabalhadora. Um sindicalismo que represente o conjunto da classe trabalhadora – não apenas os trabalhadores(as) formais, mas também os bilhões de trabalhadoras e trabalhadores do setor informal e aqueles que sofrem com a precarização do trabalho.
42. No âmbito da OIT, outro espaço em que a CUT atua, trabalhamos pela regulamentação do trabalho em plataforma e pela transição do trabalho informal para o formal; pela manutenção do direito de greve como um dos direitos fundamentais; além de participar ativamente dos debates sobre a garantia da proteção social do trabalho. Também lutamos pela ratificação, no Congresso Nacional, das Convenções 190, sobre Assédio e Violência no trabalho, e 156, sobre Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família, – processo iniciado pelo presidente Lula, no último 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Além das urgentes regulamentações das Convenções 151 – Negociação Coletiva no Serviço Público e 169 – Povos Indígenas e Tribais.
43. A CSI e o conjunto do movimento sindical internacional devem reforçar a defesa por uma nova governança global com organismos multilaterais democráticos e capazes de incidir efetivamente nos desafios globais – necessidade que ficou ainda mais patente durante a pandemia de COVID-19, a falta de coordenação internacional e as disparidades globais na cobertura vacinal.
44. A globalização e a organização de cadeias globais de produção, comercialização e prestação de serviços impõem, por sua vez, a necessidade de reforçar estratégias sindicais internacionais adequadas à organização e a presença em cada cadeia global. A facilidade como se movimentam os capitais, arrastando unidades produtivas dentro de um mesmo país ou entre países só poderá ser enfrentada por meio do aprofundamento das redes sindicais, das ações sindicais frente às multinacionais e da celebração de acordos marco globais. A CUT vai continuar a luta pela criação de um marco nacional sobre direitos humanos e empresas e estabelecer diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema, para tanto empenhará esforços pela aprovação do PL 572/2022, em trâmite no Congresso Nacional, em conformidade com as Diretrizes da OCDE, com os Princípios Diretores da ONU e com a Declaração da OIT sobre Multinacionais – assim como pela obrigatoriedade da diligência devida nas cadeias globais de produção.

45. O movimento sindical internacional também deve ser um instrumento poderoso na luta por um modelo de desenvolvimento sustentável – como formulado no Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA) da CSA – com respeito ao meio ambiente e que reivindique políticas de transição justa para uma economia de baixo carbono nos termos apresentados pelo movimento sindical internacional nas Conferências sobre Mudança Climática da ONU. Coerentes com nosso apoio às propostas de integração regional Pan-Amazônica defendemos fortalecer os laços sindicais e a construção de uma coordenação sindical Pan–Amazônica reforçando, dessa forma, a nossa relação com outros movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais que lutam contra modelos de exploração da natureza que desconsideram a sustentabilidade e a própria vida.
46. Defendemos, por fim, uma mudança abrangente do atual modo de produção e consumo e um conjunto de políticas para garantir que a transição e o caminho para uma produção com baixas emissões de gases de efeito estufa não seja feita à custa de mais trabalho informal e menos direitos sociais. Essa transição justa deve assegurar condições de vida e trabalho dignas, respeito aos direitos humanos e igualdade de oportunidades a trabalhadoras, trabalhadores e comunidades implicadas, especialmente para os povos e nações do Sul Global.
47. A leitura dos cenários, desafios e possibilidades no plano internacional e nacional organiza a formulação da estratégia que orientará a ação sindical da CUT no próximo período, indicando campos ou áreas de intervenção, a partir do tripé: fortalecimento da organização sindical, defesa da democracia e desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que destaca prioridades de ação em cada um desses campos no âmbito nacional e internacional.
48. No 13º Congresso Nacional, em outubro de 2019, apontamos uma estratégia centrada em derrotar a coalizão de forças políticas e sociais responsáveis pelo retrocesso político e civilizatório do país, sintetizada na luta pelo fim do governo Bolsonaro e traduzimos essa estratégia em três eixos: (i) defesa dos direitos, da democracia e da soberania; (ii) construção de alternativas da classe trabalhadora para o Brasil; (iii) atualização do projeto organizativo da CUT. Já na 16ª Plenária Nacional da CUT, a leitura dos cenários possibilitou uma atualização dos eixos de estratégia e plano de lutas, considerando o agravamento dos ataques à classe trabalhadora e a crise sanitária e econômica decorrente da pandemia de COVID-19, adicionando um quarto eixo à nossa estratégia: a defesa da vida.
49. A vitória das forças democrático-populares nas eleições de 2022 foi uma inflexão na história do Brasil, criando condições mais favoráveis para a CUT atualizar sua estratégia em defesa dos direitos imediatos e históricos da classe trabalhadora. A CUT seguirá essa linha, levando em conta as possibilidades dadas e definindo prioridades que possam se traduzir em resultados concretos no próximo período.
50. A Central deverá contribuir efetivamente na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Continuará cobrando do Estado a continuidade e ampliação de políticas de proteção social para combater a fome, a pobreza e a desigualdade social que atingem grande parte da classe trabalhadora. Da mesma forma, caberá à CUT continuar pressionando pela criação de empregos de qualidade, como resultado da retomada do crescimento econômico, e pelo combate ao trabalho precário, exigindo mudanças no marco regulatório das relações de trabalho como também uma legislação/ regulamentação específica para os trabalhadores e trabalhadoras em aplicativos e plataformas. Deverá priorizar, através de alteração na legislação, a criação de condições para valorizar a negociação coletiva e atualizar a organização sindical, fortalecendo a autonomia do sindicato em relação ao Estado e favorecendo a ação sindical por novos direitos, melhoria nas condições de trabalho e redistribuição de renda.
51. A articulação e a disputa dessas propostas em defesa do fortalecimento dos sindicatos, da ampliação dos direitos e a construção de um projeto que tenha novamente as trabalhadoras e trabalhadores como protagonistas de uma nação mais igualitária, implicam a ampliação e fortalecimento das relações com os movimentos populares, uma participação efetiva no processo de democratização das políticas públicas, a ampliação das fronteiras da cidadania e a construção de uma visão de mundo e de uma narrativa para sustenta-las. Envolve também a luta pela democratização do acesso à informação, à comunicação em geral, com uma estratégia de desenvolver uma comunicação de esquerda, e o combate à exclusão digital. Ou seja, uma trajetória de lutas que amplie as conquistas da classe trabalhadora, fortaleça a democracia e promova um projeto de desenvolvimento, com transformações estruturais que nos aproximem da construção do socialismo.
52. Esses desafios levam a CUT a conceber uma estratégia que articule três eixos:
53. **EIXO 1)** O fortalecimento do sindicalismo cutista, sustentado por princípios democráticos de

organização e de representatividade, pela livre escolha de formas de agregação que fortaleçam processos mais abrangentes de negociação coletiva e promovam a autossustentação financeira, e por um processo de transição da situação atual para aquela que queremos construir no próximo período. O fortalecimento da organização sindical e a valorização da negociação coletiva são os principais desafios para que o movimento sindical cutista avance na defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora, ao melhorar as condições de trabalho, combater o trabalho precário e as desigualdades nas relações de trabalho, redistribuindo renda e criando direitos. Os resultados desse processo condicionam a possibilidade de intervenção do sindicalismo cutista nos outros eixos estratégicos de ação, ao mesmo tempo em que sofrem o seu impacto: o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento sustentável.

54. **EIXO 2)** A defesa da democracia ainda se impõe como um dos principais desafios da sociedade brasileira, considerando a campanha de ódio às forças de esquerda e os contínuos ataques feitos pela extrema direita às instituições democráticas durante o governo Bolsonaro e que culminaram com a tentativa de golpe no 8 de janeiro. O sindicalismo cutista deve intervir neste processo, estreitando relações com as Centrais Sindicais e os movimentos populares em ações de mobilização pela apuração e punição daqueles que tiveram participação em ações, visando destruir as instituições democráticas, acatando o clamor das ruas: “Sem anistia!” bem como apoiar todas as medidas que enfrentem a questão militar, a exemplo da necessidade de alterar o artigo 142 da Constituição Federal, que prevê a GLO – garantia da lei e da ordem – e deixando claro que não existe poder moderador no país. Não haverá democracia no Brasil enquanto existir tutela militar sobre a sociedade civil, enquanto existir a tortura e as polícias militares tiverem licença para matar. Deve ainda fortalecer a organização popular, através da criação dos Comitês de Luta, e investir na construção de uma linha de comunicação, dinamizada pelas Brigadas Digitais, visando legitimar a luta contra o ideário da extrema direita, as desigualdades sociais, contra a discriminação de mulheres, negros e imigrantes nas relações de trabalho, contra a violência doméstica e o feminicídio, contra o extermínio da população negra e pobres nas periferias, pela ampliação de direitos humanos fundamentais e pela democratização das políticas públicas.
55. **EIXO 3)** O Desenvolvimento sustentável constitui o terceiro eixo estratégico de intervenção do movimento sindical cutista no próximo período. A CUT deve priorizar ações em defesa da ampliação da proteção social, do combate à fome, à pobreza, ao trabalho informal e à precarização do trabalho. Da mesma forma e com igual vigor, deverá continuar demandando do Estado a continuidade da política de valorização do salário mínimo, o desenvolvimento de políticas de proteção ao emprego, de valorização dos servidores públicos, de geração de empregos de qualidade, de ampliação de moradias para os trabalhadores(as), de mais investimento na rede pública de saúde e de educação, de fortalecimento da agricultura familiar, de defesa do meio ambiente, da transição justa e promoção de uma economia sustentável na Amazônia. A CUT continuará defendendo e apoiando toda iniciativa do governo visando a retomada do crescimento, o fortalecimento da indústria, o investimento em ciência, tecnologia e por transição energética justa como fatores de dinamização e de sustentação de um novo ciclo de desenvolvimento.
56. Assim, nossa estratégia será orientada por:

### **Eixo 1. Fortalecimento do sindicalismo cutista. Valorização da negociação coletiva e atualização da organização sindical. A ofensiva do capital contra o trabalho**

57. Durante décadas, o movimento sindical cutista resistiu à investida do capital contra o trabalho, desencadeada em escala global desde o final dos anos 70, visando retirar direitos e fragilizar os sindicatos. Essa ofensiva acabou resultando em reformas trabalhistas em cerca de 140 países. No Brasil, foi preciso o golpe de 2016, que interrompeu o governo democraticamente eleito da presidente Dilma Rousseff, para que ela se concretizasse, no ano seguinte, na antirreforma que mudou substancialmente as relações sindicais e de trabalho.
58. Para a CUT, continua sendo imperioso reverter este padrão perverso de regulação do trabalho. Deverá fazer isso num contexto em que a eleição do presidente Lula teve também o apoio de setores da burguesia que deixaram de apoiar Bolsonaro, mas não abandonaram a agenda liberal de reformas. Neste cenário, priorizamos as mudanças que achamos possível efetuar no atual sistema de relações de trabalho através do projeto de valorização da negociação coletiva e de atualização da organização sindical, combinado com a regulação do trabalho por aplicativo, um marco no combate ao trabalho precário. A revogação da reforma trabalhista, pondo fim ao negociado sobre o legislado e abrangendo outros instrumentos de precarização do trabalho, terceirização irrestrita, trabalho intermitente, trabalho temporário, entre outros, deverá ser efetuada em consonância com a reforma sindical, provavelmente num quadro de maior resistência por parte dos empresários. Do ponto de vista do trabalho, essas duas



medidas deverão constituir o núcleo de um novo padrão de regulação do sistema de relações de trabalho no Brasil e um dos pilares do projeto de desenvolvimento sustentável de longo prazo focado na eliminação das desigualdades e na inclusão social e política dos trabalhadores e das trabalhadoras. Assim, apoiamos as medidas positivas do governo Lula como valorização do salário mínimo, correção da tabela do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), igualdade salarial para as trabalhadoras, piso da enfermagem e retirada de estatais da lista de privatização. Mas isso não basta, pois o governo é de ampla coalizão, tem representantes dos patrões no seu interior que lutam por seus interesses, e a CUT deve, com toda a independência, agir para defender os interesses da nossa classe. Deveria começar por revogar a reforma trabalhista, cujos pontos que atacam os nossos direitos e conquistas foram remetidos para uma mesa tripartite (com os patrões e governos) da qual não se sabe o que vai sair.

59. A atualização do projeto político-organizativo desafia a CUT há muito tempo. Nas resoluções do 13º CONCUR apontamos a necessidade de superação das contradições e dos limites da atual estrutura organizativa, tendo como uma de suas principais referências o Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), construído no início da década de 1990, que conjugou a defesa de direitos e o fortalecimento da negociação e contratação coletiva como centro do projeto de organização sindical. A 16ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 2019, reafirmou esse compromisso e avançou em algumas questões fundamentais. Uma delas foi buscar representar o conjunto da classe trabalhadora e não apenas os trabalhadores e trabalhadoras com emprego formal, incluindo como desafio a representação de segmentos informais e a ampliação da ação sindical no território.

60. O 14º CONCUR tem a tarefa de avançar mais, de aprovar propostas concretas e viáveis para fortalecer a organização sindical, para ampliar direitos e redistribuir renda através de processos abrangentes de negociação coletiva conduzidos por entidades representativas. Deverá igualmente aprovar propostas para assegurar a proteção social, direitos trabalhistas fundamentais e o direito de organização e de representação sindical dos setores da classe trabalhadora submetidos a formas precárias de trabalho. Um conjunto de fatores tornam essa definição inadiável.

### **Precarização do trabalho e perda de representatividade dos sindicatos**

61. O sindicalismo no Brasil, como no mundo, vem sendo afetado por um conjunto expressivo de mudanças estruturais e conjunturais que alteram as condições e relações de trabalho e impactam a força e a organização dos sindicatos. Queda na representação e na representatividade são acompanhadas da fragmentação das negociações coletivas e da precarização de direitos.

62. As transformações no mundo do trabalho e nas cadeias globais de produção, comercialização e prestação de serviços, que têm ocorrido simultaneamente à fragmentação organizativa e à queda nos índices de sindicalização, reduzem a capacidade dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras frente aos processos de desregulamentação, flexibilização e precarização das relações de trabalho.

63. As mudanças tecnológicas, como robotização, inteligência artificial, internet das coisas e dos serviços, big data, são utilizadas para reestruturar processos produtivos, como a indústria 4.0, elevando substancialmente o controle e a produtividade do trabalho, cujos resultados são apropriados pelas empresas, sem que os ganhos sejam proporcionalmente redistribuídos aos trabalhadores e às trabalhadoras através da elevação dos salários e aumento de benefícios. O avanço das telecomunicações com base no padrão tecnológico de quinta geração, o 5G, revolucionou ainda mais a organização do trabalho, que no período da pandemia foi impactado pelo crescimento do teletrabalho, do home office e do trabalho por aplicativo.

64. A reestruturação produtiva, impulsionada por essas inovações, tem provocado o fechamento e a transferência de plantas industriais, reduzindo o poder de representação dos sindicatos. Neste sentido, a reindustrialização é uma questão crucial para o avanço do sindicalismo, assim como a constituição de um mercado de consumo de massas é essencial para a defesa do emprego no comércio e serviços.

65. Cada ramo de atividade é atingido de forma distinta pelas inovações tecnológicas e pela reestruturação, que causam diferentes impactos sobre a organização sindical. Os desafios dos bancários não são os mesmos dos trabalhadores do vestuário, dos servidores públicos, dos metalúrgicos, dos comerciários, dos assalariados rurais. Em alguns ramos, prevalece a alta rotatividade e preponderam pequenos estabelecimentos com poucos empregados e que são responsáveis pela maioria dos empregos no Brasil.

66. Há um universo crescente de trabalhadores que estão na informalidade, nos trabalhos

intermediados por plataformas digitais, pejetizados ou empregados através de contratos atípicos que explicitam formas de legalização da precarização. São contratos com direitos reduzidos ou sem qualquer direito, que ampliam a exploração da classe trabalhadora.

67. O trabalho precarizado por meio de plataformas de aplicativos é ainda mais grave, por ser pulverizado, fragmentado, ter alta rotatividade e sequer o status legal de trabalhador reconhecido, o que dificulta a representação sindical e a negociação coletiva. Sem o enfrentamento e superação destes problemas pela ação e organização sindical, a dinâmica de pulverização e fragmentação do trabalho e dos trabalhadores continuará.
68. A antirreforma trabalhista de 2017, seguida de um conjunto de medidas provisórias, decretos e portarias, propiciaram o desmonte do padrão de assalariamento, reduzindo direitos. A lista é longa, mas cabe destacar a prevalência do negociado sobre o legislado, a terceirização irrestrita, o trabalho intermitente, a contratação de prestadores de serviços como autônomos permanentes, a contratação de PJ, MEI. São formas de assalariamento disfarçado, agravadas com o crescimento do trabalho mediado por plataformas digitais de aplicativos que reduzem direitos, rebaixam a remuneração do trabalho, asseguram menos benefícios e fragmentam as bases sindicais. O crescimento do teletrabalho e de outras formas de trabalho remoto impõem a necessidade de as entidades sindicais repensarem sua forma de organização e a relação com esses trabalhadores.
69. A capacidade de fiscalizar e defender os direitos da classe trabalhadora foi reduzida com o fim das homologações nos sindicatos, e com a definição do STF de que, em algumas situações, a relação de emprego seja regulada por acordos individuais. O fim da contribuição sindical e a ofensiva contra os descontos de taxas negociais ou assistenciais de todos os beneficiados por acordos e convenções coletivas firmados pelos sindicatos reduziram a capacidade de representação, ou inviabilizaram a existência de muitos. É necessário elaborar estratégias para novas formas de contribuição sindical, desenvolvendo uma força tarefa entre as centrais sindicais.
70. A taxa de sindicalização diminuiu de 18,6%, em 2017, para 13,7%, em 2019. O número de sindicalizados formais caiu de 7,1 milhões, em 2017, para 5,4 milhões, em 2019. Esta redução coincide com taxas altas de desemprego, mas se acentuaram a partir da antirreforma trabalhista. Os sindicatos brasileiros representam fundamentalmente os assalariados formais. A maioria dos trabalhadores que compõem a imensa legião de informais e desempregados está fora da proteção sindical. Ao todo, em dezembro 2021, havia 12.059 sindicatos de trabalhadores, a maioria de base municipal e 13 centrais sindicais. No setor público, de acordo com o Dieese, são 2.760 entidades sindicais registradas no Ministério do Trabalho e Emprego, sendo 1996 na esfera municipal (1.874 sindicatos, 66 federações e 3 confederações); 470 entidades na esfera estadual, sendo 432 sindicatos e 38 federações; e 204 entidades no âmbito federal, sendo 194 sindicatos e 10 federações.
71. O conceito de categoria profissional, tal como definido no modelo corporativo de organização sindical, e o sistema de enquadramento sindical sem qualquer mediação contribuem para a fragmentação. Por isso, é necessário ter uma melhor fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já que a heterogeneidade da classe trabalhadora dificulta a ampliação da representação sindical. Poucas são as entidades que conseguiram ampliar sua representação para terceirizados, que cresceram intensamente depois de aprovada a terceirização irrestrita, inclusive no setor público.
72. A organização sindical corporativa dificulta a organização e representação destes novos segmentos e setores. As formas de organização alternativas que os trabalhadores por aplicativos constroem, como associações, cooperativas, ligas e coletivos encontram dificuldades para se consolidar e acumular forças. Faltam-lhes estrutura, financiamento e poder legal para negociar.
73. A organização no local de trabalho, que precisa ser repensada para contemplar o teletrabalho e o trabalho por plataformas, avançou apenas em algumas categorias. A eleição de representantes para empresas com mais de 200 trabalhadores, prevista na Constituição Federal, só saiu do papel por iniciativa dos neoliberais, mas como manobra para afastar e enfraquecer os sindicatos. A ofensiva contra as CIPAs e o artifício para manipular a representação nos locais de trabalho com o objetivo de afastar os sindicatos ampliaram a resistência sindical à organização no local de trabalho nas redes de teletrabalho e nas plataformas.
74. A correlação de forças desfavorável no Congresso Nacional aumenta o risco de as forças neoliberais, posicionadas do centro até a extrema-direita, aprovarem a pior parte das propostas do GAET (Grupo de Altos Estudos do Trabalho), em especial a organização de sindicatos por empresa, e consolidar a prevalência de acordos individuais e por empresa sobre as convenções coletivas e a legislação trabalhista.

## **Valorizar a negociação coletiva e fortalecer a organização sindical: elementos estruturantes do projeto Democracia**

75. O projeto proposto pela CUT resgata e reafirma a democracia como princípio orientador da organização e o funcionamento dos sindicatos. Esse princípio deve ser incorporado nos estatutos e respeitados, de fato, na prática cotidiana das entidades sindicais cutistas. Está na origem da criação da CUT o exercício da democracia em todos os seus organismos e instâncias. A Central assegura completa liberdade de expressão às suas entidades filiadas, desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas das instâncias superiores e contribuam para unidade de ação.
76. A democracia é um dos fatores essenciais para se assegurar a unidade sindical e deve estar presente na tomada de decisões, nos processos eleitorais, assegurando a participação de oposições, na transparência ao serem apurados os votos, no limite da duração do mandato da direção (quatro anos), na gestão de recursos e na regularidade e transparência da prestação de contas, na incorporação de setores da classe trabalhadora tradicionalmente pouco representados na direção das entidades e pouco mobilizados pela ação sindical. Todas estas diretrizes são fundamentais para se ter unidade e forte representatividade. Normas estatutárias democráticas são condição para o acesso às prerrogativas sindicais de representação, tanto nas negociações coletivas como no âmbito institucional.
77. Assegurar a unidade e aumentar a densidade sindical via ampliação da base de representação e uma maior representatividade implica também avançar em mudanças estatutárias e em mudanças culturais substanciais, de forma a possibilitar uma crescente inserção e protagonismo das mulheres, dos trabalhadores e trabalhadoras LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, em especial das negras, majoritariamente excluídas da participação e representação sindical. Mas também dos negros e jovens, tornando os sindicatos representativos, de fato, da diversidade presente na sua base como expressão da diversidade da classe trabalhadora.
78. É imperioso para a democracia sindical o combate às práticas antissindicais que inibam ou coloquem em risco a ação dos dirigentes legalmente eleitos. As diretrizes propostas pela CUT preveem regras para impedir a demissão de dirigentes sindicais, assegurando sua estabilidade durante o exercício do mandato. O número de dirigentes estáveis deve ser proporcional ao tamanho da base de representação da entidade. Não devemos sequer admitir que haja dirigentes não estáveis, mas será necessário um ajuste fino nos critérios de proporcionalidade para se estabelecer o número de componentes das direções sindicais.
79. Outras medidas são indispensáveis para assegurar o equilíbrio nas relações de trabalho e impedir práticas antissindicais, especialmente nos processos negociais. Explicitar o princípio da impossibilidade da recusa da negociação coletiva em qualquer nível ou âmbito de negociação nas diversas modalidades; e estabelecer mecanismos de solução de conflitos coletivos com mediação e arbitragem voluntárias, melhor definindo o papel do MPT e da Justiça do Trabalho, em especial quando caracterizada a conduta antissindical e ausência de boa fé negocial da empresa e/ou do sindicato patronal que fazem parte do processo de regulação defendido pela CUT.
80. Os sindicatos precisam repensar suas ações, pouco ou nada atrativas para as mulheres e para a juventude. A dupla e tripla jornada que as toma o tempo para vivências, o machismo que persiste nos espaços, a falta de inclusão de pautas representativas de seus interesses transformam as entidades sindicais pouco atrativas às mulheres e o ambiente sindical pouco diverso e menos representativo da classe trabalhadora.
81. Apesar dos avanços, fruto das políticas desenvolvidas pela CUT, na maioria dos sindicatos no Brasil, ainda é pequena a participação de mulheres nas direções. É necessário que as ações e programas de formação política sejam ampliados, tenham continuidade e perenidade, desde os sindicatos até o nível nacional, para a manutenção e ampliação das conquistas em relação a participação das mulheres, como também o incentivo para sua participação na vida sindical, inclusive em cargos de decisão. Trata-se de um desafio cuja superação é necessária, tanto para ampliar a representatividade, assegurar que as questões das mulheres e da juventude sejam incorporadas nas reivindicações, nas negociações coletivas e nas lutas da CUT e entidades filiadas. A CUT orienta os ramos e os sindicatos filiados a desenvolverem ações para ampliar a participação das mulheres nas diretorias dos sindicatos e nas Organizações nos Locais de Trabalho (OLTs). Promover formação sindical para mulheres. Ampliar junto à Escola Sindical SP ações específicas para as mulheres.

### **Processos abrangentes de negociação coletiva**

82. Processos abrangentes de negociação coletiva conduzidos por entidades representativas dos

trabalhadores de uma empresa ou ramo de produção de abrangência regional ou nacional, deverão ser o móvel do processo de atualização da organização sindical que se quer instituir nos próximos anos. A negociação coletiva cumpre o papel de regular as relações de trabalho no tempo, por determinado período, e no espaço, abrangendo os trabalhadores de um ramo, empresa ou região, instituindo novos direitos, para além da legislação existente, redistribuindo renda ao promover ganhos salariais, além de garantir aos trabalhadores relativa influência sobre as condições de trabalho. Conferem estabilidade e previsibilidade às relações de trabalho e promovem ainda a solidariedade e a unidade dos trabalhadores. Pesquisas indicam que os assalariados formais sindicalizados recebem uma remuneração maior do que os não sindicalizados, assim como permanecem mais tempo no emprego.

83. A negociação coletiva deverá abranger os trabalhadores do setor privado, o serviço público onde o direito à negociação coletiva deverá ser assegurado em todas as esferas (executivo, legislativo e judiciário) e âmbitos (municipal, estadual e federal), considerando suas especificidades. A reestruturação sindical deverá vir como resultado dessa ação propulsora e das iniciativas visando ampliar a densidade sindical das entidades envolvidas nos processos negociais.
84. A CUT estabelece um conjunto de princípios e pressupostos para que a negociação coletiva desempenhe esse papel, resgatando elementos desfigurados pela antirreforma trabalhista do governo Temer. O sistema de negociação coletiva deve ser fundamentado na conduta de boa-fé das partes interessadas, na estabilidade do sistema de relações de trabalho e na segurança jurídica das normas pactuadas. Deverá ser assegurada a prevalência da convenção coletiva nacional/setorial sobre acordos por empresa, prevalecendo sempre as melhores cláusulas. A ultratividade do estabelecido em acordos e convenções coletivas deve ser mantida até que um novo instrumento seja assinado. A coordenação entre os níveis de negociação – nacional, setorial, empresa – deve se pautar por regras visando adequar as normas entre os níveis de negociação. A flexibilidade para as partes interessadas definirem novos âmbitos de negociação deve ser garantida, assim como o efeito “erga omnes” para os instrumentos de contratação coletiva, abrangendo todos os trabalhadores e empresas de um âmbito de negociação. Uma vez instada a negociar, a empresa ou o sindicato devem instaurar o procedimento negocial.
85. No atual contexto de organização sindical fragmentada, a formação de comandos unitários de negociação coletiva têm sido uma forma de obter maior agregação e cobertura, para atuar em um âmbito de negociação. As diretrizes da CUT estimulam esta iniciativa, como uma articulação política que agrega durante as campanhas, mantendo as entidades existentes.

### **Maior densidade sindical como base da negociação coletiva**

86. Fortalecer a representação sindical em processos mais abrangentes de negociação coletiva pressupõe o estímulo à agregação sindical, que pode assumir diferentes formas, todas elas como livre escolha das entidades sindicais como fusão, incorporação, ou comando de um processo negocial, a exemplo dos bancários. O instrumento do consórcio poderá ser usado pelas entidades sindicais somente para gerir patrimônio e promover serviços.
87. Processos mais abrangentes de negociação coletiva pressupõem o aumento da densidade sindical (representação + representatividade). Isso requer, primeiro, reconceituar a categoria, ampliando sua abrangência para agregar trabalhadores por ramo ou setor econômico. Requer iniciativas inovadoras que incluam na base de representação das entidades (sindicatos, ramos) setores da classe trabalhadora excluídos da organização sindical, cujos critérios devem ser ajustados à realidade de cada ramo de atividade ou setor econômico.
88. Para aumentar a densidade sindical é essencial elevar a representatividade, medida pelo percentual de sindicalização em relação à base representada, e a amplitude da cobertura das convenções e acordos coletivos, dentre outros critérios específicos. Devem ser ajustados à realidade de cada ramo de atividade ou setor econômico.
89. A organização por ramo de atividade veio se aprimorando ao longo da trajetória da CUT. Temos hoje federações regionais e nacionais e confederações com força e credibilidade. Em alguns casos, a disputa ainda é muito forte com o sindicalismo pelego. Em outros, conseguem-se ações unitárias por ocasião das negociações coletivas. Diante do risco de pulverização dos sindicatos, fica mantido o município como base sindical mínima como forma de inibir a fragmentação e dificultar criação de sindicatos por empresa. Nesta direção, o projeto restringe a desconexão pelo critério de sindicato mais específico e o desmembramento da base territorial sem que haja decisão da categoria, além de estimular a transição de um sistema pulverizado e fragmentado para um sistema de maior agregação e abrangência de representação. A estrutura sindical atual deve ser mantida: sindicato, federação, confederação, central sindical.

90. Da mesma forma, deve ser promovida a organização dos trabalhadores e trabalhadoras informais, autônomos e precarizados, pelo teletrabalho e plataformas de aplicativos. Devem ser desenvolvidos meios organizativos adequados a cada situação, voltados para a defesa de seus interesses e ao combate da precarização do trabalho, seja pela agregação na base de sindicatos existentes, seja pela criação de novas entidades, desde que não levem à fragmentação sindical.

### **Autonomia e autorregulação**

91. A CUT reafirma a autonomia em relação ao Estado e aposta no processo de autorregulação para resolver questões e conflitos de interesse envolvendo a organização sindical e a negociação coletiva.

### **Direito de negociação no serviço público**

92. O serviço público representa 12% da força de trabalho e abarca 11 milhões de trabalhadores, sendo 5,5 milhões na esfera municipal; 3 milhões na esfera estadual; 1 milhão na esfera federal; 777.530 em entidades e empresas públicas e estatais.
93. A regulação da negociação coletiva entre as entidades dos servidores e administração pública deve tomar por base as propostas já apresentadas. Devem ser estabelecidas medidas imediatas visando tornar efetivo o direito de negociação, retomando a regulamentação Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, ambas da OIT. Entretanto, para que a negociação coletiva na administração pública seja efetiva, no sentido de valorização dos servidores, é necessário a mobilização dos trabalhadores das três esferas federativas para pressionar o Governo e o Congresso Nacional a acabar com os limites e vedações estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Arcabouço Fiscal. Caso essas amarras continuem, o processo de negociação coletiva no serviço público poderá se transformar em frustrações a partir das limitações da legislação atual.
94. Devem ser reguladas as Mesas de Negociação Permanentes, a serem instituídas no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Devem ser incluídos nas negociações os direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras, concursados, contratados e subcontratados para prestação de serviços, cabendo aos organismos públicos contratantes a responsabilidade pelo cumprimento dos direitos, salários e benefícios pelas prestadoras de serviços aos subcontratados, quando estas os descumprirem.
95. Em face da crescente terceirização, o direito à negociação coletiva será adequado ao direito administrativo. O desconto em folha de contribuições solidárias de custeio, associativa e/ou negocial definidas em assembleia, deve ser garantido.
96. A proposta prevê o estabelecimento de processo permanente de negociação e de solução de conflitos, observando os princípios gerais aplicáveis à administração pública. A proposta é criar um espaço permanente de diálogo e negociação entre agentes públicos e representantes sindicais, para a elaboração de um programa específico de promoção dos direitos e do emprego público, assim como estabelecer de forma negociada e permanente os deveres para com a sociedade.
97. Junto com a regulação da negociação no serviço público deve ser assegurado o livre exercício de greve previsto na Constituição Federal. A democratização das relações de trabalho no serviço público deve ser permanentemente buscada, com a proibição de práticas antissindicais, garantia de acesso dos sindicatos aos locais de trabalho e de estabilidade dos(as) dirigentes sindicais, garantindo sua liberação quando solicitada pela entidade sindical.
98. Por fim, a CUT propõe a transparência do orçamento público às entidades sindicais dos servidores(as), com previsão de investimentos em áreas específicas e com a folha, para que se estabeleçam os parâmetros para a negociação coletiva.

### **Sindicatos rurais**

99. Os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais, cerca de 5 milhões de trabalhadores(as), representados(as) pelos respectivos sindicatos, federações e confederação nacional, deverão buscar processos mais abrangentes de negociação coletiva e de densidade sindical, a exemplo do que já ocorre em alguns estados, onde vários sindicatos se agrupam regionalmente para celebrar convenções coletivas de trabalho.
100. Os sindicatos da agricultura familiar podem usar processos de agregação para encaminhar/negociar propostas relacionadas a políticas agrícolas e agrárias de âmbito regional ou nacional.

## **Sustentabilidade financeira**

101. Esta tem sido uma batalha histórica da CUT. Acabar com o imposto sindical, mas assegurar em seu lugar a contribuição negocial, estabelecida em assembleia e descontada de todos os beneficiados pelo acordo ou convenção coletiva. O Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), elaborado pela CUT na década de 1990, estabelecia que os(as) trabalhadores(as) decidiriam, em suas assembleias e de acordo com o estatuto do sindicato, e a lei deveria obrigar o recolhimento dessas contribuições em folha de pagamento.
102. As finanças e a representação sindical foram atacadas em diversas MPs, a exemplo da 870/19, 871/19, 873/19, 881/19, 905/20/ 927/20, 936/20, dentre outras. Não fossem as ações da CUT, das centrais aliadas, das entidades filiadas e do Fórum Interinstitucional de Direitos Sociais (FIDS), em companhia das bancadas parlamentares do centro para a esquerda, os retrocessos neste campo teriam sido muito maiores.
103. Mesmo com os movimentos de resistência, as mudanças foram avassaladoras. Ao tornar optativa a contribuição sindical, exigindo autorização expressa dos trabalhadores, e estender este entendimento à contribuição negocial ou assistencial, o governo atacou a sustentabilidade dos sindicatos em um momento no qual, em todo o mundo, o percentual de sindicalização já estava em queda livre.
104. Revogar estes dispositivos separadamente ou no Projeto de Lei de fortalecimento das negociações e da organização sindical é crucial, para que seja possível construir um sistema de financiamento com segurança jurídica, que não seja permanentemente questionado por ações judiciais, impetradas pelo Ministério Público do Trabalho ou quem quer que seja.
105. A proposta apresentada pela CUT aponta para a contribuição solidária de custeio, o (negocial), em valor ou percentual aprovado em assembleias representativas, devida por todos os abrangidos pelo instrumento coletivo, observados os limites fixados pelo Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Estabelece ainda a possibilidade de acesso a recursos públicos para realizar projetos que atendam as necessidades dos trabalhadores e assinar convênios nos âmbitos da formação, cultura, comemorações, como o 1º de maio.
106. As mensalidades dos associados e a contribuição solidária de custeio devem ser descontadas em folha de pagamento. Deverão ser definidos os critérios de financiamento para os sindicatos de trabalhadores da agricultura familiar, servidores públicos, profissionais liberais e autônomos, pescadores, entre outros, onde não há celebração de acordos coletivos ou convenções coletivas de trabalho.
107. Os percentuais de repasse para a estrutura vertical estarão previstos na legislação. O percentual e a forma de repasse para a central sindical a que cada entidade estiver filiada serão definidos pelas próprias Centrais Sindicais.

## **Processo de transição**

108. A transição da atual para a futura estrutura sindical deve dar às atuais entidades sindicais o tempo e as condições necessários para implantarem as mudanças. A transição deve propiciar condições para a reorganização das entidades sindicais, do estado, dos espaços negociais e dos instrumentos regulatórios (acordos e convenções). O novo projeto de organização sindical e de sistema de negociação coletiva deve levar em conta, além do contexto de mudança, a história, valores e a cultura do movimento sindical. O processo de transição deverá ocorrer por etapas com metas e objetivos definidos, sendo livre a adesão ao novo projeto.

## **Para além da reforma sindical**

109. A CUT deve enfrentar os obstáculos que dificultam a ampliação da representação e da organização da enorme quantidade de trabalhadores desorganizados e não representados. No caso dos trabalhadores de aplicativos sua integração nas instâncias e na direção da CUT deve ser buscada.
110. Da mesma forma, a CUT deve priorizar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras informais, autônomos e precarizados, pelo teletrabalho e plataformas de aplicativos. Devem ser buscados meios organizativos adequados a cada situação, voltados para a defesa de seus interesses, o combate da precarização do trabalho e sua agregação na base de sindicatos ou ramos existentes.
111. A ação contra a precarização do trabalho exige maior organização, ampliação e o fortalecimento da luta por direitos trabalhistas e proteção social. Isso, porém, só se efetivará à medida que os próprios trabalhadores precarizados forem se tornando protagonistas dessa luta.

## **Regulação do trabalho por aplicativo**

112. No dia 18 de janeiro, o presidente Lula fez um encontro com o movimento sindical em que um decreto instalando três mesas de negociação, uma delas sobre a regulação do trabalho por aplicativo. Não há exemplos no mundo sobre a regulação do trabalho por aplicativo com a abrangência que a CUT pretende fazer. Temos que regular o trabalho dos entregadores, que é a parte mais visível, é o povo das motocicletas, do iFood, cerca de 7,5 milhões de trabalhadores que trabalham nesse sistema. Além deles, devemos ter outra regulação para todos e todas que trabalham em plataforma, onde cabem todas as categorias. Hoje temos professores que trabalham por aplicativo, mecânico, diarista, personal trainers, um universo que abrange inúmeras categorias. É um desafio mais complexo, que teremos que enfrentar.
113. A regulação deve conter um conjunto de direitos básicos. A jornada máxima de trabalho deve ser estabelecida, não importa a forma de contrato. Tem que definir também um piso salarial e assegurar assistência à saúde, cobertura previdenciária e direito à organização sindical. Eles têm que ter direitos e a sociedade e as empresas vão ter que pagar o custo dessa regulação. Teremos que fazer uma campanha muito forte para ganhar esse debate na sociedade.
114. A CUT quer aprovar uma legislação básica para proteger esses trabalhadores. As confederações, federações e os sindicatos de base, de posse da regulamentação, deverão melhorar a legislação através da negociação coletiva, ampliando direitos.

## **Organização no local de trabalho e nas plataformas**

115. A CUT reafirma seu compromisso de priorizar o trabalho de base e a organização no local de trabalho, sejam locais físicos ou redes de trabalho no estilo home office, nas formas presencial ou virtual. Sem estreitar as relações com a base não há como ampliar a representação e tampouco obter maior representatividade. As OLTs são fundamentais para democratizar o local de trabalho, conquistas e fortalecimento da sindicalização e organização por melhores condições de trabalho.
116. Nossa posição contra a criação de sindicatos por empresa, e, portanto contra o fracionamento organizativo, não se confunde com o reconhecimento da imperiosa necessidade de avançarmos no direito de organização no local de trabalho, entendido em seu sentido amplo acima apontado, em face das transformações na organização do trabalho.
117. Diante dos impactos das transformações no mundo do trabalho, na saúde da classe trabalhadora e da retomada das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), a CUT intensificará e dará maior prioridade à troca de experiências, com isso é necessário conhecer a experiência do SUR – Sistema Único de Representação, que atribui à CIPA outras atribuições de organização sindical, à construção de uma pauta básica no âmbito da saúde e na formação de trabalhadores de base para disputar as eleições nas CIPAs.
118. Neste contexto abrangente e bastante diverso, se faz necessário a apresentação de amplo programa de formação política, nacionalmente articulado, que dê conta dessa nova realidade da classe trabalhadora, realizado pela Rede Nacional de Formação, com foco nos dirigentes CUTistas dos sindicatos de base, ramos organizativos da Central e no âmbito dos macrossetores, com os seguintes objetivos:
119. A) estimular processos articulados de negociação coletiva que rompam com os limites das bases de representação dos sindicatos, buscando acordos de abrangência mais amplos no sentido de alcançar a bandeira histórica da CUT de construção de acordos nacionalmente articulados;
120. B) incentivar a unificação de datas-base e de pautas de reivindicações como forma de intervir na fragmentação sindical na correlação de forças entre capital e trabalho;
121. C) responder aos principais retrocessos na estrutura e nos processos de negociação coletiva, tais como: o fim da ultratividade dos acordos e de práticas antissindicais, a negociação direta entre trabalhadores e patrões e a flexibilização dos modelos de contratação (MEI, PJ, contrato intermitente, terceirização etc.);
122. D) preparar os dirigentes para incidir no tema da sustentação financeira das entidades a partir da negociação de cláusulas de taxa negocial, democraticamente aprovadas em assembleia;
123. E) responder às demandas concretas das trabalhadoras e trabalhadores por melhoria das condições de trabalho (saúde e segurança, ergonomia, jornada, ritmo do trabalho), qualificação profissional e melhores salários, visando estabelecer patamares comuns de direitos coletivos;

124. F) garantir o combate à discriminação e à desigualdade por meio da negociação de cláusulas econômicas e sociais que tragam garantias para a mulher trabalhadora, a população negra, jovens e trabalhadores LGBTQIA+, pessoas com deficiência;
125. G) debater as formas de representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em aplicativos e as possibilidades e alternativas de acordos e negociações de suas pautas;
126. H) potencializar a luta sindical internacional na articulação de redes sindicais e de negociação coletiva de acordos marco globais com empresas multinacionais.

### **Ação sindical no território**

127. As mudanças legislativas e as normas acordadas no âmbito da autorregulação devem facilitar a transformação dos sindicatos em um lugar aberto e numa referência da CUT nas comunidades. A ampliação da representação estabelecida em nossa última plenária e a proposta de agregação da base visando maior densidade sindical possibilitarão organizar todos os trabalhadores(as) da base de representação, ampliando o conceito de categoria, de forma a contemplar todos e todas, independentemente do tipo de contratação, intermitentes ou temporários, terceirizados, pejotizados ou informais, fortalecendo o sindicalismo classista da CUT.
128. De forma independente e autônoma a CUT, em suas diversas instâncias, e as entidades filiadas devem se fazer presentes na construção de espaços de referência de nossa central em cada comunidade. O objetivo é se integrar às lutas sociais em cada base territorial. Movimentos por moradia, movimentos culturais, movimentos da juventude, e outros, organizações e frentes populares devem identificar as entidades sindicais e a CUT como organizações abertas e engajadas nas lutas da comunidade.
129. Entidades filiadas de uma mesma cidade ou região devem compartilhar recursos e esforços para viabilizar a presença da CUT na comunidade, estimulando sua organização, construindo uma relação de solidariedade e cooperação com as organizações e lutas sociais da sua base territorial.
130. Um dos maiores desafios está na organização dos trabalhadores e trabalhadoras informais, de plataformas e aplicativos e também os(as) desempregados(as). Em cada território a CUT deve articular as entidades filiadas para que reúnam informações sobre grupos de trabalhadores que estão se organizando e sobre organizações já existentes de trabalhadores precarizados, formais ou informais, como vendedores ambulantes, trabalhadores de plataforma e de aplicativos, microempreendedores individuais, um contingente enorme de trabalhadores por conta própria e sem direitos, buscando sempre contemplar a diversidade que compõe a classe trabalhadora.
131. As experiências existentes, por exemplo em Buenos Aires, indicam que ter um espaço na comunidade possibilita maior sintonia com as lutas populares e uma atuação mais consistente em frentes como geração de oportunidades de trabalho e renda, ajudando a conectar o desempregado com as oportunidades que forem construídas, inclusive articulando educação e trabalho nas comunidades. Formação e capacitação profissional se articulam com a organização de espaços para o desenvolvimento da cultura e da arte.
132. No Brasil temos diversas experiências que devem ser divulgadas como boas práticas. Dentre outras, cabe observar a Casa Solidária, destinada a uso coletivo na Subsede do Sindicato dos Trabalhadores da Confecção de Ipatinga. Nela, vários sindicatos compartilham custos e recebem denúncias feitas por trabalhadores de outras categorias.

### **Eixo 2. Protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania A defesa da democracia**

133. O sindicalismo cutista deve manter estreita relação e atuação conjunta com as Centrais Sindicais, os movimentos populares e organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa da democracia em seu sentido pleno. Não há democracia com as desigualdades e disparidades de renda e direitos atuais. A democracia postulada pela CUT pressupõe que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam ouvidos nos fóruns de formulação e gestão de políticas públicas. Mais do que isso, pressupõe que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam vistos como sujeitos de direitos e que suas demandas sejam contempladas. A luta por igualdade caminha ao lado da luta pelos direitos. A democracia que queremos, e pela qual lutamos, é aquela em que os direitos fundamentais são respeitados e novos direitos são criados como resultado da luta para ampliar as fronteiras da cidadania.
134. O cenário de fragilização das forças de direita com a vitória eleitoral de Lula descrito na conjuntura não diminui a tarefa da CUT de manter e avançar a luta e o nível de consciência de classe e



enfrentar a agenda autoritária e reacionária que restabeleceu valores tradicionais e impôs uma profunda regressão de direitos sociais que assombram o país. É nesse sentido que vislumbramos o protagonismo da CUT na reconstrução e transformação do Brasil, com olhar global e atuação local.

### **Combater os retrocessos na regulação do trabalho**

135. O resultado das eleições não nos possibilitou ter uma correlação de forças que nos possibilite uma revogação em bloco dos retrocessos trabalhistas, previdenciários, sindicais, civis e criminais. No entanto, a CUT manterá sua luta pela revogação das contrarreformas e dos retrocessos.
136. O princípio do Trabalho Decente deve ser a referência para superar a precarização, a vulnerabilidade, a informalidade, os retrocessos decorrentes das contrarreformas trabalhista e previdenciária, da terceirização irrestrita e de inúmeras iniciativas que destruíram direitos trabalhistas e a organização sindical.
137. Os marcos regressivos da legislação e normas trabalhistas, previdenciárias e sindicais, no setor público e no setor privado também devem ser revogados, promovendo regras protetivas universais, com políticas que assegurem o acesso aos direitos em todas as formas de ocupação laboral.
138. Igualmente, deve ser revogada a legislação que autoriza a terceirização sem limites e sem proteções, bem como as terceirizações no setor público em suas diferentes modalidades, promovendo a contratação de servidores públicos concursados, com respeito à Lei de cotas.
139. Como efeito da antirreforma trabalhista e da terceirização ilimitada, o trabalho análogo à escravidão aumentou em várias regiões do país exigindo um combate frontal das entidades sindicais e do próprio governo Lula, com punição exemplar àqueles que o utilizam.
140. Com isso, a CUT continua exercendo papel estratégico na luta em defesa da democracia, da liberdade e dos direitos trabalhistas, previdenciários, sociais e civis, na perspectiva de reverter a destruição promovida pelos governos Temer e Bolsonaro e avançar na reconstrução de um Brasil soberano e democrático.
141. Resguardadas as devidas diferenças históricas, a experiência da Espanha tem sido lembrada com recorrência pelos resultados obtidos e pelo complexo processo de negociação envolvendo trabalhadores, empresários e o Estado. Embora não se aplique nos mesmos moldes para outras realidades, mostrou ser possível reverter substancialmente os retrocessos trabalhistas, como revelam as disputas na Colômbia.

### **Unidade de ação e mobilização popular para democratizar as políticas públicas**

142. A continuidade da estreita relação com os movimentos sociais e o esforço para construir pautas e mobilizações conjuntas serão necessários no combate à extrema direita, na luta pela revogação dos retrocessos e por mais direitos, no combate às discriminações de gênero e raça, às desigualdades, à extrema pobreza, à miséria e à fome. A CUT deve participar intensamente da Frente Brasil Popular, alçando-a a um novo patamar na articulação e mobilização das ações que propiciem as condições para alcançar mais direitos e conquistas para a classe trabalhadora.
143. Com as Centrais Sindicais, a construção de uma agenda comum de mobilização e pressão institucional, sem prejuízo de mobilizações próprias definidas pelas instâncias da Central, deve seguir sendo a estratégia de ação da CUT, possibilitando avançar na conquista de direitos e expressar a visão de país pela qual a classe trabalhadora brasileira luta.
144. A CUT atuará intensamente nos espaços de participação popular, por meio dos conselhos, fóruns e conferências que o novo governo retoma e implementa, conferindo a eles um elevado grau de reflexão e elaboração de políticas emancipadoras. Aprimorará sua organização para defender suas posições no Congresso Nacional e nos Tribunais Superiores.
145. Ao mesmo tempo, é de fundamental importância a participação das Estaduais da CUT e sindicatos nos conselhos, fóruns e conferências em nível estadual e municipal, espaços privilegiados de articulação e atuação conjunta com entidades do campo popular.
146. A CUT também deverá atuar nos espaços de participação popular que disputem a Qualificação Profissional integradas à Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, por meio dos conselhos, fóruns e conferências que o governo Lula retoma e implementa, para que as políticas públicas tenham um caráter emancipatório, universalizante de direitos e dialogue com as realidades e necessidades da classe trabalhadora.

147. No próximo período, visando implementar as propostas organizativas e responder aos desafios da organização sindical no território, no parlamento, na defesa das políticas públicas e ampliação de direitos, é fundamental que a CUT e suas estruturas sejam fortalecidas em todos os âmbitos.
148. Para isso, é necessário que a CUT tenha as suas estruturas de ramos fortalecidas, que haja articulações maiores em Brasília, junto ao parlamento, inclusive com estrutura específica; e potencialização da participação da militância e dirigentes em todos os espaços de participação popular, com os conselhos, movimentos etc.
149. A orientação, em todos os níveis é realizar a atuação nestes espaços de forma articulada com as entidades filiadas à CUT, outras centrais sindicais, movimentos populares, comitês sindicais e brigadas digitais. Portanto, as ações deverão estar articuladas do âmbito nacional aos territórios. Esta é uma diretriz estratégica para que as articulações políticas tenham respaldo na mobilização popular.

### **Comitês e Brigadas Digitais na disputa de narrativa**

150. A CUT dará continuidade ao desenvolvimento do trabalho articulado de constituição e fortalecimento dos Comitês Sindicais e à parceria com os Comitês Populares. Intensificará a formação, organização e atuação das Brigadas Digitais. Nosso objetivo é que até o 14º Congresso mais de 50% das entidades filiadas já tenham sua Brigada constituída e atuando. As Brigadas Digitais são fundamentais para e combater Fake News e para dinamizar as lutas sindicais e populares.
151. As Brigadas Digitais são parte de uma estratégia de formação, organização e comunicação da CUT para atuar e disputar o território digital e são capazes de ir além do combate às Fake News. Contribuíram para divulgar o trabalho realizado pela CUT e pelos sindicatos filiados, assim como para disputar a narrativa sobre o mundo do trabalho, os direitos trabalhistas e os valores que defendemos. Essa iniciativa deve avançar no sentido de conscientizar a população sobre a importância da luta por direitos, além de fortalecer a imagem dos sindicatos e da CUT como organizações comprometidas com a defesa dos trabalhadores e a justiça social.
152. Para tal, deve contar com estratégias eficientes e ferramentas de organização e de formação que as potencializem. Nesse sentido, a formação que se constituiu nesses 40 anos num dos pilares para o fortalecimento da ação sindical e do projeto organizativo cutista, deve aprimorar sua elaboração por meio da Política Nacional de Formação como estratégia, bem como da Rede de Formação e das Escolas Sindicais para cumprir essa tarefa.
153. A Formação, ao longo dos 40 anos da CUT, tem se constituído como um dos pilares para o fortalecimento da ação sindical, bem como uma política estruturante para o desenvolvimento do projeto organizativo de nossa Central, para a defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora. A classe trabalhadora não é homogênea. Ela é constituída por trabalhadores negros e negras, mulheres e homens, idosos e jovens, pessoas com deficiência, populações tradicionais, população LGBTQIA+, no campo e na cidade, e essa realidade é marcada por discriminações e preconceitos, inclusive no interior do movimento sindical.
154. A organização efetiva desses segmentos passa, necessariamente, por um amplo debate que gere mudanças de atitude e ações efetivas de formação, para que essas políticas se enraízem nas pautas dos sindicatos, de forma transversal, interseccional e não mais como temas separados e excludentes.
155. A atual realidade do mundo do trabalho, e suas novas formas de organização, tem gerado um grande contingente de trabalhadores na informalidade, em plataformas digitais, pejotizados, com contratos atípicos, entre outros, e que modificaram as relações de trabalho gerando impactos na força e organização dos sindicatos.
156. Diante desses novos desafios, reafirmamos a Política Nacional de Formação da CUT, nossas Escolas Sindicais e nossa Rede Nacional de Formação, que também completam 40 anos, e que, conjuntamente se constituem estratégicas na elaboração de programas que possam atender a essas demandas colocadas pela atual configuração do mundo do trabalho, propondo e debatendo novas formas de ampliação da representação sindical.
157. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de intensificarmos as ações e programas de formação, desde a base, na organização do local de trabalho, onde essas mudanças ocorrem na prática, em forma de assédio, desigualdades salariais, perda de direitos já conquistados, até a formação avançada dos dirigentes que ocupam os mais variados cargos e espaços de decisão. Para tal, é fundamental que nos planos estaduais e regionais, a formação esteja presente de forma contínua e permanente.

158. Relembramos que o início do financiamento da formação sindical teve um marco fundamental, a solidariedade internacional, que manteve suporte financeiro para realização de programas de formação dos dirigentes, pesquisas, publicações, intercâmbios e apoio para construção das escolas sindicais. Junto a esse processo, também disputamos recursos públicos destinados à formação dos trabalhadores. Com a regularização da Central, em 2008, as ações formativas passaram a ser financiadas pelo repasse do imposto sindical, e com seu término, em 2017, tivemos uma redução drástica das atividades, sem, contudo, deixarmos de realizá-las.
159. Sabemos que a formação através de seus princípios fundantes é um processo contínuo, permanente e periodicamente atualizado de acordo com as decisões da CUT, em seus Congressos e Plenárias. Para que a Formação se constitua de fato uma política estruturante de nossa Central, é necessário também uma política permanente de seu financiamento, para que ela não dependa exclusivamente de recursos externos ou provisórios, e não seja interrompida ou reduzida pela falta desses.
160. Para que essa estratégia se concretize, além da continuidade do financiamento solidário entre nossas entidades sindicais, propomos debater a criação de um fundo para viabilizar a Formação.
161. Propomos ainda a organização de um Instituto Nacional de Formação que articule e viabilize parcerias e projetos nacionais e internacionais, bem como a elaboração de propostas para captação de recursos públicos, que busquem o desenvolvimento de programas de formação que atendam às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, às políticas estratégicas da CUT e se estendam para os espaços regionais e estaduais da CUT.
162. Segundo dados do Dieese, as desigualdades entre homens e mulheres, negros e não negros, nos mostram como a cultura de desvalorização das mulheres e da raça negra se revelam nas condições econômicas, sociais e culturais. Portanto, qualquer política para superar essa inaceitável situação, deve levar em consideração os diferentes tipos de inserção das mulheres e negros e negras no mercado de trabalho: formal, informal, diferentes tipos de contratos, urbana, rural, (campo, florestas, e das águas).
163. A ação da CUT deverá contemplar políticas voltadas às mulheres que estão no mercado informal de trabalho, visando o seu fortalecimento na economia solidária e a sua organização, ao mesmo tempo em que devemos incentivar os municípios a investir na organização produtiva das mulheres.
164. Continuaremos lutando para ratificar as Convenções 156 e 190 da OIT. A primeira, sobre trabalhadores(as) com responsabilidades familiares, com definição de políticas públicas adequadas a sua aplicação e campanha de sensibilização da sociedade, e promover o compartilhamento das tarefas domésticas e dos serviços públicos de cuidados. A segunda, trata da violência – assédio moral e sexual no trabalho; definição de políticas de fiscalização junto às empresas com vistas ao seu cumprimento; ações junto a sociedade sobre a importância no seu combate.
165. Também continuará lutando para que sejam adotadas medidas visando combater a alta rotatividade do trabalho das mulheres, pela instituição da licença parental para progenitores ou adotantes, de forma compartilhada, garantindo à mãe o período para a amamentação previsto na OMS, bem como garantia de creche em tempo integral, com horários compatíveis com as jornadas de trabalho.
166. Da mesma forma continuaremos lutando para estabelecer em toda rede SUS o direito ao aborto legal previsto em lei, de acordo com resolução da CUT de 1991.
167. A pandemia deu visibilidade ao que era quase imperceptível pela sociedade, o trabalho dos cuidados, em que as responsabilidades recaem exclusivamente sobre as mulheres assim como os seus impactos. As dificuldades de acompanhamento sobre o adoecimento das trabalhadoras em home-office, com a exigência de metas, causando a doença Síndrome de Burnout, somadas às duplas jornadas e a ausência de políticas de cuidados por parte do Estado e das empresas, potencializaram o adoecimento das mulheres, em especial o psíquico.
168. A definição e implementação de políticas públicas fundamentadas na economia do cuidado é determinante para a vida das mulheres trabalhadoras. É necessário garantir recursos para a oferta adequada dos serviços públicos como saúde, educação e assistência, bem como o desenvolvimento de uma política de cuidados com perspectiva de gênero, considerando os diversos arranjos familiares, assegurando o compartilhamento do trabalho de reprodução social entre homens e mulheres, Estado e sociedade.

### **Combater o trabalho escravo e intensificar as lutas antirracistas**

169. Mais de 130 anos se passaram desde a abolição da escravatura. Entretanto, o racismo e a

imposição de situações humilhantes, do trabalho forçado, da servidão por dívidas e condições degradantes - que trazem fortes características semelhantes ao trabalho escravo - são encontradas nas grandes propriedades rurais, em olarias, carvoarias, empresas terceirizadas que prestam serviços no campo e nas cidades, em oficinas de costura e de calçados, em residências, inclusive nas atuais formas de trabalho por aplicativos.

170. Negros, negras e imigrantes são as principais vítimas deste tipo de espoliação no trabalho, acompanhadas da discriminação. São eles as maiores vítimas do desemprego, da ação violenta e discriminatória, especialmente dos agrupamentos de extrema-direita, de famílias brancas e da polícia.
171. O racismo estrutural no Brasil é institucional e estruturante de todas as relações e impossibilita o pleno exercício da cidadania da população negra. A CUT defende que a sociedade e o Estado brasileiro reconheçam sua imensa dívida histórica com as populações negras e indígenas. Luta para que as reparações sejam realizadas pelas políticas públicas sociais, combinando as universalistas e as específicas como medidas de erradicação das assimetrias de raça, de gênero, e de classe.
172. A CUT continuará seu trabalho, visando despertar não só a classe trabalhadora, mas toda a sociedade brasileira sobre a luta antirracista. Buscará difundir as discussões sobre questões raciais no Brasil, de uma forma contundente, ética, política, pedagógica e poética, criando assim, um produto de reflexão, articulação e invenção de outras perspectivas da identidade do povo negro, que não aquelas historicamente apresentadas em nossa formação social, e intensificará a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, uma vez que, a população negra está na base da pirâmide quando falamos em qualidade de emprego.
173. Para o combate à espoliação do povo negro, a CUT demanda o fortalecimento da fiscalização e uma postura ativa do Estado, visando dar um basta ao racismo e a todo tipo de discriminação. Luta por políticas públicas afirmativas, que propiciem melhores condições para que a raça negra viva com intensidade sua cultura, tenha acesso a trabalho, renda, educação e saúde de qualidade.

#### **A segurança e saúde do trabalhador e trabalhadora**

174. A luta por segurança e saúde da classe trabalhadora reveste-se da maior importância no atual contexto de transformações no mundo do trabalho. Neste sentido, a CUT demanda a revisão das normas regulamentadoras (Nrs), do Ministério do Trabalho e Emprego; e a instituição de uma política nacional e setorial de promoção da saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras, visando retirar o Brasil da lista dos países com maior número de mortes e doenças relacionadas ao trabalho.
175. A CUT atuará pela ratificação da Convenção 159 da OIT, sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes. Intensificará a luta pela revogação da EC 95 e ampliará a defesa do SUS e de suas políticas públicas de saúde. Cobrará a implementação da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST) de modo a promover ambientes de trabalho saudáveis e seguros; bem como, da Política Nacional de Saúde do Trabalhador (PNSTT) e da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) no âmbito do SUS com a implementação e fortalecimento das ações no âmbito da atenção básica e da vigilância em saúde.
176. A CUT lutará para que seja assegurado o acesso universal à seguridade social - Saúde, Assistência Social e Previdência Social pública e de qualidade para todos, independentemente do tipo de vínculo de trabalho. Continuará lutando para que sejam destinados recursos necessários para que o SUS (Sistema Único de Saúde) garanta o acesso universal e gratuito, a valorização dos trabalhadores da saúde, o investimento no complexo industrial nacional da saúde. E promoverá junto ao movimento sindical, pesquisadores e operadores da Política de SST a construção de um sistema de Saúde, robusto, inter e trans ministerial.

#### **A educação e a reforma do ensino médio**

177. Com relação à educação, a prioridade imediata é a revogação da lei da reforma do ensino médio e a construção de um projeto de educação que garanta a democratização e o acesso ao conhecimento para nossa juventude. Junto com a privatização que está ocorrendo no setor vem se dando uma acelerada precarização das condições de trabalho e da qualidade do ensino, bem como o desmonte de sistemas educativos, agravando o quadro, temos a intensa plataformização, com visíveis prejuízos na qualidade e do ensino, e um pesado autoritarismo na imposição de conteúdos e práticas docentes, além de retrocesso brutal na gestão democrática das escolas públicas. Deposições sumárias de direções que não cumpram as “metas” impostas pelos governos estaduais são cada vez mais frequentes, situação em que os resultados a serem alcançados ignoram os contextos socioeconômicos os estudantes. A compra de plataformas feitas em outros países, também contribui para uma progressiva perda de

identidade nacional, num país com uma rica diversidade que o NEM – Novo Ensino Médio - pretende homogeneizar e pasteurizar. Não podemos aceitar a justificativa de reformulação do Ensino Médio pela alegada “necessidade” de elevar o desempenho nas avaliações em larga escala quando as finalidades do Ensino Médio estão ancoradas na necessidade de assegurar a plena formação científica, cultural e humanística. A reforma nega e impede esses pressupostos. Revogar o NEM é revogar o entulho do golpe de 2016, que veio por imposição de uma Medida Provisória, por um governo que não tinha legitimidade popular, sem qualquer diálogo e ignorando a oposição manifestada por todos os setores da área de educação pública.

178. Tarefa igualmente urgente é a extinção das escolas civis-militares, revogar o decreto nº 10.004 de 2019, a Emenda Constitucional 95 e adotar uma política de financiamento na perspectiva de transformar em realidade a meta 20 do Plano Nacional de Educação, que determina a ampliação do investimento público na educação pública em, no mínimo, 10% do PIB até o final do decênio, ou seja, 2024. Continuaremos a luta para garantir a autonomia docente e o respeito à diversidade regional, suas culturas e realidades, através da revogação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, instrumento de padronização do currículo. Devemos avançar nas metas do PNE - Plano Nacional de Educação, em especial nas que tratam da garantia do direito ao acesso e permanência na escola de forma universal, recompor o FNE – Fórum Nacional de Educação - com o retorno de todas as organizações sociais que foram afastadas por decreto, pelo governo golpista de Michel Temer, e que foi mantido pelo governo genocida de Bolsonaro. A CUT defende a convocação, em 2023, da Conferência Nacional de Educação com ampla participação social e da comunidade escolar para que sejam construídas coletivamente as bases do Plano Nacional.
179. Também será fundamental avançar na política de Valorização dos Profissionais da Educação com ingresso por concurso público, Piso Salarial Profissional Nacional atualizado anualmente, tendo como referência o Custo Aluno Qualidade. Aprovar e sancionar o Projeto de Lei que estabelece Diretrizes Nacionais de Carreira, juntamente com a defesa de uma Gestão Democrática na construção de educação emancipatória e crítica para formação integral dos estudantes. Avançar ainda no fortalecimento de políticas inclusivas de estudantes com deficiência, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, cotas raciais, Plano Nacional de Assistência Estudantil, e fortalecimento da EJA.
180. As profundas transformações no mundo do trabalho, no contexto das novas tecnologias e indústria 4.0, impõem aos trabalhadores e trabalhadoras uma série de exigências, dentre as quais a educação profissional. Diante deste quadro, a qualificação profissional defendida pelos setores patronais, principalmente o sistema S, busca adaptar trabalhadores e trabalhadoras a esta realidade, reforçando a lógica individualista e competitiva entre os próprios trabalhadores, naturalizando a precariedade e desregulamentação das leis trabalhistas.
181. Somando-se a esta lógica, o discurso hegemônico busca enfraquecer a perspectiva de organização coletiva dos sindicatos, estimulando o empreendedorismo individual e o discurso da meritocracia como saída para o crescimento econômico e geração de empregos e renda. A disputa entre as visões antagônicas sobre a qualificação profissional (capital X trabalho) é um elemento importante na luta pelo direito ao trabalho decente e para o resgate de valores caros à identidade da classe trabalhadora, tais como unidade, solidariedade, cooperação, coletividade, em contraposição aos valores neoliberais presentes no modelo de competências na formação dos trabalhadores e trabalhadoras.
182. Defendemos a qualificação profissional na perspectiva da Educação Integral tendo o trabalho como princípio educativo com metodologias da Educação Popular, propostas por Paulo Freire, que integra as dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas, que supere o tecnicismo, isto é, uma formação bancária e restrita à execução de uma ou mais tarefas.
183. Ressaltamos que a educação básica é parte inseparável da qualificação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos ou nos processos educativos. Por isso, é estratégico para o movimento sindical disputar a formação dos trabalhadores e trabalhadoras confrontando a ideologia do capital. Disputa importante a ser feita é a mudança de governança do Sistema S para sua efetiva democratização com a participação da representação dos trabalhadores e trabalhadoras, tripartite e paritária, no controle social da destinação dos recursos financeiros e das ações de qualificação profissional, incluindo a possibilidade de utilização desses recursos pelas centrais sindicais na oferta da formação.
184. A Rede Nacional de Formação (Escolas Sindicais e Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha), a partir dos acúmulos já existentes sobre a Qualificação Profissional, deve ampliar os debates e

formulações do grupo de trabalho já existente, o Núcleo de Trabalho e Educação, nacionalmente articulado e coordenado pela Secretaria Nacional de Formação, a fim de elaborar projetos para disputar a concepção de Qualificação Profissional na perspectiva da Educação Integral em diálogo com as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras, como também para subsidiar o movimento sindical na intervenção e controle social das políticas públicas (Formação de Conselheiros) e nos processos de negociação e contratação coletiva da Qualificação Profissional (Formação de Dirigentes NCCQP).

185. A CUT deve potencializar a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha como ferramenta na disputa da formação do trabalhador a partir dos acúmulos teórico-práticos de 20 anos em ações de qualificação profissional na proposta de Educação Integral e Popular (a partir do legado das experiências dos Programas Integrar, Integração, Terra Solidária, Recomeçar, Vento Norte, entre outros) aproveitando e ampliando a rede de parcerias e convênios com os Sindicatos, Universidades e Governos.
186. A luta pelas políticas públicas de Qualificação Profissional pelo movimento sindical deve ser parte da agenda de inclusão social e cidadania voltado prioritariamente aos trabalhadores e trabalhadoras submetidos às condições mais precárias de trabalho (mulheres, jovens, imigrantes, população negra, indígena, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, trabalhadores com pouco acesso à educação básica - EJA, entre outros).
187. Os programas e ações de Qualificação Profissional devem estar integrados às políticas de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento local/regional numa perspectiva socioambiental sustentável e de estímulo às iniciativas de Economia Solidária.
188. Na luta histórica pelo direito à educação e ao trabalho, a CUT deve se somar às mobilizações pela política pública de Educação de Jovens e Adultos e Qualificação Profissional na defesa dos trabalhadores/as que estudam e estão em situação de precarização no mundo do trabalho.

### **Políticas para a juventude**

189. O desemprego, a informalidade, os trabalhos intermediados por plataformas digitais, pejotizados ou empregados através de contratos atípicos e precarizados estão fortemente presentes entre a juventude brasileira, em especial a juventude negra.
190. A juventude tem sido fortemente influenciada pela ideologia do empreendedorismo. A perniciosidade desse mecanismo de inserção da juventude no trabalho precarizado, marcado por um individualismo está na ausência de direitos, na baixa remuneração, nos riscos de acidentes, em problemas de saúde, segurança e jornadas de trabalho extenuantes. A absorção da ideologia neoliberal do individualista empreendedor dificulta o reconhecimento, a identificação e o sentimento de pertencimento destes trabalhadores e trabalhadoras com a classe trabalhadora. Em decorrência, os afastam da organização sindical.
191. As lutas em defesa dos direitos da juventude devem ser acompanhadas de mudanças na cultura e formas de ação dos próprios sindicatos, que devem promover ajustes em suas práticas, visando torná-las mais atrativas para a juventude e absorvendo-as em suas direções, como forma de articular inovação e renovação. Em relação à juventude, temos uma população de 14 a 29 anos que representam 50 milhões de pessoas no país e 20,2% destes abandonam os estudos sem concluir o ensino médio em função da necessidade de trabalhar (IBGE, 2019). Nesse contexto, a CUT deve promover os debates sobre a Lei da Aprendizagem fortalecendo os espaços de negociação coletiva a fim de ampliar o envolvimento das novas gerações com o movimento sindical. Além disso, é necessário reivindicar o cumprimento da Meta 10 do PNE que estabelece, no mínimo, 25% de matrículas nos cursos de Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental e Médio.

### **Ampliar os direitos humanos**

192. Desmontar o ataque efetuado aos direitos humanos e ambientais fundamentais como a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, deverá ser uma tarefa prioritária do sindicalismo combativo da CUT. Estancar a escalada de violência contra indígenas, rurais e quilombolas, mulheres, o feminicídio, a violência política, o racismo, a perseguição aos LGBTQIA+, a violência contra as crianças e combate ao trabalho escravo, o ataque aos direitos das pessoas com deficiência, como também o armamento da população e a violência policial, especialmente nas periferias, atacando a população negra, principalmente os jovens, será parte essencial da estratégia da CUT no próximo período. Também devemos retomar o debate aprofundado sobre a descriminalização das drogas e o posicionamento da CUT sobre o assunto.
193. Diante do atual cenário de debate sobre a descriminalização do porte de drogas travado no STF,

é de fundamental importância a opinião de nossa Central sobre essa questão como uma política de saúde pública e não de encarceramento da juventude negra e periférica, como acontece atualmente com a criminalização das drogas e, especificamente, com a maconha. Nós, educadores e educadoras que vivenciamos a realidade das salas, principalmente das periferias, assistimos cotidianamente a violência policial através da Polícia Militar da gestão Tarcísio de Freitas, que tenta implementar no estado de São Paulo o mesmo modelo do Rio de Janeiro, de uma polícia que atira para matar como método exclusivo de enfrentamento ao crime e à violência. O julgamento do STF gira em torno da constitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas, de 2006. A norma estabelece que é crime adquirir, guardar ou transportar drogas para o consumo pessoal. Dentro desse debate temos que ter uma posição onde se verifica com as experiências exitosas como no Uruguai, Portugal, e alguns Estados Norte Americanos, que é necessário criar um critério para diferenciar usuários de maconha de traficantes de drogas, como por exemplo a posse de uma quantidade de 25 a 60 gramas ou seis plantas fêmeas. Além desse e de outros critérios, verificando caso a caso. Por exemplo, a forma como está condicionado o entorpecente, a diversidade de entorpecentes, a apreensão de outros instrumentos, como balança, cadernos de anotação, locais e a circunstância da apreensão. E que toda arrecadação da venda e comercialização seja destinada a políticas públicas de saúde para usuários e dependentes, e campanhas educativas. Não podemos mais ficar reféns dessa política de encarceramento e criminalização, que diferencia quem é usuário de traficante apenas pela sua origem social e a cor de pele. Por uma política de saúde pública com a descriminalização e investimentos em políticas públicas.

194. Promover campanha pela aprovação do Projeto de Lei 572/2022, que cria o marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema, por meio de audiências públicas nos estados e mobilizando as Estaduais da CUT, sindicatos e organizações do campo popular é uma das ações prioritárias.
195. Ampliar a participação da CUT, em todos os âmbitos, na Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), no Conselho Nacional de Direitos Humanos e no Conselho Nacional da Criança e Adolescente – CONANDA e no Conselho Nacional da pessoa com deficiência – CONADE, no Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, no ConCidades -Conselho Nacional das Cidades, no Conselho Nacional LBTQIA+, no Conselho Nacional de Migrações, serão fundamentais para quebrar esse ciclo de destruição.

### **PCDs na estratégia organizativa da CUT**

196. A garantia legal de acesso das PCDs – Pessoas com Deficiência - aos direitos no Brasil teve início com a CF de 1988, com a Lei 8213/91, conhecida como Lei de Cotas, com a ratificação como emenda constitucional da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência em 2009 e a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Mas ainda há muita luta a fazer para que estes marcos legais se tornem realidade. Durante os governos Lula e Dilma a concretização destes direitos avançaram bastante, entretanto desde o golpe de 2016, os retrocessos atingiram de forma violenta as PcDs. Na pandemia, as demissões no segmento foram 15 vezes maiores, o cumprimento da Lei de Cotas que pouco avançou desde a sua regulamentação, retrocedeu ainda mais.
197. Garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência inclui a garantia da acessibilidade nos locais de trabalho, formação profissional, igualdade salarial para a mesma função, segurança, sindicalização, progressão funcional, preservação de emprego, habilitação e reabilitação profissional, proteção contra o trabalho forçado, entre outras. A CUT, para defender esses direitos, deve incentivar as Estaduais a organizar Coletivos de TcDs, participar dos Conselhos em âmbito estadual e municipal, bem propor que as entidades sindicais passem a identificar e quantificar, no âmbito das empresas e do setor público para o cumprimento da Lei de Cotas, propor cláusulas nas convenções e acordos coletivos, além de promover processos formativos de combate à visão assistencialista e capacitista.

### **A organização dos trabalhadores e das trabalhadoras LGBTQIA+**

198. O avanço da atuação da CUT na organização dos trabalhadores e das trabalhadoras LGBTQIA+ é resultado de uma luta que contou com muitas mãos e muitas vozes desde a década de 1990. No entanto, após o golpe de 2016 e com o fortalecimento das forças conservadoras e de extrema direita, o aumento das violências, das discriminações e dos preconceitos contra essas pessoas fizeram com que, desde 2018, a CUT venha investindo na organização sindical deste segmento e organizado a sua atuação junto aos movimentos populares LGBTQIA+ em âmbito nacional. A situação de violência no país é tão grave, que em 2019 o STF equiparou os crimes motivados pela LGTBFOBIA aos crimes raciais.

199. Desde 2018 foram realizados 4 encontros nacionais, com pauta, planejamento e ações coordenadas e resultaram na construção de coletivos em 7 estados, no entanto é preciso ampliar a organização deste segmento, cuja contribuição é fundamental para a construção da democracia e respeito aos direitos humanos. É preciso que as Estaduais da CUT organizem os Coletivos LGBTQIA+, proponham cláusulas para combater a discriminação e o assédio nas convenções e acordos coletivos, além de promover formação para combate à visão preconceituosa, machista e discriminatória. A CUT participará da Parada do Orgulho LGBTQ+ nas principais cidades do Brasil, com engajamento dos sindicatos e uma articulação com a sociedade civil.

200. Criar a Secretaria de Promoção dos Direitos das Trabalhadoras e Trabalhadores LGBTQIA+.

### **Eixo 3. Intervenção da CUT na reconstrução do desenvolvimento econômico sustentável e combate à desigualdade Desenvolvimento sustentável e inclusão**

201. Assegurar a centralidade do trabalho no projeto de desenvolvimento continua sendo o objetivo a ser perseguido pela CUT. Isso significa, sobretudo, melhorar as condições e a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras numa economia em processo virtuoso de crescimento. A herança deixada por Bolsonaro, no entanto, foi de destruição das políticas públicas, de entrega a preço vil do patrimônio público, da submissão aos interesses do mercado, particularmente aos setores rentistas, de devastação do meio ambiente e de precarização do trabalho. O desafio do governo Lula é de reconstruir o país, assegurando as bases para um novo ciclo de desenvolvimento sustentável de longa duração.

202. Além de desatar os nós deixados pelo governo anterior e que impedem a retomada do crescimento, como a política monetária implementada pelo Banco Central com metas inexecutáveis de inflação e taxas exorbitantes de juros, desafios imediatos do governo Lula, a CUT defende uma política econômica em que a proteção social não fique refém da responsabilidade fiscal e a dinâmica do desenvolvimento seja sustentada por uma política fiscal progressiva, que tribute mais os mais ricos.

203. A inovação tecnológica e a agregação de valor em todas as cadeias e estruturas produtivas devem vir articuladas com investimentos em infraestrutura econômica e social, em setores estratégicos vinculados à uma economia de baixo carbono, comprometida com a sustentabilidade ambiental. Esse modelo, para ser virtuoso, deve ser sustentado por sistemas de relações de trabalho, sindical e de proteção social e previdenciário conectados com as transformações no mundo do trabalho e capazes de regular a forma de produzir e de distribuir os resultados do trabalho.

204. Com o objetivo de criar as condições para que as demandas de políticas públicas estejam alinhadas com todo o esforço para reconstruir e transformar o Brasil é imprescindível que a CUT atue com vigor na defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável em que o trabalho decente tenha centralidade, com a reconstrução das condições sociais e econômicas da classe trabalhadora, salário-mínimo valorizado, reforma tributária progressiva, que promova a distribuição da riqueza, a democracia participativa, a igualdade e equidade de gêneros, a plena participação da juventude, a proteção e inclusão social de todos e todas, a justiça ambiental e a transição justa, e um movimento sindical fortalecido; isto é, que integra as dimensões política, econômica, social e ambiental. Que organiza um Estado para a sociedade e o meio ambiente, regenerando sua capacidade de controlar e regular o mercado para satisfazer as necessidades sociais atuais e zelar pelas necessidades das futuras gerações. Essa concepção e modelo defendido incorpora também a visão do desenvolvimento regional em suas múltiplas dimensões.

205. Para a CUT, o Estado deve promover políticas que fortaleçam valores e princípios que contestem o ideário neoliberal e induzam investimentos produtivos, com a plena retomada das atividades econômicas, mantendo empresas estratégicas sob controle estatal; deve promover a reindustrialização e um efetivo apoio aos pequenos negócios urbanos e rurais, processos acompanhados de iniciativas ambientalmente sustentáveis, da valorização do conteúdo local, da geração de empregos e oportunidades de trabalho, do fortalecimento da agricultura familiar, proporcionado a segurança e soberania alimentar, a busca da inovação e o enfrentamento das mudanças climáticas.

206. A proteção do meio ambiente e a reversão das medidas devastadoras dos últimos anos é parte desse processo. Denunciar e combater a destruição promovida por atividades extrativistas e exploradoras da vida e da natureza que seguem lógicas neoliberais devem ser articulados com a promoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico sustentável com geração de emprego, promoção do trabalho decente, da socio bioeconomia e da transição justa em todos os territórios, destacadamente na Amazônia.

207. Assim, a CUT continuará defendendo e apoiando iniciativas do governo que visam a retomada



do crescimento, o fortalecimento da indústria, o investimento em ciência, tecnologia e a promoção de uma transição energética justa como fatores de dinamização e de sustentação desse novo ciclo de desenvolvimento.

### **Reforma tributária**

208. A reforma tributária é estratégica para viabilizar a capacidade do Estado de conduzir o desenvolvimento inclusivo, destacadamente a tributação da riqueza, das grandes fortunas, dos lucros e dividendos. Uma reforma tributária justa, progressiva e solidária é fundamental para que o Estado brasileiro possa exercer seu protagonismo na reconstrução do Brasil, reunindo recursos para manter os programas sociais e a proteção social, investir mais e melhor na educação, na saúde e em ciência e tecnologia, na recuperação e retomada das obras paradas, fazer investimentos na construção civil, na construção de moradias populares, iniciativas que devem estar articuladas com a geração de emprego e oportunidades de trabalho e renda.

209. Defendemos uma reforma tributária que proporcione “justiça fiscal”, onde os que possuem mais paguem mais. O sistema tributário brasileiro, ao contrário da experiência internacional, tributa proporcionalmente muito mais os pobres que os mais ricos, ao privilegiar impostos sobre consumo em detrimento de impostos sobre renda e principalmente sobre patrimônio, ou seja, enquanto um assalariado é descontado “na fonte”, sócios e acionistas das empresas recebem lucros e dividendos isentos do Imposto de Renda. É necessário, portanto, uma estratégia que possibilite o diálogo com a nossa base e a sociedade e a disputa de que tipo de sociedade e benefícios queremos, quem e quanto cada um deve contribuir.

### **Indústria fortalecida**

210. Na 16ª Plenária Nacional da CUT, aprovamos que “o Estado brasileiro retome as políticas, programas e ações dirigidas ao setor produtivo nacional para superar a desindustrialização e reprimarização da indústria e que essas medidas estejam subordinadas às necessidades de superação de demandas econômicas, sociais e tecnológicas, com foco na distribuição de renda e a oferta adequada de infraestrutura, de bens básicos e de bens coletivos, além de colaborar com as estratégias de desenvolvimento e soberania nacional”.

211. É nesse contexto que se insere a reindustrialização do Brasil. Ela deve ser um dos pilares desse projeto de desenvolvimento, superando os entraves dos últimos anos. O país não participou efetivamente da 3ª revolução industrial, uma das causas de nossa desindustrialização, e estamos diante da 4ª revolução industrial ou, como também é denominada, revolução 4.0. Por isso defendemos uma reindustrialização que não será um fim em si mesma, mas fundamentada no atendimento das demandas essenciais da sociedade brasileira - como o Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) - a questão ambiental, a mobilidade urbana, a reorganização das cidades, o que chamamos de desenvolvimento em missões, onde a estrutura econômica cresce à serviço da própria sociedade e, especialmente no caso brasileiro, dos mais pobres, baseada em valores sociais, do trabalho decente e do efetivo diálogo social, com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras em todos fóruns e conselhos que construirão o novo modelo de desenvolvimento nacional. Essa estratégia de desenvolvimento em missões já foi utilizada na reconstrução europeia no pós-guerra, onde se associou a nova infraestrutura política e econômica ao Estado do Bem-estar Social. Nos dias de hoje, exemplos de missões de caráter global são a despoluição dos oceanos e a preservação das florestas e no Brasil, por possuir diversos biomas como a Amazônia e o Cerrado, a urgência em combater a pobreza deve nortear a aplicação da ideia de missões.

212. Uma indústria sustentável, ambiental e socialmente, orientada pelo trabalho decente, por relações democráticas no ambiente de trabalho, pela valorização da negociação coletiva com respeito à atividade sindical e a livre organização. Uma política industrial no Brasil com coordenação do governo central, envolvendo os parlamentos, governos estaduais, classe trabalhadora, que é a maior interessada nesse projeto de país; além de empresas e representações empresariais. Nesse sentido, a reestruturação das estatais, como a Petrobras, como empresa estratégica para o desenvolvimento de biocombustíveis e pesquisa de energia limpa, e a reestatização do Sistema Eletrobras são essenciais para garantir o desenvolvimento, onde a transição energética, baseada na descarbonização - tendência irreversível - exigirá e exigirá de a CUT fortalecer a luta por uma transição justa.

213. A reindustrialização do Brasil também requer uma política externa ativa para voltar a promover a indústria nacional, tanto em investimentos diretos como nas exportações de manufaturas, com uma política comercial mais efetiva, visando fortalecer o parque industrial brasileiro. E a retomada da política de conteúdo local, nas compras públicas e em obras nacionais, de mobilidade, nos vários segmentos

setoriais brasileiros industriais na recomposição da indústria da intermediária, a chamada indústria da indústria, que produz como fornecedora da indústria e ações de transferência tecnológica. E mais, inserir nossa economia com competitividade nas cadeias produtivas mundiais. Pressupõe ainda fortalecer o mercado interno e consolidar a legislação trabalhista e ambiental compatíveis com esse patamar de desenvolvimento sustentável que queremos construir.

214. Nesta perspectiva, a atuação da CUT nas negociações coletivas e a plataforma de reivindicações e políticas públicas que apresenta contribuem para ampliar o mercado nacional de consumo. O mercado que crescerá e se tornará atraente para investimentos estrangeiros, que serão bem-vindos, sejam da Ásia, países Árabes, Europa ou países do Norte. Mas, deles é preciso exigir a valorização do conteúdo local e a geração de emprego para brasileiros.
215. A defesa da reindustrialização deve se traduzir em melhores empregos e oportunidades de trabalho decente nas áreas de tecnologia e serviços e não em mais desemprego. Portanto, é preciso retomar com força a luta pela redução da jornada de trabalho, voltando a campanha nacional pelas 40 horas semanais, sem redução de salários, política de requalificação profissional, reconversão industrial, política de salário-mínimo, pois fortalecerão nossa concepção de desenvolvimento e garantirão a inclusão de trabalhadoras e trabalhadores.

## **Amazônia**

216. A Amazônia esteve no centro do debate do clima, com críticas contundentes e isolamento internacional do Brasil durante o governo Bolsonaro por causa do crescimento sem precedentes do desmatamento, do desmantelamento da política ambiental, do estímulo à ação predatória de empresas de mineração, madeireiras, grileiros e da agropecuária que invadiram terras indígenas. A escolha de Marina como ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima com o compromisso de reverter este quadro reforçou a credibilidade do governo Lula na área.
217. No entanto, o quadro é gravíssimo e precisa ser enfrentado com centralidade no projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil e para a região. O projeto requer a ação do Estado no sentido de reestruturar e reaparelhar políticas ambientais, demarcar terras indígenas e continuar combatendo a grilagem de terra e o garimpo ilegal; requer a proteção de populações ribeirinhas afetadas por barragens, o incentivo a programas de desenvolvimento que assegurem a exploração sustentável dos recursos naturais, combinando o conhecimento tradicional da população local com conhecimento científico, demonstrando que a floresta em pé é mais rentável do que o agronegócio predatório.
218. Da mesma forma, a CUT questiona o uso indiscriminado de agrotóxicos e seus efeitos devastadores sobre o meio ambiente. O governo Bolsonaro praticamente eliminou as barreiras para a produção e uso inescrupuloso e crescente de agrotóxicos proibidos em outros países, colocando em risco a vida dos trabalhadores que aplicam esses insumos, a saúde dos consumidores, comprometendo a qualidade de alimentos, da água e da vida em mananciais e bacias inteiras de rios.
219. Fazer sindicalismo na Amazônia é totalmente diferente de fazer sindicalismo nas outras regiões brasileiras. Isso também se dá em relação à formação sindical. Convive-se com a dura realidade de invasão das terras indígenas, grilagens de terras, uma extrema direita violenta e armada – na região estão os estados mais violentos na área rural com perseguições e mortes de lideranças sindicais, indígenas e defensores dos direitos humanos. Somam-se a esse desafio as grandes distâncias que são superadas por estradas, água (barco) e avião, com as passagens mais caras do país e com a escassez de voos.
220. A região Amazônica não é um imenso vazio populacional. Além do migrante vindo do sul e sudeste é uma região com uma grande diversidade populacional – ribeirinhos, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, uma rica diversidade da classe trabalhadora. É uma região que possui uma imensa riqueza ambiental, cultural, populacional e de resistência política. Mas, ao mesmo tempo, é a região cobiçada por conta dos minérios, principalmente o ouro, pelas suas árvores centenárias que produzem madeira nobre, cobiçada pela riqueza animal que estimula o tráfico de animais silvestres, cobiçada pela sua riqueza biológica através da biopirataria. É uma região em que o movimento sindical CUTista tem um grande papel na resistência e na defesa da democracia e direitos humanos.
221. A Amazônia, mais precisamente a cidade Belém do Pará, irá sediar a COP 30 - 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em 2025, após uma ação decisiva do Governo Lula, o que já tem permitido um outro olhar internacional sobre a região, inclusive com a liberação de recursos financeiros para financiar a preservação ambiental. Porém, sem o acompanhamento devido da sociedade, e em particular do movimento sindical. É fundamental que a CUT tenha uma posição clara sobre a

Conferência já no processo preparatório, pois será o momento de construir uma posição unitária da sociedade civil e o movimento sindical cutista precisa ser sujeito dessa contribuição. Entre as atividades preparatórias está a Assembleia dos Povos da Terra pela Amazônia, que é uma articulação com o objetivo de influir na declaração que os governantes da região irão aprovar na Cúpula dos Presidentes da Amazônia. É necessário que a CUT se faça presente nesse processo, de forma ativa. Nesse sentido, é de fundamental importância recuperar e dar continuidade ao debate sobre Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional – DPPAR, realizado através do processo de formação em que se debate o desenvolvimento sustentável, a transição justa e que tem como objetivo desenvolver uma série de ações pedagógicas que visam contribuir para aprimorar a articulação regional das estaduais da CUT, tendo como foco as políticas públicas e o desenvolvimento regional conforme identidades e características de cada região do país.

### **Agricultura familiar e reforma agrária**

222. A CUT continuará defendendo o fortalecimento da agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos no país. É fundamental que os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar sejam apoiados com a oferta de crédito a baixos juros; com a renegociação de dívidas; com a assistência técnica rural, apoio logístico à comercialização; com apoio técnico e financeiro na produção e comercialização. E que sejam estimulados a formarem cooperativas e pequenas agroindústrias, aumentando a oferta de alimentos saudáveis, de qualidade e comercializados a preços justos. Todas estas medidas devem ser acompanhadas de um programa robusto de reforma agrária e medidas de proteção à renda dos trabalhadores assalariados rurais nos períodos de entressafra.

### **Combate às privatizações e defesa das estatais**

223. O combate à privatização implica também em reestruturação das estatais, como a Petrobras, como empresa estratégica para o desenvolvimento de biocombustíveis e pesquisa de energia limpa; implica também a reestatização do Sistema Eletrobras. São iniciativas essenciais para garantir esse desenvolvimento. A CUT combaterá as medidas privatistas presentes em diversas áreas como saneamento, energia, transporte, logística e outras.

### **Emprego, renda e proteção social**

224. Como parte e desdobramento das políticas de desenvolvimento, a CUT continuará priorizando ações em defesa da ampliação da proteção social, do combate à fome, à pobreza e à precarização do trabalho. Da mesma forma e com igual vigor, deverá continuar demandando do Estado a continuidade da política de valorização do salário-mínimo, o desenvolvimento de políticas de proteção ao emprego, de valorização dos servidores públicos, de geração de empregos de qualidade, de ampliação de moradias para os trabalhadores(as), de mais investimento na rede pública de saúde e de educação, de fortalecimento da agricultura familiar, da proteção do meio ambiente e da transição justa.

225. Fortalecer a política de valorização do salário-mínimo, conquista da CUT e das Centrais em 2004 e desmontada pelo governo Temer e Bolsonaro, é fundamental para possibilitar uma nova dinâmica econômica. Deve ser prioridade do projeto de desenvolvimento nacional pois além de combater a pobreza e distribuir renda, tem grande impacto na economia ao dinamizar o mercado interno. Articulada a outros programas de transferência de renda, contribui para diminuir a desigualdade, especialmente para mulheres e negros(as).

## CONJUNTURA ESTADUAL

226. Em 2023, a CUT São Paulo completou 39 anos de fundação e a CUT Brasil celebra seus 40 anos durante o nosso Congresso. Nessas quatro décadas, travamos importantes batalhas, estivemos à frente de muitas lutas, garantimos direitos e comemoramos muitas vitórias. E, graças à nossa luta, o empenho e a dedicação de cada dirigente, de cada companheiro e companheira dos movimentos sindical ou popular e ao engajamento da nossa militância, garantimos a vitória da democracia ao eleger, pela terceira vez, o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República, impondo importante derrota a Jair Bolsonaro e seus seguidores. Porém, para o governo do Estado de São Paulo não tivemos sucesso e o atual ministro da Fazenda, e ex-prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, foi superado no segundo turno pelo candidato do bolsonarismo ao governo paulista, Tarcísio de Freitas, ex-ministro do desgoverno Bolsonaro. Para o Senado, o candidato bolsonarista, o astronauta Marcos Pontes, também foi eleito;
227. A esquerda teve votação muito expressiva no estado, vencendo na capital e em algumas outras cidades, incluindo várias da região metropolitana de São Paulo. Mas a existência de alguns cinturões da extrema direita no interior do estado garantiu diferença de votos suficientes para eleger os candidatos bolsonaristas ao governo e ao Senado;
228. O que se deve ter em mente é que a eleição de Tarcísio de Freitas nada mais é do que a evolução da hegemonia do conservadorismo no estado de São Paulo, no qual o PSDB manteve o seu controle político com boa parte do voto conservador até 2022, voto este que decididamente migrou para uma caracterização mais explícita de sua visão: um projeto vinculado à extrema direita bolsonarista diretamente, sem intermediários;
229. Saliente-se que, se considerado o período de quase 30 anos em que o governo do estado foi controlado pelo PSDB, os retrocessos se sobrepõem, frente a ausência de quaisquer aspectos positivos para a imensa maioria do povo paulista;
230. Um dos principais indicadores dos efeitos estruturalmente danosos das décadas de PSDB no governo do Estado é a crescente perda de relevância da economia paulista em relação ao conjunto da atividade econômica nacional, caindo para os atuais 30% de participação no PIB nacional depois de atingir 40% nos anos 1990. O principal responsável foi a queda da participação do parque industrial da economia paulista, que apesar de ainda ser o maior, perde cada vez mais participação. Para se ter noção da magnitude da queda, em 2002, a indústria paulista foi responsável por mais de 35% do valor adicionado na indústria brasileira, enquanto em 2020 esse valor foi de 28%. Ou seja, o período mostra que, no seu cômputo total, o crescimento econômico e da indústria paulista foi inferior à média nacional;
231. A ausência de planejamento e de uma política industrial ativa por parte do governo estadual resultaram em acelerada desindustrialização do estado no período recente, com perda de investimentos produtivos, transferências de empresas para outros estados e fechamento de fábricas. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal Regional do IBGE, a indústria paulista opera neste ano de 2023 em um patamar de aproximadamente 25% abaixo do registrado em 2011;
232. Esta piora na atividade econômica tem se refletido diretamente tanto no mercado de trabalho como em uma piora na qualidade de vida da população, que por sua vez se vê prejudicada pela queda relativa de financiamento de políticas públicas, privatizações e queda nos investimentos públicos, encarecendo a vida da população no estado, com perda de qualidade nos serviços públicos. Durante a recente pandemia de COVID-19, a falta de apoio financeiro e de uma política de proteção ao setor varejista e de serviços por partes dos governos nacional e estadual provocou uma crescente onda de falências e fechamentos de lojas, bares, restaurantes, empresas pequenas e médias do setor. Com a diminuição dos índices de contaminação e a eleição de um novo governo nacional responsável e mais comprometido em recuperar a economia, a atual política monetária de juros escorchantes do Banco Central atinge em cheio o já combalido setor e uma nova onda de falências, fechamentos e desemprego em massa perigosamente se avizinha;
233. Mesmo o conceito de estado desenvolvido é extremamente heterogêneo: considerando o

aspecto de renda do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)<sup>2</sup>, em sua dimensão “Riqueza Municipal”, uma minoria de municípios é considerada com “alta riqueza”, geralmente aqueles próximos aos grandes eixos rodoviários do estado (rodovias dos Bandeirantes, Anhanguera, Washington Luiz, Castelo Branco e Dutra): a maioria é considerada de baixa riqueza, incluindo a região do Vale do Ribeira, ainda de desenvolvimento econômico e social muito abaixo da maioria do estado;

234. O “sucateamento” da máquina pública paulista tem sido evidente: queda de investimentos tem deixado toda estrutura de pesquisa científica do estado cada vez mais frágil. Nas universidades, uma expansão sem aumento de receitas desafia as respectivas gestões em equilibrar qualidade com quantidade. Esta piora na atividade econômica tem se refletido diretamente tanto no mercado de trabalho como em uma piora na qualidade de vida da população, que por sua vez se vê prejudicada pela queda relativa de financiamento de políticas públicas, privatizações, terceirização, quarterização, e transferência da verba pública para o setor privado, encarecendo a vida da população no estado, com perda de qualidade nos serviços públicos. Apesar das várias experiências exitosas das universidades paulistas com seus departamentos de pesquisa, grupos de extensão e incubadoras de empresas e negócios, a falta de compromisso e investimentos dos governos passados e presente do estado aprofundam esta crise e deixam de inovar a economia paulista que perde competitividade, vigor e caminha cada vez mais para diminuição de sua importância no PIB nacional.
235. No funcionalismo público, salários com perdas cada vez maiores, estruturas de carreira e salários defasados, além de toda estrutura de auxílio ao funcionalismo público como no Hospital do Servidor e no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE), tem causado estímulo cada vez menor ao ingresso e renovação do quadro de servidores estaduais, assim como sua valorização em termos profissionais e salariais. Resultado da política de terceirização e privatização com a consequente queda na qualidade e quantidade no atendimento do povo paulista pelas políticas públicas do estado;
236. As privatizações expõem a ausência de investimentos públicos e a transferência do patrimônio público à iniciativa privada que fornece serviços mais caros e de pior qualidade. As recentes falhas nas linhas de trem concedidas à iniciativa privada são uma precisa amostra da piora da qualidade de prestação de serviços públicos e a ausência de retornos para o cidadão comum;
237. As empresas públicas ainda sob controle do estado, como o Metrô, a CPTM e a SABESP, padecem com a ausência de investimentos e de planejamento público, o que tem gerado atraso nas entregas de novas estações ou mesmo a falta de água nos períodos de maior seca;
238. No geral, a busca incessante pela redução do papel do Estado como indutor ao desenvolvimento ocasiona ausência completa de planejamento de suas ações. Neste sentido, a vitória eleitoral de Tarcísio não é somente a continuidade desse processo de redução do Estado na economia e na sociedade paulista, mas de sua radicalização, o que fica explicitado nos discursos em defesa da ampliação das privatizações e aprofundamento das reformas administrativas do estado realizadas no governo de João Doria;
239. São Paulo, que possuía o mercado de trabalho mais formalizado do Brasil, tem visto crescer o aumento de formas diversas de relações de trabalho afastadas do assalariamento formal. A queda relativa da indústria paulista em relação à nacional, assim como em relação aos demais setores econômicos, promove uma piora qualitativa do mercado de trabalho. Os rendimentos médios dos ocupados paulistas ainda são maiores que a média nacional, mas essa diferença já foi mais elevada. Por outro lado, a taxa de desocupação do estado de São Paulo (em 7,6% da População Economicamente Ativa no estado) é quase igual à nacional (7,9%), no 4º trimestre de 2022, dado este que já teve diferenças maiores que a atual;
240. Em São Paulo, Tarcísio segue Doria na mesma política de desmonte do estado paulista levada a cabo em nível federal por Bolsonaro. Investe em privatizações e terceirizações, transferindo recursos públicos para empresas privadas, enquanto reduz o efetivo, precariza as formas de contratação, e arrocha os salários do funcionalismo público estadual. E mantém a criminosa política de isenção fiscal que privilegia gigantes multinacionais como o McDonalds sem um explícito objetivo de uso desta política para incentivar crescimento de setores potencialmente promissores e sem contrapartidas como manutenção dos empregos;

---

<sup>2</sup> O IPRS é um indicador que mede nos municípios paulistas o desenvolvimento humano. O índice é organizado pela Fundação Seade em parceria com o Instituto do Legislativo Paulista e a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

241. Não bastasse a falta de reposição das perdas inflacionárias, o governo estadual sob Doria aprovou uma série de medidas que impactaram diretamente a remuneração do funcionalismo público estadual. Podemos citar a Emenda Constitucional (EC) 49, de 2020, e a Lei Complementar (LC) 1.354, de 2020, que trata da reforma da Previdência, que substituiu a faixa única de 11% por quatro faixas que variam de 11% a 16%. Além disso, a Reforma Estadual também aumentou a contribuição dos aposentados para 16% (para benefícios acima do teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS) e previu, em caso de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), contribuição adicional dos servidores aposentados sobre o valor dos benefícios acima do salário-mínimo, em três faixas que variam de 11% a 16%. Com isso, já em junho de 2020, o governo declarou déficit atuarial e os servidores aposentados do Estado de São Paulo passaram a ter elevados descontos no seu benefício, o que só foi revertido em dezembro de 2022, após muita luta das entidades sindicais que representam os servidores;
242. Já a Lei 17.293, de 2020 (reforma administrativa I), ampliou as contribuições pagas para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE), retirando a isenção dos beneficiários e aumentando as alíquotas dos dependentes;
243. A Lei Complementar (LC) 1.361, de 2021 (reforma administrativa II), além de flexibilizar a forma de contratação (ampliação da contratação por tempo determinado) e o uso da remuneração (bonificação por resultado) e jornada de trabalho (sistema de compensação de horas), retirou a previsão de reajuste anual do Adicional de Insalubridade pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC/FIPE)<sup>3</sup> em março de cada ano, o que impacta sobremaneira os servidores da saúde. O Adicional de Insalubridade era a única parcela das remunerações que ainda aliviava a perda salarial para a inflação e, em cargos como os de auxiliares e de técnicos de enfermagem, corresponde a mais de 30% dos salários;
244. Em certa medida, a vitória do candidato Tarcísio reforçou as perspectivas negativas sobre o aprofundamento do desmonte do aparato estatal paulista, seu início de governo tem se caracterizado pela falta de projeto que atue em relação aos problemas que afetam a população do estado, sem a apresentação de nenhuma ação estruturante, mas com a utilização em larga escala de vetos de projetos previamente aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP);
245. Na área de assistência social, o início do governo Tarcísio tem sido de medidas com impactos negativos como, por exemplo, o fechamento de unidades dos restaurantes populares “Bom Prato”, a ausência de ações à altura da complexidade do problema associado à “Cracolândia”, como a criação de centros de triagem para dependentes químicos. Em conluio com o atual prefeito de São Paulo que cerca as praças do centro em uma nítida agressão aos povos da rua, além da volta com muito mais força da ineficiente tese da “internação compulsória” tão combatida pelos movimentos sérios que atuam na recuperação dos dependentes químicos;
246. O desmonte das políticas públicas em São Paulo tem resultado em um aumento alarmante da violência contra as mulheres, especialmente contra as mulheres negras, que sofrem de forma desproporcional com a desigualdade e a exclusão social;
247. O estado enfrenta um grave cenário com o aumento alarmante de 53,8% nos casos de feminicídio entre janeiro e abril de 2023, atingindo o patamar mais alto desde 2018, de acordo com dados recentes da Secretaria da Segurança Pública (SSP). Infelizmente, ao invés de tomar medidas para combater essa violência, o governador Tarcísio (Republicanos) tem piorado a situação das trabalhadoras ao implementar uma agenda privatista de entrega de serviços e do patrimônio público;
248. Além disso, a escolha de Sonaira Fernandes como secretária da Mulher, uma pessoa que se declara antifeminista e adota posicionamentos que oprimem os direitos e a condição das mulheres, é inaceitável. Diante desse contexto, é fundamental denunciar e combater a negligência desse governo e suas políticas que vão na contramão da busca pela igualdade de gênero no estado de São Paulo;
249. Sobre a situação da educação paulista, o governo dá continuidade à gestão desastrosa de Doria, anunciando o fechamento de quase 400 classes em escolas do estado, conforme registrado pela APEOESP, o que levará a salas de aulas ainda mais cheias, ultrapassando em muito o máximo de 25 alunos por sala de aula que o Plano Estadual de Educação prevê. Mesmo com recentes ataques violentos às escolas, o governo manteve a suspensão do programa “Psicólogos da Educação”. Além disso, o governador busca reduzir o gasto mínimo obrigatório em educação do estado de São Paulo em 5% (de 30% para 25%), o que geraria um impacto potencial estimado de redução em R\$ 9 bilhões no orçamento anual da Secretaria da Educação;

---

<sup>3</sup> Este índice mede a inflação na cidade de São Paulo.

250. Uma faceta da gestão neoliberal do PSDB que persiste com Tarcísio e precisa ser enfrentada e superada é o descumprimento dos pisos salariais definidos em legislação federal, como o das professoras e professores. O Piso Salarial Profissional Nacional é o menor valor que um profissional do magistério público da educação básica pode receber como remuneração, para uma jornada de 40 horas semanais, obedecendo a proporcionalidade em caso de jornadas diferenciadas. Ele foi criado em 2008, a partir da lei nº 11.738 e entrou em vigor a partir de 2009, no segundo mandato do governo Lula. No estado de São Paulo, o piso nacional não é cumprido. O valor para 2023 é de R\$ 4.420,23. No entanto, a remuneração inicial para um professor de educação básica no estado está em R\$ 2.843,50, cerca de 35,7% a menos. A diferença é paga através de abono, que não incide para fins de cálculo do valor de aposentadoria, por exemplo. O mesmo acontece com profissionais da saúde, que recebem abonos de até R\$ 2 mil para que os pisos da categoria sejam cumpridos. Por exemplo, um técnico de enfermagem da Secretaria Estadual da Saúde tem piso fixado em lei no valor de R\$ 3.325,00, mas na tabela de salários da Secretaria o salário inicial é de R\$ 1.320,00;
251. Em relação aos Transportes e Mobilidade, área crítica especialmente nas grandes cidades do estado de São Paulo, as linhas concedidas à iniciativa privada, como as linhas 15 Prata do monotrilho e 8 e 9 da CPTM têm acumulados inúmeras falhas, ao ponto de o Ministério Público solicitar a rescisão dos contratos das respectivas linhas e diante da omissão do governo do estado em sanar tais questões;
252. Ainda há muitas outras questões relevantes que mostram a ação do governo do estado, além de omissa, tem sido amplamente desfavorável à população paulista: destacam-se à venda (a primeira) de terras devolutas do estado avaliadas em 26% do valor estipulado, contrariando legislação sobre a destinação deste tipo de terras em vigor desde o governo de Franco Montoro. Outra medida que mostra o desprezo em relação especificamente à pauta ambiental é a fusão da Secretaria de Meio Ambiente com a de Infraestrutura e Logística, um contrassenso num período histórico em que a pauta ambiental adquiriu importância destacada no mundo, inclusive como oportunidade de crescimento econômico. Também podemos citar como exemplos de ataques aos direitos socioambientais dos paulistas a extinção, por lei, do Instituto Florestal e a extinção de fato dos Institutos de Botânica e Geológico cujos escombros foram unificados no Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA); bem como a exclusão do assento dos trabalhadores e trabalhadoras no Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA); e a privatização das Unidades Estaduais de Conservação da Natureza (permitindo, inclusive, a exploração madeireira em seu interior) com uma série de ataques às populações tradicionais que vivem no interior de tais unidades;
253. Quando nos referimos ao aprofundamento do desmonte estatal do governo de São Paulo com Tarcísio, isso fica mais evidenciado nos inúmeros projetos de privatizações e concessões que pretendem dar prosseguimento. Por exemplo, o projeto que envolve o Trecho Norte do Rodoanel foi concedido a uma empresa que, na verdade, é um fundo de investimento, sem qualquer *expertise* na área. Outro projeto de privatização é o relacionado à Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE), que teve o processo suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP);
254. Porém, os projetos de privatização do governo Tarcísio possuem um foco principal, que no caso é a SABESP. A empresa está presente em 378 municípios, atende 28 milhões de pessoas e teve um lucro líquido de R\$ 3,7 bilhões somente em 2022. Além de temerária, frente aos recentes acontecimentos relacionados à seca em várias partes do estado, o fracasso e a posterior reversão em vários locais no mundo de privatizações (como Berlim e Buenos Aires), trata-se de um serviço com impacto direto nos custos de cidadãos e empresas. Além disso, irá tornar ainda mais distante a meta de universalização dos serviços de água e esgoto no estado, já que a experiência mostra que empresas privadas não privilegiam tais medidas, atuando em detrimento de áreas que demandam menores investimentos e possuem maior retorno; Tarcísio pretende privatizar o Porto de Santos. O projeto é dele antes de concorrer ao governo de São Paulo. Entregar a autoridade portuária à iniciativa privada é um absurdo! Só existe um caso, na Austrália, e não deu certo. Por que privatizar a gestão do porto se está dando lucro?
255. Os resultados do Porto de Santos em 2022 provam que não há justificativa para a privatização. Ele movimentou 162,4 milhões de toneladas de carga o ano passado. Em relação a 2021, o resultado apresentou um crescimento de 10,5%. Os embarques avançaram 15,1%, chegando a 118,7 milhões de toneladas, e os desembarques totalizaram 43,7 milhões de toneladas. Trata-se do recorde de movimentação de cargas em só um ano no complexo portuário santista;
256. Para 2023, a expectativa é de movimentação de cerca de 167 milhões de toneladas de cargas operadas no Porto de Santos, mesmo em um cenário de pandemia e de guerra na Europa, deixando o futuro encaminhado para que o Porto abarque os desafios da região e do País. Para entender a

importância do Porto de Santos com relação à economia brasileira, o porto é responsável por aproximadamente 30% da balança comercial brasileira, valioso demais para ter sua administração privatizada. É soberania nacional!

257. Os episódios de calamidade pública ocorridos no início do ano no litoral Norte do estado de São Paulo também não deixam muitas dúvidas sobre o caráter pouco ativo do governo em assuntos que não sejam relacionados ao desmonte do estado, agindo de forma reativa e mesmo assim problemática: apesar da urgência, todo trâmite para a construção de unidades habitacionais para os atingidos pela tragédia foi feita sem licitação, o que obviamente gerou problemas sobre a transparência necessária à toda e qualquer compra pública;
258. Colocada estas questões, observamos a continuidade do aprofundamento do projeto privatista, que vem minando tanto as condições de vida da população como de quem realiza esses serviços, ou seja, do funcionalismo público. Além disso, a completa ausência de planejamento do estado, fora do conceito de concessões e privatizações, vem reduzindo ainda mais a relevância da economia paulista no país, o que significa piora de seu mercado de trabalho e aumento de sua precarização. O caminho para a reversão deste quadro é certamente longo, mas a sua ausência pode significar uma situação de não retorno a qualquer possibilidade de construção de um estado mais solidário, digno e acessível a toda sua população;
259. O enfrentamento a este tipo de gestão que repete o que vivemos e derrotamos com Bolsonaro, exigirá da CUT, suas federações, sindicatos, trabalhadoras e trabalhadores de todas as categorias muita disposição à unidade, à luta e ao enfrentamento. Derrotar o governo Tarcísio no que representa de ataque aos direitos da cidadania, aos serviços públicos e às trabalhadoras e trabalhadores do estado é parte essencial da reconstrução do Brasil liderada pelo presidente Lula.



# ESTRATÉGIA DA CUT SÃO PAULO

260. A CUT-SP tem um papel fundamental na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para isso, é essencial que a central sindical mantenha a sua autonomia em relação aos governos e continue exigindo deles a garantia da manutenção e a ampliação das políticas de proteção social, o combate à precarização do trabalho e a criação de empregos decentes, com o objetivo de enfrentar a fome, a pobreza e a desigualdade social que flagelam a classe trabalhadora;
261. A articulação e a disputa dessas propostas em defesa do fortalecimento dos sindicatos, da ampliação dos direitos e a construção de um projeto que tenha novamente as trabalhadoras e os trabalhadores como protagonistas de uma nação mais igualitária, implicam a ampliação e o fortalecimento das relações públicas, a ampliação das fronteiras da cidadania e a construção de uma visão de mundo e de uma narrativa para sustentá-las. Envolve também a luta pela democratização do acesso à informação, a comunicação em geral e o combate à exclusão digital. Ou seja, uma trajetória de lutas que amplie as conquistas da classe trabalhadora, fortaleça a democracia e promova um projeto de desenvolvimento, com transformações estruturais que nos aproximem da construção do socialismo;

## SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

262. Os nossos sindicatos têm enfrentado uma dura batalha para superar os efeitos da reforma trabalhista do governo Temer, que foi agravada durante o governo Bolsonaro com a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego e a crescente situação de fome. Além disso, os impactos da pandemia de COVID-19 foram devastadores para a classe trabalhadora;
263. Esses elementos mencionados acima levaram a um aumento significativo no número de inadimplências em relação às contribuições financeiras que sustentam a estrutura sindical como um todo, incluindo as federações, confederações e a própria CUT em todos os níveis, desde as subsedes até o âmbito estadual e nacional. Essa realidade tem impactado diretamente a capacidade de sustentação política e financeira da estrutura sindical, tornando-se um desafio a ser enfrentado para garantir a continuidade das ações e lutas em defesa das trabalhadoras e trabalhadores;
264. Também é importante mencionar que há sindicatos que têm enfrentado uma inadimplência financeira ao longo dos últimos dez anos, considerando que nesse período houveram eleições sindicais e renovação das diretorias. Essas novas direções assumiram um passivo das gestões anteriores, no entanto, é necessário compreender que esses sindicatos têm se engajado ativamente nas atividades políticas e nas lutas conduzidas pela CUT-SP em suas respectivas regiões, contribuindo financeiramente com os rateios de despesas;
265. Diante desse cenário, é nosso papel refletir sobre os motivos que levam a essa situação de que mesmo diante dos esforços e iniciativas das direções da CUT Nacional, da CUT-SP, assim como dos ramos e da coordenação das subsedes, alguns progressos foram alcançados, mas não foram suficientes para solucionar esse grande número de inadimplências;
266. Diante disso, a próxima direção eleita no 16º CECUT, em conjunto com os ramos e os coordenadores das subsedes, deve realizar um estudo minucioso e uma análise abrangente da situação de cada sindicato. Será necessário realizar visitas e estabelecer diálogos para destacar a importância da contribuição política e financeira de cada sindicato para fortalecer as ações da CUT e a defesa da classe trabalhadora no estado de São Paulo.

## INTERIORIZAÇÃO DA CUT NO ESTADO DE SÃO PAULO

267. O 16º Congresso Estadual da CUT-SP autoriza a direção eleita pelos delegados e delegadas a elaborar e apresentar o Regimento de funcionamento das subsedes, que será submetido à aprovação no planejamento da próxima direção da CUT-SP. Esse regimento entrará em vigor a partir da próxima eleição dos coordenadores ou coordenadoras das subsedes, programada para fevereiro de 2024. Todo o processo de elaboração do regimento será embasado em um estudo abrangente que contemplará a reestruturação geográfica, política e estrutural. O objetivo é garantir não apenas uma presença física das subsedes, mas também uma articulação estratégica considerando os principais arranjos

institucionais no interior do estado de São Paulo. Essa iniciativa tem como propósito fortalecer e descentralizar a atuação da CUT, potencializando sua presença organizativa em todo o estado.

### **CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS COMITÊS POPULARES DE LUTA**

268. A CUT-SP deve orientar seus sindicatos a retomarem e fortalecerem a organização dos Comitês Populares de Luta. Esses comitês representam uma valiosa experiência de organização, mobilização, união e solidariedade entre militantes e ativistas em cada território do estado de São Paulo, que buscam reconstruir o país e fortalecer a nossa democracia. Ao fortalecer e ampliar os comitês, a CUT SP promove uma maior participação da sociedade civil na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Além disso, essa iniciativa contribui para fortalecer o movimento sindical e ampliar a capacidade de luta por um país com mais justiça social.

### **BRIGADAS DIGITAIS**

269. Uma das ações de mobilização da CUT São Paulo passa pelo fortalecimento das Brigadas Digitais no estado, projeto implementado em 2022 para uma ação articulada em âmbito nacional. Com o propósito de enfrentar toda e qualquer ameaça à democracia e à liberdade, com informações precisas, verdadeiras, de qualidade e apuração séria, as Brigadas Digitais também têm, entre outros, o objetivo de promover a pauta da classe trabalhadora, garantindo a segurança e a tecnologia da informação.

270. A CUT-SP tem como estratégia se colocar e agir contra a propagação de notícias sem comprovação e veracidade. É preciso combater, principalmente junto às bases sindicais e em cada local de trabalho, a disseminação de mentiras e de informações que possam prejudicar a luta por direitos, igualdade, equidade e justiça social;

271. Mesmo diante de desafios futuros, é inegável a importância do papel estratégico da comunicação sindical, como tem sido comprovado diariamente. Neste sentido, a CUT-SP pretende fortalecer o projeto das Brigadas Digitais, ampliando a formação de formadores em comunicação popular digital; a formação de organizadores de brigadas; e garantindo a organização das Brigadas em todo estado de São Paulo.

### **A LUTA PARA APROVAÇÃO DE LEIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS**

272. A CUT luta pelo Projeto de Lei 572, de 2022, a Lei Marco Nacional Sobre Direitos Humanos e Empresas, e pelo Tratado Vinculante para a regulação de empresas transnacionais em matéria de Direitos Humanos no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

273. Em 1972, Salvador Allende fez um discurso histórico nas Nações Unidas problematizando o avanço das empresas transnacionais sobre a vida política chilena, clamando pela urgência de se regular o poder das grandes corporações. Não por acaso, em 1973 foi vítima de um golpe de Estado que inaugurou, no Chile, um laboratório das políticas neoliberais, o qual se expandiu em toda a América Latina, assentado em amplos processos de privatização de empresas públicas, abertura de mercado interno e acesso a matérias-primas para transnacionais. Assim, elas acumulam cada vez mais poderes econômicos, políticos e culturais, se tornando muito maiores do que alguns Estados;

274. No Brasil, as corporações têm avançado aos longos dos anos na mercantilização da água, na flexibilização das normativas ambientais e na intensificação da precarização do trabalho;

275. A CUT, em seus 40 anos de história, esteve sempre em defesa intransigente dos Direitos Humanos da classe trabalhadora, independentemente se essa transgressão dos direitos era de responsabilidade do Estado ou de empresas. O avanço do neoliberalismo no Brasil trouxe como desdobramento, tragédias irreversíveis na vida do povo e do meio ambiente;

276. Na agenda internacional, nossas ações nos levaram à incorporação da agenda de luta contra as empresas transnacionais, não apenas em agendas reativas de mobilização, mas também na consolidação de grandes articulações de projetos como do Tratado Vinculante para a regulação de empresas transnacionais em matéria de Direitos Humanos no Conselho de Direitos Humanos da ONU;

277. Na agenda nacional, como efeito dessa luta, com a participação no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em 03 de fevereiro de 2017, com a Resolução nº 02, foi criada a Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social, no âmbito do Conselho. Em 12 de março de 2020, o CNDH aprovou a resolução número 5, que dispõe sobre Diretrizes Nacionais para uma Política Pública sobre Direitos Humanos e Empresas;

278. A Resolução número 5 foi estabelecida como uma resposta da sociedade civil ao Decreto nº

9.571 do dia 21 de novembro de 2018 sobre Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, elaborado pelo governo Bolsonaro, onde o cenário político brasileiro se posicionava contra a atuação de movimentos sociais. Esse decreto foi criado sem a participação popular e principalmente das comunidades afetadas. Está baseado apenas por princípios orientadores e na lógica voluntarista das empresas, adotando medida compensatória, que é a distribuição de selos para empresas que aderirem aos termos. Além disso, há a inversão do ônus da prova, instrumento do direito que determina que as provas no processo devem ser fornecidas por quem alega ter seu direito violado;

279. A partir dessa resolução, os deputados Carlos Veras (PT, ex-presidente da CUT Pernambuco), Helder Salomão (PT), e as deputadas Fernanda Melchionna (PSOL) e Áurea Carolina (PSOL), com várias entidades e movimentos sociais, construíram o PL 572/2022, a Lei Marco Nacional Sobre Direitos Humanos e Empresas, que estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema;
280. Em 2023, o PL está em tramitação, tendo a correlação de forças desfavorável no Congresso Nacional. Ele passará por 4 Comissões: Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Direitos Humanos e Constituição e Justiça. Ainda há pouco conhecimento sobre esse PL no meio sindical, mas precisamos trabalhar a divulgação<sup>4</sup> e articulação dessa luta e já introduzir essas informações nas negociações coletivas.

### **Lei alemã de Devida Diligência**

281. Um mero comprometimento voluntário de empresas ao cumprimento de valores é insuficiente para a sua efetividade. Na Alemanha, uma nova legislação alemã traz deveres específicos, com a aplicação de multas significativas nos casos de descumprimento das medidas previstas. Neste sentido, as empresas alemãs terão que implementar uma série de padrões de gestão de riscos, além de demonstrar que há respeito integral aos direitos humanos em toda a sua cadeia produtiva, o que engloba os seus fornecedores com atuação no exterior (inclusive no Brasil). A legislação entrou em vigor gradativamente a partir de 1º de janeiro de 2023;
282. A CUT, através da Secretaria de Políticas Sociais, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil, promoverá alguns seminários para trabalhar esse tema em conjunto com os dirigentes, principalmente do macrossetor indústria. Foi solicitado ao Dieese um levantamento das empresas alemãs que atuam no Brasil e que estão na base da CUT, para que possamos trabalhar com esses sindicatos.

### **MEIO AMBIENTE**

283. A CUT-SP luta pela proteção dos trabalhadores, das trabalhadoras e das populações vulnerabilizadas (que são sempre os primeiros a sofrerem os efeitos maléficos das crises ambientais, sociais, políticas e econômicas). Deste modo, se faz necessário se colocar como parte integrante do esforço de construção de alternativas ao capitalismo voraz que gera desigualdades, mortes, destruição e colapso socioambiental. Abaixo, seguem estratégias para a luta em defesa do meio ambiente.
284. Enfrentamento à política mercadológica de “gestão da água” no Estado de São Paulo.
- a) Continuidade da parceria com o Coletivo de Luta Pela Água e com o Fórum Alternativo Mundial da Água para fazer frente à nova tentativa de privatização da Sabesp, bem como às tentativas de privatização das empresas públicas de água e saneamento e energia em geral.
285. Fortalecer o debate socioambiental nas periferias e nas comunidades rurais paulistas com vistas a fortalecer a luta para mitigação ou resolução de problemas socioambientais.
- a) Com a realização de ações de formação que estimulem a mobilização e ação em questões socioambientais em territórios periféricos e comunidades rurais em parceria com o Fórum Popular da Natureza, Frente Ampla Democrática Socioambiental, Coalizão Pelo Clima e demais coletivos que se disponham a organizar movimentos de resistência à destruição ambiental e de construção de alternativas econômicas, sociais e culturais ao modelo produtivista dominante.
286. Luta por uma política de redução de uso de agrotóxicos:
- a) Apoiar a “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida” e o “Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos”;

---

<sup>4</sup> Para maior conhecimento, recomenda-se a Cartilha Popular sobre o PL 572/2022; Acesso em: <<http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/CARTILHA-POPULAR-PL-572.pdf>>. Em outro link, é possível entender melhor sobre a Campanha Global rumo a um tratado vinculante de empresas transnacionais e direitos humanos. Acesso em: <<https://www.stopcorporateimpunity.org/wp-content/uploads/2022/10/Elementos-chaves-Campanha-Global.pdf>>.

**b)** Promover ações de sensibilização e mobilização dos trabalhadores, trabalhadoras e da população em geral sobre os males/riscos associados ao uso de agrotóxicos.

287. Luta por uma política de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.

**a)** Apoiando as ações do Fórum Estadual São Paulo Pela Reforma Agrária.

288. Enfrentamento da situação de desgovernança ambiental no estado de São Paulo, conforme as seguintes problemáticas:

“a. Diante da criação da “Supersecretaria” de Infraestrutura, Meio Ambiente, Transportes e Logística”: advinda de uma fusão da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado – SIMA (que já era uma fusão anterior, realizada pelo governo Doria, da Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos, com a Secretaria de Energia e Secretaria de Mineração), com a Secretaria de Logística e Transporte;

b. Perante a extinção por lei do Instituto Florestal e a extinção de fato dos Institutos de Botânica e Geológico cujos escombros foram unificados no Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA);

c. Perante a exclusão do assento dos trabalhadores e trabalhadoras no Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA);

d. Diante da privatização das Unidades Estaduais de Conservação da Natureza (permitindo, inclusive, a exploração madeireira em seu interior) e o ataque às populações tradicionais que vivem em seu interior (luta a ser realizada em parceria com a Rede Nosso Parque).”

289. Mitigação aos impactos dos resíduos sólidos: retomar o “Projeto EITA”: Campanha sobre uso consciente de recursos e reciclagem de resíduos na CUT e em entidades cutistas.

### **APOSENTADOS, APOSENTADAS, PENSIONISTAS, IDOSOS E IDOSAS**

290. Em 2012, os trabalhadores e trabalhadoras aposentados e pensionistas da CUT discutiam a criação de uma organização para representar a categoria em todo o país. Com uma bagagem de quem construiu as conquistas da classe trabalhadora, mas não abandonou a luta, em 2014 foi fundada a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Aposentados e Aposentadas, Pensionistas, Idosos e Idosas (FENAPI). Ela nasce orgânica à Central, o que significa organizar exclusivamente um ramo dentro da CUT, com o objetivo de auxiliar e articular nacionalmente o processo de organização das associações, departamentos e secretarias de aposentados dos sindicatos filiados à CUT no âmbito nacional, estadual e municipal;

291. É preciso olhar para a importância disso em nossa sociedade. O envelhecimento da população mundial impõe uma nova realidade para todos os países. No Brasil, as demandas colocadas pelo envelhecimento são somadas a outras de impacto socioeconômico ainda não atendidas, pois envelhecemos em uma condição marcada por desigualdades diversas: sociais, raça/cor, gênero e oportunidades. É fato que a elevação da expectativa de vida da população brasileira representa uma conquista social, porém, ela está longe de ser um direito de todos e de todas: cada pessoa envelhece conforme as condições em que viveu. Assim, envelhecer bem ainda é privilégio de poucos, visto que são os contextos socioeconômico, social e cultural que determinam como chegaremos à velhice;

292. Queremos uma sociedade justa para todas as idades, mas, para tanto, precisamos de políticas públicas centradas na equidade de direitos que preconizem educação de qualidade, ação social e representatividade, reduzindo as desigualdades e promovendo a justiça social, a cidadania e o envelhecimento ativo e saudável de todos os brasileiros e brasileiras. Isso significa romper com as visões perversas que desqualificam e agridem os direitos humanos, com a noção de políticas públicas como “obras de caridade”, filantropia, ou bondade de políticos;

293. Diante desse contexto, temos como desafio a criação de um canal de interlocução com o governo federal, porque os governos anteriores de Temer e de Bolsonaro destruíram espaços de discussão quadripartites;

294. Além disso, temos como desafio o envolvimento e apoio das entidades sindicais. Porque muitos sindicatos ainda não apoiam a luta neste seguimento, por falta de conhecimento da luta e da forma de organização dos aposentados e aposentadas da FENAPI-CUT. Existe, desse modo, uma frágil sustentação financeira da entidade, que depende de contribuição solidária;

295. Trazemos como proposta aprimorar o intercâmbio político com os sindicatos filiados à CUT, mantendo o diálogo com a CGIL Milão e Lombardia, fomentando também a troca de experiência por

meio do diálogo e do debate sobre práticas inovadoras para a organização dos aposentados, aposentadas, pensionistas, idosos e idosas;

296. Que a CUT ajude a FENAPI a organizar os aposentados e aposentadas dentro da instância sindical;
297. Propomos intercâmbios com sindicatos, filiados e instituições nacionais e internacionais que são parceiras da CUT;
298. Propomos que a CUT ajude e encaminhe ao governo federal e estadual a participação dos diretores e das diretoras da FENAPI nos conselhos de Previdência Social, direitos humanos, saúde, cidadania e dos idosos e idosas;
299. Queremos que a CUT estadual ajude a encaminhar a pauta de reivindicação dos aposentados e das aposentadas sobre perda salarial e a recuperação do 50% do PIB junto aos governos federal, estadual e municipal;
300. Na área da saúde pública, propomos o fortalecimento do SUS e a distribuição gratuita de medicação de alto custo, de fraldas geriátricas e o respaldo de cuidadores e cuidadoras nos domicílios, em situações de pessoas idosas que se encontram com problemas mais graves de saúde, em uma realidade em que a família não consegue garantir os cuidados básicos e necessários de atenção à pessoa idosa;
301. É preciso garantir a realização das perícias médicas humanizadas e o atendimento adequado dos trabalhadores e das trabalhadoras que solicitam os benefícios por incapacidade;
302. Se faz necessário analisar a situação dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), em particular dos municípios com dívidas, próximos do colapso financeiro, que impõem perdas para o fundo previdenciário. A partir dessa análise, é necessário elaborar um plano para a sustentabilidade dos RPPS que impeça perdas para as servidoras e os servidores públicos;
303. Propomos a revisão da legislação implementada pelo governo Bolsonaro para a aposentadoria rural, que criou obstáculos para que os trabalhadores e trabalhadoras acessem os benefícios previdenciários;
304. É necessário garantir que aposentados e aposentadas no serviço público tenham paridade. Que seja garantido, no mínimo, a correção da infração anual.
305. O 16º Congresso da CUT-SP aponta para a criação da Secretaria dos Aposentados/as.

### **RAMO RURAL**

306. A CUT São Paulo deve disputar a hegemonia política nas cidades e também no setor rural – onde estão as populações do campo, das florestas e das águas – por meio de um modelo de desenvolvimento que tenha como base estruturante uma ampla reforma agrária, garantindo acesso à terra, a todos que dela precisam e dependem, como instrumento de inclusão social, de descentralização de poder, e de estímulo ao cumprimento da função social da terra;
307. O acesso democrático à terra é a principal política de fortalecimento e ampliação da agricultura familiar no Brasil – que é responsável por mais de 90% dos estabelecimentos agrícolas e por aproximadamente 75% das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo. A implementação da reforma agrária é fundamental para enfrentar o latifúndio e o agronegócio, que são os sustentáculos do atual modelo de desenvolvimento rural – caracterizado pela concentração de terras, exclusão social e degradação ambiental;
308. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável do campo além de gerar emprego e renda para milhões de brasileiros e brasileiras, assegura a soberania e a segurança alimentar e fortalece a democracia e a justiça social. Mas, para enfrentarmos de maneira efetiva a fome que atinge milhões de paulistas no campo e na cidade, é crucial que a agricultura familiar recupere sua capacidade de produção de alimentos. Isso deve ser feito de forma rápida e socialmente justa, garantindo a recuperação da renda das famílias agricultoras e a preservação dos recursos naturais, como as águas e as florestas;
309. É importante destacar que, de acordo com o Censo de 2017, a agricultura familiar representava no estado de São Paulo cerca de 65% dos estabelecimentos agropecuários, em comparação com os 35% de estabelecimentos patronais. No entanto, em termos de área de terra, a agricultura familiar detinha apenas 13%, enquanto os setores patronais concentravam 87%. Essa disparidade na distribuição de terras é um

fator central a ser abordado quando discutimos a redução da desigualdade, o fortalecimento da agricultura familiar como impulsionadora do desenvolvimento regional, da sustentabilidade socioambiental e da segurança alimentar no estado de São Paulo e no país como um todo;

310. Para atingir esses objetivos estratégicos é fundamental organizar, fortalecer e ampliar a presença da organização sindical da agricultura familiar e dos assalariados rurais em São Paulo, e contribuir para o fortalecimento das suas organizações como federações e confederações, enquanto instrumentos legítimos de organização política dos trabalhadores e das trabalhadoras. A CUT São Paulo e suas organizações sindicais da agricultura familiar e dos assalariados rurais devem estabelecer parcerias, estratégicas ou pontuais, com outros atores do movimento social (MST, CPT, MAB, MLST, ONGs etc.)<sup>5</sup>, observando sempre a autonomia da CUT, os nossos princípios e objetivos;
311. Defendemos, em síntese, um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com democratização do acesso à terra, Reforma Agrária e fortalecimento da Agricultura Familiar e camponesa, soberania e segurança alimentar e nutricional, valorização e fortalecimento do sindicalismo rural e a garantia dos direitos trabalhistas para assalariados e assalariadas rurais;
312. A direção eleita no 16º CECUT para o período 2023 a 2027 terá o papel crucial na reconstrução do projeto político sindical das trabalhadoras e trabalhadores rurais no estado de São Paulo, principalmente na reestruturação dos sindicatos já estabelecidos nas diversas cidades do interior. Isso visa a disputa pela hegemonia política da CUT no interior do estado.

### **RAMO DA COMUNICAÇÃO**

313. A livre circulação de informações e a democratização da comunicação são elementos fundamentais para a constituição de um país soberano, justo, democrático e que tenha a classe trabalhadora como protagonista de sua história. Sendo assim, é vital que as trabalhadoras e trabalhadores do ramo da Comunicação possam fortalecer seus laços e construir unidade na permanente luta por salários, direitos e dignidade. Afinal de contas, precisamos encontrar soluções conjuntas diante das profundas transformações proporcionadas pela inovação tecnológica.
314. Em especial, com a chegada das plataformas em rede administradas por conglomerados internacionais de tecnologia, como Google, Facebook, Amazon, Microsoft e Apple. Se por um lado, as novas possibilidades apresentadas pelos serviços em rede têm o potencial de amplificar vozes e se tornar um instrumento real para garantir a pluralidade e a democratização da informação, também é verdade que as redes sociais se tornaram terreno fértil para a disseminação de mentiras e de ódio, impulsionando projetos autoritários e obscurantistas no Brasil e no restante do planeta.
315. O acelerado avanço de novos recursos, como a Inteligência Artificial e o desenvolvimento de dispositivos cada vez mais conectados, também é responsável por transformações nas interações socioculturais: um dos exemplos mais evidentes disso é a diminuição da circulação dos veículos impressos de comunicação e a queda na audiência das emissoras de rádio e televisão.
316. Com os maiores conglomerados comunicacionais do país concentrados no estado de São Paulo, essa crise estrutural das empresas de comunicação tem impacto direto em seus trabalhadores e trabalhadoras, com o avanço das demissões, da precarização, do rebaixamento dos salários e do adoecimento físico e mental. E tal quadro não se restringe às empresas privadas: no setor público paulista, trabalhadoras e trabalhadores lutam há anos contra o desmonte proporcionados pelos governos do PSDB, e agora se defrontam com o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas e seu projeto de destruir os patrimônios históricos do povo paulista, como a TV Cultura e as demais fundações e instituições de pesquisa e de comunicação do estado.
317. Diante disso, os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores devem lutar pela organização da categoria em seus locais de trabalho, proporcionando um aspecto unitário às demandas do ramo da Comunicação. Afinal, se a tecnologia é atualmente aplicada apenas como recurso adicional à exploração das trabalhadoras e trabalhadores em favor da acumulação de um restrito grupo de capitalistas, é inegável afirmar que os novos recursos podem e devem proporcionar avanços em favor da classe trabalhadora — como a redução da jornada laboral, auxílio a tarefas intelectuais e manuais e maior autonomia do processo de trabalho.
318. Neste sentido, os sindicatos devem somar esforços para realizar debates em comum sobre os

---

<sup>5</sup> As siglas se referem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e às Organizações Não Governamentais (ONGs).

diferentes aspectos da comunicação e das relações de trabalho, avaliando como os acordos e convenções coletivas podem dar conta de temas confrontados diariamente por suas categorias, como o estabelecimento do home office em muitas empresas, o direito à desconexão, o direito autoral, à defesa das relações formais de trabalho (com o devido registro em carteira e seus subsequentes direitos) e demais demandas comuns a esse segmento.

319. A luta por direitos da categoria de jornalistas também passa pelas próprias organizações sindicais, em especial, as cutistas: devemos lutar contra a “pejotização” e demais maneiras de precarizar a profissão nos diferentes espaços, incluindo nas organizações sindicais. Também devemos lutar para o fortalecimento da comunicação pública brasileira, além de retomar as decisões da 1ª Conferência Nacional da Comunicação (CONFECOM), preparando uma nova Conferência da Comunicação que deverá discutir questões como o Marco Regulatório da Comunicação e o Conselho de Comunicação. Por fim, mas não menos importante, as entidades sindicais do ramo da Comunicação também têm a responsabilidade de compartilhar com os demais sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores a respeito de suas experiências para a organização da categoria e o avanço da luta da classe trabalhadora. Inclusive, avaliando como os recursos tecnológicos podem auxiliar na mobilização: exemplo recente é a paralisação liderada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), que organizou centenas de jornalistas que estavam em home office a cruzarem os braços durante a Campanha Salarial 2021 de Jornais e Revistas da Capital, após a realização de assembleias virtuais. A inovação pode, e muito, ajudar na luta.

### **MACROSSECTOR DA INDÚSTRIA CUT**

320. No 11º CONCUR, “para avançar na atualização da estrutura vertical, a CUT decide constituir um espaço nacional dos macrossetores (Indústria, Comércio e Serviços, Rural e Serviço Público), visando elaborar uma proposta final de organização setorial para o 12º CONCUR. Os macrossetores devem ser entendidos como espaços privilegiados de formulação e de articulação das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras e não como uma nova instância ou estrutura institucional da central”.

321. Em 2014, os dirigentes sindicais CUTistas, organizados no Macrossetor da Indústria, espaço que congrega os ramos da Alimentação, da Construção Civil e do Mobiliário, da Metalurgia, da Indústria Química e Têxtil e do Vestuário, realizaram um seminário que encaminhou diversas ações para o fortalecimento da sua organização.

322. No 12º CONCUR, a resolução reafirma os macrossetores como espaços organizativos. Em 2017, o SINERGIA CUT – Sindicato dos Energéticos do estado de São Paulo, em congresso, aprova a participação no macrossetor indústria, por entender que o processo de desenvolvimento coloca a energia nesse campo, e passa a se integrar nas ações do macrossetor.

323. O debate e as ações efetuadas desde então possibilitaram chegar ao 13º CONCUR, em 2019, com reflexão acerca do futuro do trabalho e da representação, e a formulação de proposta de entidade nacional da indústria, com base no princípio cutista de Liberdade e Autonomia Sindical, antecipando ou não um ambiente de “pluralismo sindical” sem garantias que se vislumbra com as iniciativas do atual governo. Visando responder à realidade de fragmentação de representação da base e a necessidade de enfrentamento de uma variedade de situações novas e distintas de condições laborais, foi proposta uma nova forma de organização sindical. Esse modelo possibilitaria representar os grandes conjuntos da classe trabalhadora que não são organizados e representados pela CUT por conta da diversificação e precarização, como também possibilitaria a ampliação da representação em outras bases sindicais de outras centrais ou não, impedidos de não terem opção sindical combativa ou alternativa.

324. Passados 4 anos, a avaliação é de que a conjuntura vivida nesse período não permitiu avançar nessa construção. Assim, as entidades que compõem o Macrossetor da Indústria da CUT se comprometem novamente a ampliar o diálogo com suas bases, e referenciados no projeto de fortalecimento da organização sindical e de valorização da negociação coletiva que tende a ser implementado nesse próximo período, retomando a construção desse processo.

### **Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Indústria da CUT Atualização do Projeto Organizativo**

325. Em conformidade com o projeto organizativo CUTista e considerando as diretrizes e resoluções do 13º CONCUR, os ramos que compõem o MSI-CUT (metalúrgicos, químicos, alimentação, vestuário e construção civil, reforçado pelos energéticos no estado de São Paulo) acordam em construir a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Indústria da CUT.

326. O período que antecederá será constituído de ações regulares e inúmeras atividades conjuntas, definindo eixos de trabalho, como saúde, formação sindical e profissional, negociação coletiva. Além de intensificar relações com o poder público e entidades empresariais, com o objetivo de aperfeiçoar a intervenção dos trabalhadores e trabalhadoras da indústria da CUT no enfrentamento à desigualdade provocada pelo capital. Uma entidade que seja mais uma alternativa de ação frente ao empresariado, que possui suas federações e confederação em âmbito nacional. Observando que a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Indústria da CUT não substituirá as confederações existentes nos ramos e, sim, potencializará a intervenção unitária dos trabalhadores e trabalhadoras da CUT.



# PLANO DE LUTAS

## EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS

327. Dar continuidade à ação articulada com os movimentos sociais no estado de São Paulo, para enfrentar a agenda neoliberal e de extrema-direita do governo Tarcísio de Freitas;
328. Contra a criminalização dos movimentos sociais;
329. Lutar pelo fortalecimento do SUS como garantia de saúde pública de qualidade;
330. Lutar por uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada para todas e todos; assim como lutar pelo fim da violência nas escolas, bem como o assédio moral contra os trabalhadores e as trabalhadoras da educação;
331. Aplicação da Meta 17 do Plano Estadual de Educação, que determina a equiparação dos salários dos professores e professoras à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior;
332. Revogação da Portaria nº 06, de 2019, que impõe regras inaceitáveis para a atribuição de aulas dos professores e professoras estaduais;
333. Lutar contra a militarização das escolas públicas;
334. Por uma política de segurança nas escolas de caráter educativo, humanista e civilizatório;
335. Lutar pela construção democrática e pela implementação do Plano Estadual de Educação;
336. Lutar pela acessibilidade nas escolas em respeito às pessoas com deficiência;
337. Lutar contra a redução dos recursos da educação no estado de São Paulo de 30% para 25% do orçamento como pretende o governo Tarcísio de Freitas;
338. Apoiar incondicionalmente a luta dos professores e das professoras da rede estadual pela revogação da carreira por subsídio (LC 1374/2022) e da Lei Complementar 173, garantindo a recuperação da contagem do tempo de serviços dos anos de 2020 e 2021;
339. Apoiar a luta pela garantia da classificação dos professores e professoras por tempo de serviço e não por jornada de trabalho, com processo de atribuição de aulas presencial, de forma justa e transparente;
340. Lutar para que os governos do estado de São Paulo e municipais paguem os Piso Nacional do Magistério como salário-base;
341. Apoiar a luta pela revogação do Novo Ensino Médio e pelo fim da Escola de Ensino Integral na rede estadual que não passa de uma cilada e, ainda, promove a exclusão;
342. Defender um ensino público, gratuito e de qualidade para os filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras e escolas de ensino integral com gestão democrática, condições de trabalho para os educadores e educadoras e para o processo de aprendizagem dos estudantes;
343. Pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial; e pelo fortalecimento da luta por trabalho decente e geração de emprego e renda como parte da luta pelo desenvolvimento sustentável;
344. Pela reposição das perdas salariais e demais direitos e contra as medidas que precarizam o trabalho;
345. Incentivar e articular centros de referência de acolhimento para trabalhadores e trabalhadoras, contribuindo e incentivando para que estruturas coletivas sirvam de apoio para o trabalhador e a trabalhadora enfrentarem as dificuldades, assim como buscarem esperança de um futuro melhor num contexto de solidariedade;
346. Lutar para garantir igualdade de gênero, liberdade e autonomia para as mulheres trabalhadoras;

347. Combater todas as formas de violência contra a mulher. Para isso, a renovação sindical é essencial para o futuro do sindicalismo e essa renovação passa pela integração de forma efetiva de mulheres jovens, negras, com deficiência e LGBTQs na organização sindical, para, assim, superar a visão patriarcal, ou seja, machista, a que estruturas de dominação e opressão estão subordinadas. As lutas das mulheres não são identitárias, fazem parte da luta de classes. Lutar pelas pautas das mulheres trabalhadoras, como a igualdade salarial, o combate ao assédio e muitas outras, são lutas gerais que interessam a toda a classe trabalhadora. As organizações sindicais devem, naturalmente, interseccionalizar as perspectivas de classe, gênero e raça da classe trabalhadora, com a preocupação da questão geracional. Para tanto, é preciso que haja, obrigatoriamente, debates, formações e deliberações que visem desconstruir as dificuldades de seus e suas dirigentes na interseccionalização das pautas.
348. **Por que a paridade:** desde que a paridade para a composição das direções da CUT se tornou obrigatória, a luta das mulheres é para que o entendimento de todas e todos sobre a paridade não se limite apenas a uma medida numérica de 50%, mas que seja o reconhecimento de que vivemos em uma sociedade desigual, excludente e violenta, na qual as mulheres são silenciadas, violentadas e segregadas da maioria das escolhas e de tomadas de decisão na vida, no trabalho, na sociedade e na política. O reconhecimento desses fatores pela CUT, ramos e sindicatos deve vir acompanhado do compromisso de desconstrução dessa realidade social que estrutura as relações de gênero no Brasil. Não basta apenas cumprir as cotas de gênero, é preciso criar mecanismos de incentivo à participação e formação das mulheres que compõem as direções das instâncias e entidades para que elas sejam efetivamente protagonistas na tomada de decisões. A realidade da maioria dos sindicatos no Brasil ainda passa longe disso, não apenas em relação à paridade nas direções, como também em relação à inexistência de instrumentos e programas de formação e incentivos específicos para a participação das mulheres nas bases e direções. Fortalecer a participação das mulheres é urgente e necessária para mudar a atual realidade da sociedade brasileira, além da sua importância para as negociações coletivas e calendários de lutas da CUT e de suas filiadas. É preciso mecanismos concretos que garantam a inserção das mulheres nos espaços de poder do movimento sindical.
349. Combater todas as formas de discriminação e de preconceito racial;
350. Lutar para defender e garantir o direito da criança e do adolescente;
351. Defender o meio ambiente em uma luta articulada com a defesa de uma Política Nacional de Transição Justa;
352. Lutar pela reforma urbana e pelo direito à moradia;
353. Incentivar e divulgar alternativas de produção econômica solidárias;
354. Lutar por um transporte público de qualidade e pela implantação do vale-transporte social que isenta de pagamentos de tarifas dos transportes públicos (metrô, ônibus e trem) os aposentados, aposentadas, os estudantes e os desempregados e desempregadas;
355. Lutar pela aprovação do PL 572/2022 que cria a Lei Marco Nacional Sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas sobre direitos humanos e empresas, permitindo a aplicação de normas nacionais e internacionais de proteção;
356. Pelo fortalecimento dos conselhos e fóruns de participação popular, nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento rural, moradia, entre outros, enquanto espaços essenciais para a participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas;
357. Pela democratização da comunicação;
358. Pela ampliação dos programas Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Vale Gás;
359. Pela efetiva implementação da Lei de Cotas para pessoas com deficiência no setor público e privado (Lei nº 8.213/1991). Lutar pela acessibilidade nos espaços públicos em respeito às pessoas com deficiência;
360. Lutar pela implementação de uma política industrial no estado de São Paulo na busca pelo crescimento econômico, geração de emprego decente e distribuição de renda;
361. Pela valorização dos serviços públicos e pela aplicação das receitas mínimas regulamentadas das políticas sociais, fortalecendo a luta contra as privatizações e terceirizações na educação, saúde, saneamento, habitação e demais políticas sociais que asseguram os direitos básicos de cidadania;

362. Lutar pela realização dos concursos públicos no estado de São Paulo e municípios e pela derrubada do veto do governador de São Paulo ao Projeto de Lei que estabelece concurso público cada vez que houver 5% de cargos vagos;
363. Apoiar a luta pela recuperação de direitos retirados ainda no governo Doria/Garcia como falta abonada, falta médica, entre outros;
364. Lutar para que o governo do estado cumpra a data base (1º de março) do funcionalismo estadual;
365. Lutar para que os governos municipais cumpram as datas-bases das categorias do funcionalismo público;
366. Lutar para que seja implementada a Lei 1238, de 2007, que criou o Conselho do Funcionalismo;
367. Lutar pelo fortalecimento, democratização da gestão e mais descentralização do atendimento médico do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (IAMSPE);
368. Combater a política de terceirizações para as Organizações Sociais (OSs) que têm causado prejuízos graves, resultando em filas, falta de atendimento e atrasos nos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) e hospitais;
369. Lutar pela isonomia salarial entre ativos e aposentados e aposentadas;
370. Lutar pelo pagamento imediato dos precatórios;
371. Lutar pela revogação das reformas Trabalhista e Previdenciária e intensificar a luta contra a reforma Administrativa nos âmbitos federal, estadual e municipais;
372. Lutar pela Reforma Agrária, regularização fundiária dos pequenos posseiros e em defesa da agricultura familiar e da segurança alimentar;
373. Lutar por ações e políticas emergenciais de combate à fome e pelo desenvolvimento humano das populações rurais e por uma agricultura familiar com transição agroecológica, livre de agrotóxicos e regenerativa;
374. Lutar contra a privatização das terras públicas do estado de São Paulo. Lutar, por meio de mobilizações, para que o Supremo Tribunal Federal suspenda os efeitos da lei estadual 17.557, de 2022, que, a pretexto de regularizar as terras devolutas, entrega a terra grilada aos próprios fazendeiros possuidores de grandes áreas de terras públicas;
375. Lutar para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) encaminhem e viabilizem a adjudicação de terras penhoradas de devedores da União para fins de reforma agrária;
376. Lutar pela garantia do acesso à água, com a instalação de poços artesianos como medida de necessidade emergencial;
377. Lutar por conectividade e pela melhoria da qualidade das comunicações nas periferias urbanas e na zona rural paulista com a elevação da qualidade de sinal das redes de telefonia celular e internet;
378. Pelo investimento em educação, saúde, cultura e lazer no campo, considerando a necessidade específica desses territórios;
379. Denunciar o uso desmedido de agrotóxicos, principalmente despejado por aviões, que está contaminando trabalhadoras e trabalhadores, crianças, animais, além os recursos naturais das áreas próximas e a qualidade da água;
380. Lutar pela regularização fundiária das terras quilombolas e pela demarcação das terras indígenas no estado de São Paulo;
381. Pela revitalização dos antigos projetos dos “Bancos da Terra” do governo FHC e investimentos nos projetos de Crédito Fundiários;
382. Por políticas emergenciais de combate ao trabalho análogo à escravidão no campo, principalmente com a recomposição do orçamento das ações de fiscalização e ampliação dos Grupos Móveis;
383. Revisar as regras previstas na legislação previdenciária, assegurando aos assalariados e assalariadas rurais a seguridade social;
384. Defender o direito de greve;

385. A CUT orienta seus sindicatos filiados a desenvolver a Organização no Local de Trabalho (OLT) por meio dos delegados e das delegadas sindicais ou comissões sindicais de base nos locais de trabalho. No caso de muita fragmentação, poderiam existir comissões sindicais de base por região;
386. Estabelecer ações além daquelas já praticadas no local de trabalho, contemplando, a dimensão da moradia e dos espaços de lazer dos trabalhadores e das trabalhadoras. Consolidando, dessa maneira, um sindicalismo unitário: ações conjuntas de visita no local de trabalho e ações de rua com várias categorias. Promover um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras;
387. Lutar contra a terceirização e quarteirizações dos setores públicos;
388. Defender a organização de empreendimentos da economia solidária;
389. Promover a cultura como facilitadora da organização sindical;
390. A CUT orienta seus sindicatos filiados a utilizar os espaços de organização já existentes, como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), para fortalecer a luta em defesa da saúde e segurança no trabalho. Deve intensificar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho e meio ambiente, mobilizando-os na defesa de melhores condições de trabalho e de salário, impedindo, dessa forma, a criação de comissões de negociação controladas pelas empresas;
391. Garantir o fortalecimento e a expansão da formação sindical e o fortalecimento do Plano Nacional de Formação;
392. A CUT dará continuidade ao projeto de revitalização da Escola Sindical São Paulo, ampliando os sindicatos filiados e ramos;
393. A CUT deve contribuir com os ramos para o fortalecimento dos processos negociais e buscar a melhor articulação nas datas-bases das categorias;
394. A CUT e a Escola Sindical São Paulo deverão continuar contribuindo para o fortalecimento das negociações coletivas, ampliando o curso de negociação coletiva;
395. A negociação coletiva é um espaço que deve ser valorizado na estratégia de envolver, além dos trabalhadores e trabalhadoras formalmente contratados, os PJs (Pessoas Jurídicas), MEIs (Microempreendedores), estagiários, terceiros, intermitentes, trabalhadores e trabalhadoras em aplicativos e outros;
396. Desenvolver ações, no âmbito dos Macrossetores, visando a construção de processos articulados de negociação coletiva e de ações unitárias envolvendo diferentes categorias;
397. Os sindicatos devem realizar ações na região, focadas nos bairros, com mapeamento de desempregados e desempregadas e demandas para encaminhar ao poder público. Realizar ações de cidadania, alimentação, saúde, trabalho e transporte para os moradores e moradoras, envolvendo a sociedade com os sindicatos;
398. A CUT deve orientar os sindicatos filiados a acompanhar os trabalhadores e trabalhadoras demitidos por meio de cadastramento; realizar orientação quanto às políticas públicas de emprego, desenvolver atividades específicas para esse público, fomentar a organização para reivindicar do poder público políticas de emprego e de apoio ao desempregado e desempregada (cozinhas comunitárias, restaurantes populares);
399. Fortalecer o DIEESE por meio das suas subseções e da realização de parcerias;
400. Que entidades filiadas desenvolvam ações voltadas a ampliar a participação das mulheres em seus espaços de direção e de representação, bem como nas mesas de negociação;
401. Intensificar as ações das subsedes da CUT-SP, valorizando seu papel estratégico em todas as regiões do estado;
402. Aproveitando-se da tecnologia disponível, a CUT-SP, por meio de suas subsedes e ramos, deverão ser polos de organização que ajudem os sindicatos a se organizarem, com metodologias, projeto de comunicação, campanha de sindicalização, entre outros aspectos;
403. Estimular a criação da secretaria de Meio Ambiente e secretarias temáticas nos sindicatos e entidades CUTistas e seus respectivos coletivos nas subsedes da CUT-SP;

404. A CUT deve organizar com suas entidades filiadas uma ampla campanha em defesa dos sindicatos, divulgando e elucidando seu papel e atuação decisiva na conquista e na manutenção de direitos;
405. Ampliar e fortalecer a comunicação da CUT-SP;
406. Fortalecer o trabalho com a juventude, considerando seu referencial político e ideológico da classe trabalhadora;
407. Intensificar as políticas da CUT voltadas para os trabalhadores e trabalhadoras com deficiência e LGBT+.
408. Intensificar e fortalecer às lutas pelo combate ao trabalho escravo e à terceirização no meio rural;
409. Reivindicar, junto ao Ministério do Trabalho, a criação de um Programa Integrado de Fiscalização nos setores canavieiro e de citricultura do estado de São Paulo de modo a alcançar em conjunto a mesma empresa/grupo em todas as suas unidades;
410. Lutar para que o governo federal crie dispositivos legais para reprovar contatos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de empresas/grupos da agroindústria ou do agronegócio flagradas ou denunciadas por práticas de precarização das condições de trabalho por meio de trabalho análogo à escravidão;
411. Unificar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade por jornada de trabalho de 40 horas semanais ou 5x2, com descansos remunerados aos domingos;
412. Lutar para garantir que as homologações de rescisões de contrato de trabalho voltem a ser feitas nos Sindicatos da respectiva categoria;
413. Promover fóruns específicos de debates e encaminhamentos sobre as condições de trabalho, retrocessos e evoluções no campo ou na cidade;
414. Lutar por políticas públicas de contrapartida socioambiental por parte do agronegócio brasileiro como, por exemplo, a reversão de dívidas públicas do agronegócio em terras a serem destinadas exclusivamente para a Reforma Agrária.

# BALANÇO DA GESTÃO (2019 A 2023) SECRETARIAS DA CUT-SP

## PRESIDÊNCIA

As ações realizadas pelo conjunto da Central, subsedes, ramos e sindicatos mostram que a CUT-SP se manteve firme na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da população brasileira, mesmo frente à crise sanitária com a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que nos trouxe inúmeros desafios.

Acompanhamos a atuação das diversas categorias em várias regiões do estado de São Paulo que resultaram em importantes conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras. Muitas lutas foram travadas nesse período e não houve hesitação na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Lutas que contaram, contam e sempre contarão com o apoio incondicional da CUT São Paulo, que tem, reiteradamente, reforçado seu posicionamento intransigente em defesa da vida.

Com ação nas ruas e nas redes sociais, com muita responsabilidade e adotando sempre todas as medidas de proteção sanitárias (uso de máscaras, distanciamento social e álcool em gel), importantes mobilizações em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da população brasileira foram realizadas e contaram com a participação do movimento sindical.

Houve firme atuação contra a reforma da Previdência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para reverter os efeitos das medidas provisórias da Carteira Verde e Amarela, além de outras que o desgoverno Bolsonaro criou, se aproveitando da crise para aprofundar os ataques aos direitos trabalhistas.

A luta foi também contra os ataques do ex-governador João Doria (PSDB) aos servidores e servidoras estaduais e aos serviços públicos. Antes da crise sanitária, fizemos o embate contra a reforma da Previdência estadual e, já na pandemia, a luta foi contra o Projeto de Lei (PL) nº 529, de 2020, que autorizou a incorporação e a extinção de institutos, autarquias e fundações responsáveis por serviços públicos relevantes para a sociedade em áreas como transporte, habitação, saúde, pesquisa, preservação ambiente, entre outras.

Ainda no âmbito estadual lutamos contra o Projeto de Lei Complementar (PLC) 26, de 2021, que aprofundou os ataques aos direitos do funcionalismo público estadual. Apesar da pressão, da mobilização dos servidores e servidoras estaduais e do empenho das bancadas de oposição e parlamentares comprometidos com a defesa do funcionalismo e dos serviços públicos, lamentavelmente, por dois votos, a bancada governista na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou o fatídico PLC 26, dando segmento à política privatista de Doria, que seguiu na mesma linha do desgoverno Bolsonaro.

Destaque também para as lutas por garantia de condições necessárias de proteção para quem atua nos setores essenciais, como os profissionais da saúde, dos transportes, os professores e trabalhadores e trabalhadoras da educação de todo o estado.

Registrou-se também a atuação da CUT-SP na organização e na mobilização da base CUTista em todo o estado paulista para atos simbólicos ou virtuais e carreatas em defesa da vida, da vacinação para todos e todas, da manutenção dos empregos, do auxílio emergencial de R\$600 até o fim da pandemia e pelo impeachment de Bolsonaro.

Com a crise econômica, agravada pela pandemia, assistiu-se ao aumento acelerado do desemprego, da inflação e da volta da fome e da miséria. Por isso, é fundamental citar o empenho dos nossos sindicatos que, diante desse cenário catastrófico, vêm promovendo e apoiando ações de solidariedade a quem mais precisa.

Paralelamente às nossas lutas, realizaram-se importantes atividades políticas e culturais por meio das redes sociais, com lives de debates, entrevistas, seminários e apresentações musicais para animar a nossa militância, os trabalhadores e trabalhadoras e a nossa população.

Teve destaque a participação da Presidência da Central em várias edições do programa “CUT-SP em Ação”, ao longo de 2020; o lançamento do programa “Conversa com o Presidente”, em fevereiro de 2021; a 4ª Roda de Samba da Resistência, em 2020; o webnário sobre o Carnaval, em 2021, e o Seminário Internacional da CUT-SP e da CGIL Lombardia, em maio de 2021.

Cabe aqui ressaltar as programações do 1º de Maio de 2020, 2021 e 2022 que foram muito positivas, em especial o empenho da CUT-SP na organização das carreatas do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora em 2021, momento em que a Presidência teve atuação destacada na construção da unidade com outras centrais e na mobilização das carreatas na capital e na região do Alto Tietê, na Grande São Paulo.

Com o avanço da vacinação contra a COVID-19, iniciada em janeiro de 2021, graças à nossa luta incessante por “Vacina no Braço”, aos poucos foi possível retomar a realização de atividades presenciais (muitas passaram a ser híbridas), como foi a nossa 16ª Plenária Estatutária da CUT-SP 'João Felício', que teve como tema "Unidos e organizados, somos mais fortes. SP por trabalho, saúde, direito, democracia e vidas preservadas!". Nela, discutimos os ataques contra a classe trabalhadora desde o golpe parlamentar, de 2016, que tirou do poder a então presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), assim como a conjuntura política do momento, atualizando as estratégias de luta da CUT-SP.

Mantendo os protocolos de segurança sanitária, a CUT-SP, juntamente com outras centrais, as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, partidos políticos e movimentos sociais, retomou a convocação de atos presenciais, com destaque para o Grito do Excluídos de 2021, no Vale do Anhangabaú. Com o tema 'Vida em Primeiro Lugar' levamos para as ruas o mote da participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda.

A Presidência se destacou também na organização do encontro de sindicalistas com o Fernando Hadad, em novembro de 2021, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, bem como na organização da 5ª Roda de Samba da Resistência, realizada na Quadra da Escola de Samba Unidos do Peruche (2021), e da 6ª Roda de Samba da Resistência (2022), realizada na Quadra da Escola de Samba da vila Júlia, em Poá (SP).

Outra ação importante que precisa ser mencionada foi a realização do projeto “CUT nos Bairros”, no primeiro semestre de 2022, levando entretenimento, diversão e serviços para população da zona leste, sul e norte da capital e de cidades da Grande São Paulo como Itaquaquecetuba e Poá.

Destacamos ainda projetos da CUT que devem ter continuidade no estado de São Paulo e em todo o Brasil, como a formação, criação e manutenção das Brigadas Digitais e dos Comitês Populares de Luta.

Outra pauta da agenda de lutas definida em conjunto pelas Centrais Sindicais foi a defesa do vale-transporte social aos trabalhadores e trabalhadoras desempregados. Até o momento, poucas cidades implantaram o benefício por meio de lei. A primeira delas foi Mauá. Outra cidade da região do ABC Paulista que criou o vale-transporte social foi Diadema.

Cabe registrar que, no final de maio de 2022, em cumprimento à legislação eleitoral, tivemos o licenciamento do atual presidente e do então vice-presidente da CUT-SP que disputaram as eleições para deputado federal e estadual, respectivamente, ficando a presidência da CUT-SP, neste período, sob o comando da companheira Thelma Victor (secretária de Formação).

Nas eleições 2022, a direção e a militância cutista foram às ruas com o objetivo de derrotar nas urnas o desgoverno fascista de Bolsonaro e buscar eleger o governador de São Paulo e uma grande bancada de parlamentares comprometidos com a defesa dos direitos da classe trabalhadora e do nosso povo.

Ao final do primeiro turno, garantimos Lula e Haddad já na disputa do segundo turno, respectivamente, para Presidência da República e para o governo do Estado. O professor Douglas

Izzo obteve 41.359 votos ficando na suplência de deputado federal, e Luiz Cláudio Marcolino foi eleito deputado estadual com 70.487 votos, sendo empossado em 15 de março de 2023, quando renunciou ao cargo de vice-presidente da CUT-SP, que passou a ser ocupado pelo companheiro Valdir Fernandes, o Tafarel, também coordenador subsede da CUT-SP em Osasco.

O campo progressista ampliou os números de cadeiras tanto na Alesp quanto na Câmara dos Deputados. No Senado, infelizmente, o candidato bolsonarista superou o candidato que apoiávamos.

No segundo turno, confirmamos a vitória da democracia elegendo pela terceira vez o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva presidente da República. Para o governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) superou Haddad nas urnas.

Em novembro de 2023, a CUT-SP esteve representada por seu presidente no 5º Congresso Mundial da CSI (Confederação Sindical Internacional), ocorrido de 17 a 22 de novembro de 2022, em Melbourne, na Austrália. O também chamado parlamento global dos trabalhadores reuniu mais de 1 mil sindicalistas representando cerca de 200 milhões de trabalhadores e trabalhadoras de mais de 130 países.

Nos primeiros meses de 2023, a participação da Presidência se destacou na presença nos atos em defesa da revisão do processo de atribuição de aulas, contra o fechamento de salas de aula e pela revogação do Novo Ensino Médio.

Cabe destacar ainda a participação da CUT-SP, representada pelo seu presidente, no XIII Congresso Regional da CGIL Lombardia, em Milão, na Itália, entre 31 de janeiro e 2 de fevereiro. Na ocasião, falou sobre vários aspectos da conjuntura brasileira, incluindo a tentativa fracassada de golpe contra a nossa democracia, em 8 de janeiro, e o escandaloso genocídio dos índios yanomamis.

Também em 2023, a CUT-SP voltou a organizar o 1º de Maio Unificado, juntamente com outras Centrais Sindicais que, a partir da articulação feita com vereadores da bancada do PT, garantiram parte da estrutura com recursos da Prefeitura, além de patrocínio do Conselho Nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria), marcando a volta do evento ao Vale do Anhangabaú. Além dos shows, a atividade contou com a presença do presidente Lula. Estamos engajados também na luta contra os juros exorbitantes; defendendo a saída do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto; e atentos para combater a política privatista do recém-chegado governo de Tarcísio de Freitas que já demonstrou que seguirá a cartilha do bolsonarismo, colocando em alerta todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras do setor público estadual.

Importante ainda estarmos atentos às discussões do Congresso Nacional, que já apontou para levar à votação a PEC 32 (Reforma Administrativa), motivo que nos mostra a necessidade de reforçar e ampliar a organização dos servidores e das servidoras públicos federais, estaduais e municipais, além da população brasileira na batalha contra essa proposta do governo Bolsonaro, que não combate privilégios. Pelo contrário, ataca a base do funcionalismo, ou seja, os que mais trabalham e menos ganham, e promove um verdadeiro desmonte dos serviços públicos.

Além disso, mesmo com Lula na presidência da República, sabemos ser preciso manter nossa mobilização e seguirmos unidos nas lutas em defesa do trabalho, da renda, dos direitos e da democracia, que segue sendo atacada por aqueles que não aceitam a escolha da maioria da população brasileira.

## **SECRETARIA-GERAL**

São atribuições da Secretaria-Geral da CUT-SP garantir a aplicação dos direitos, deveres e sanções aos filiados e filiadas e o cumprimento do estatuto da CUT; organizar as reuniões da Executiva estadual, da direção estadual, da Plenária Estadual e do Congresso Estadual; encaminhar as resoluções das instâncias estaduais e nacionais, acompanhar sua aplicação e organizar as atividades deliberadas; elaborar planos gerais integrados; coordenar as atividades do conjunto das secretarias estaduais; e organizar e administrar o arquivo geral, as atas, documentos legais e a agenda estadual, além de coordenar as subseções da CUT em São Paulo.

A CUT-SP está presente em todos os ramos de atividade econômica do país, organizada em 20



subsedes. Representa hoje 344 entidades filiadas no estado, com 927.639 trabalhadoras e trabalhadores associados e 4.360.859 trabalhadoras e trabalhadores na base.

No último período, as mobilizações da CUT-SP foram intensas e se pautaram pelos princípios da autonomia e da independência em relação ao governo e partidos políticos, defendendo de forma aguerrida os direitos da classe trabalhadora.

Sempre estive na luta em defesa da democracia, da liberdade de expressão e dos direitos, contra todo tipo de violência, por direitos iguais para as mulheres, contra a homofobia, pela inclusão de jovens, contra o racismo, pela questão geracional e pessoas com deficiência. Além da defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável, pelo meio ambiente e por política agrária, agricultura familiar, moradia, cultura e educação. A defesa da vida, dos direitos, da democracia e da soberania sempre foram pilares de nossa Central.

Desde o seu nascimento, a CUT-SP já realizou 15 congressos e 16 plenárias estatutárias.

Em novembro de 2019, a CUT-SP realizou na cidade de Praia Grande (SP) seu 15º CECUT (Congresso Estadual da CUT-SP), quando foi eleita a direção para o período de 2019 a 2023.

Durante a realização do congresso, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve a liberdade concedida, depois de ficar 580 dias no cárcere em Curitiba (PR) e ser condenado num julgamento parcial e criminoso. Diante da notícia da sua liberdade, toda a delegação decidiu que deveria ir para a cidade de São Bernardo do Campo aguardar a chegada de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Em 28 e 29 de fevereiro de 2020 foi realizado o planejamento da CUT-SP, momento em que foram definidas as ações prioritárias para o próximo período, que se concentraram em seis eixos definidos na Plenária do 15º CECUT, ações e estratégias políticas para o período de um ano. Além disso, foram incluídas atividades no calendário de lutas aprovado na plenária para o primeiro semestre.

Os eixos definidos foram:

1. Reformas: acompanhamento de todas as reformas, avaliação e enfrentamento dos impactos das reformas no mundo do trabalho;
2. Ampliação da representação dos trabalhadores e trabalhadoras na CUT: políticas públicas de organização dos desempregados, informais, PJ's, MEI's e cooperativas. O desafio estabelecido foi a criação de condições para organizar e representar os trabalhadores e trabalhadoras informais;
3. Filiação de associações à CUT. Desafio: filiação de associações que não criem disputas de base com sindicatos CUTistas;
4. Plataforma da Classe Trabalhadora. Desafio: Evidenciar apoio a candidatos e candidatas que se comprometam com a nossa plataforma;
5. Defesa dos Servidores e Servidoras e dos Serviços Públicos: federal, estadual e municipal e contra o desmonte das empresas e das políticas públicas;
6. Defesa da democracia, dos sindicatos e seu papel na sociedade.

Vale ressaltar que a CUT-SP, em março de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, definiu pela preservação da saúde e da vida de seus trabalhadores e trabalhadoras e dirigentes, passando a executar as suas ações no modelo home office. Apesar disso, a CUT-SP manteve sua presença constante nos atos de rua, cumprindo os protocolos de segurança exigidos.

Passando a realizar todas as atividades e mobilizações de forma remota, a Secretaria-Geral da CUT-SP passou a administrar a plataforma de reuniões, plenárias, lives e outras ações que têm ocupado boa parte do tempo da assessoria nessa ação. Desse modo, a secretaria tem feito a assessoria e colaborado com todas as secretarias e subsedes da CUT-SP e sindicatos filiados, quando solicitada.

A Secretaria-Geral tem dado suporte a todas as ações realizadas pela CUT-SP e, com a pandemia, as ações da CUT-SP têm sido cada vez mais abrangentes com o objetivo de fortalecer a organização e a luta da classe trabalhadora por qualidade de vida, salário, vacina para todos e todas. Foi realizado o planejamento estratégico para o desenvolvimento das ações até o próximo CECUT.

A Secretaria-Geral é protagonista em todas as ações da CUT, como todos os atos de 1º de Maio, organização dos comitês de luta no estado, ações estratégicas deliberadas pela direção, atos contra a alta da taxa de juros, mobilização e organização em defesa da vida e da classe trabalhadora.

Em todas as ações realizadas pela CUT, a Secretaria-Geral está presente no encaminhamento dos ofícios, na confirmação de presença, na distribuição de materiais visuais, na organização das intervenções nos atos, plenárias e/ou seminários diversos. Em cada uma dessas ações, o nosso lema “Somos Fortes, Somos CUT” segue presente.

## **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

A CUT no estado de São Paulo tem 334 sindicatos filiados, 124 aptos e 220 inaptos.

Durante essa gestão, além da reforma trabalhista que dificultou consideravelmente os sindicatos, passamos pela pandemia de COVID-19, momento em que várias empresas fecharam, fizeram demissões, diminuindo o quadro associativo dos sindicatos. Nada que impedisse, porém, que os sindicatos e que a nossa Central organizassem a luta.

Durante o período de isolamento social, imposto pela pandemia mundial, e sob o governo federal do genocida Jair Bolsonaro, implantamos o trabalho remoto na sede da Central e nas subseções da CUT-SP para que as ações da Central não fossem prejudicadas pela pandemia.

Demos condições para que todos os trabalhos fossem viabilizados de forma on-line e híbrida, através das aquisições de plataformas digitais.

Em conjunto com os ramos e as subseções, no sentido de viabilizar o plano financeiro apresentado pela CUT Nacional, buscamos ajudar os sindicatos a solucionar as suas inadimplências financeiras, como também intermediando os acordos de parcelamento dos débitos junto à CUT Nacional.

Apresentamos regularmente para os ramos e subseções o quadro evolutivo dos sindicatos aptos e inaptos na questão financeira junto à Central. Mesmo com a queda de arrecadação, disponibilizamos para todas as atividades materiais de divulgação como bens, bandeiras, coletes, banners, entre outros materiais.

Em conjunto com a coordenação política da Escola Sindical São Paulo, fortalecemos o equilíbrio da sua gestão financeira para que fosse viabilizado o Plano Nacional de Formação e realizamos diversos cursos de Formação Sindical, nas modalidades híbrida e presencial, em todo o estado de São Paulo.

Reconhecer que nossa gestão foi equilibrada nos aponta o desafio de se adequar à nova realidade do movimento sindical e avançar nas políticas de fortalecimento para que todos os sindicatos se sintam integrados no dia a dia da nossa Central.

Terminamos essa gestão com o dever cumprido, entregando todo o resultado de nosso trabalho para a próxima gestão de 2023-2027 que, certamente, muito ainda poderá fazer para o fortalecimento e a continuidade da luta sindical.

## **SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

Ao final do último congresso da CUT-SP, um desafio estava lançado. As discussões apontavam para a necessidade de se pensar e estruturar as ações da Secretaria de Assuntos Jurídicos, recém-criada.

Alguns indicadores apontavam para a possibilidade de juntarmos e trocarmos experiências em relação a ações, processos, construções de pautas e atuações conjuntas dos jurídicos de nossas entidades filiadas, buscando fortalecer e unificar os entendimentos jurídicos dos diversos segmentos de trabalhadores e trabalhadoras, potencializando, assim, as possibilidades de ganhos das entidades representadas pela nossa Central. Também se apresentava um diagnóstico da premente necessidade de uma presença mais organizada e com cara da CUT-SP junto aos tribunais.

Começamos, então, desde o primeiro dia do mandato, a planejar ações com o intuito de debater e construir junto ao coletivo maneiras de fazer com que a recém-criada secretaria alcançasse seu objetivo, mas, como toda a sociedade e as demais secretarias da CUT-SP, fomos afetados pela pandemia que, além de distanciamento físico, nos impôs a necessidade de nos reinventarmos em nossas ações.

Para além das tarefas cotidianas de assessoria jurídica e de questões específicas de nossa Central, a secretaria atuou de forma incansável na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras que tiveram seus direitos desrespeitados por empregadores omissos.

Também mantivemos funcionando as reuniões do coletivo e, através das plataformas digitais, realizamos vários seminários temáticos relativos a temas jurídicos importantes para os sindicatos filiados à CUT-SP.

Lembramos aqui dos seminários sobre a nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sobre o projeto de lei que tratava da reforma sindical, além das alterações trabalhistas e sindicais operadas pelo governo de Bolsonaro. Nesses espaços, organizamos a resistência sindical para que as nossas entidades CUTistas pudessem se preparar aos diversos ataques e retiradas de direitos propostos pelos patrões e seu governo genocida.

Realizamos também o lançamento da Cartilha de Combate ao Racismo, um projeto em parceria com a Secretaria de Combate ao Racismo da CUT-SP que oferece orientações e assessoria jurídica aos trabalhadores e trabalhadoras vítimas desse crime inadmissível em nossa sociedade, em especial nos locais de trabalho. Fizemos muitas ações mesmo diante de tantas dificuldades impostas pelo momento pandêmico e político.

Temos nítida a necessidade de avançarmos e aprimorarmos ainda mais as ações de nossa secretaria e de nosso coletivo. Sem dúvidas, o 16º Congresso será uma grande oportunidade de envolver toda nossa militância nesse debate e nessa construção.

## **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO**

A comunicação sindical passou por inúmeros desafios de novembro de 2019 até o primeiro semestre de 2023. Primeiro com a chegada de um presidente cujo governo demarcou discursos de ódio e *fake news* que impactaram significativamente a luta de classes. Ao mesmo tempo, o povo brasileiro viveu reformas que impactaram direitos trabalhistas e sociais, na contramão dos direitos humanos.

Depois, enfrentamos a pandemia da covid-19 (Sars-CoV-2), na qual fomos obrigados reinventar a nossa forma de comunicação, desenvolvendo programas online com temas atuais e necessários para enfrentar um conjunto de desinformação estabelecido como projeto político de governo. Tudo isso intensificou uma crise comunicacional já vivenciada pouco antes das eleições.

Usamos todas as nossas ferramentas comunicacionais para nos contrapor a um presidente que deixou a população à própria sorte.

Para cada ataque, uma informação sob o ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Foi preciso fortalecer ainda mais os laços que já nos uniam, criando ações conjuntas entre as entidades sindicais e os movimentos populares. Nesse sentido, cumprimos papel fundamental na construção dos Comitês Populares de Luta, no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e no projeto Brigadas Digitais da CUT, uma ferramenta cujo objetivo é modernizar e agilizar a comunicação classista.

Promovemos também oficinas educacionais para o uso de redes sociais para funcionários e funcionárias, dirigentes e coordenadores de sedes, visando o fortalecimento e o bom uso de nossos canais oficiais da Central.

A comunicação foi fundamental para alcançarmos importantes conquistas, como a saída de Jair Bolsonaro do poder e a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujas raízes de sua atuação

estão alicerçadas na luta social, trazendo fôlego e esperança de um Brasil melhor. No estado de São Paulo, no entanto, a comunicação segue com desafios semelhantes ao governo anterior, a partir da chegada de Tarcísio de Freitas (Republicanos), que não representa o projeto da classe trabalhadora.

Mesmo diante de desafios futuros, no entanto, é inegável a importância do papel estratégico da comunicação sindical. Nesse sentido, segue como tarefa central dos sindicatos CUTistas fortalecer a nossa comunicação popular e classista, assim como nossos canais estratégicos como a Rede Brasil Atual, a Rádio Brasil Atual e a TVT.

Temos, sim, lutas importantes a serem feitas e a comunicação sindical é instrumento estratégico na garantia da democracia e dos direitos trabalhistas e sociais. Seguimos com a consciência de que a democratização da comunicação continua como pauta fundamental em nossas ações e que o investimento nas equipes de comunicação e nas redes sociais precisa ser fortalecido nas entidades sindicais, visando um projeto comum. Desse modo, apresentamos um plano de ações com objetivos ao trabalho que devemos desempenhar no próximo período.

#### **Plano de ações:**

- a. Utilizar a ferramenta da comunicação sindical para fazer o enfrentamento aos governos federal, estadual e municipais sempre que esses atuarem na contramão da garantia de direitos fundamentais e da democracia;
- b. Investir nas equipes de comunicação própria, a fim de garantir e fortalecer a identidade da Central na produção de conteúdo e na atualização diária do site, das redes sociais e plataformas multimídias;
- c. Promover parcerias e ampliar ações solidárias junto a rádios comunitárias no estado de São Paulo;
- d. Fortalecer a relação com sindicatos, sedes, mídias com parcerias nacionais e internacionais, fóruns de comunicação e movimentos sociais para a expansão da comunicação popular, sindical e democrática no estado de São Paulo;
- e. Promover encontros formativos, oficinas, seminários, expandindo as ações da Rede de Comunicação da CUT São Paulo envolvendo jornalistas, sindicatos e sedes;
- f. Fortalecer o projeto das Brigadas Digitais no estado de São Paulo nas ações de combate às fake news, promover a pauta da classe trabalhadora e garantir a segurança e a tecnologia da informação;
- g. Realizar encontros regionais, presenciais e online, para fortalecer a comunicação em cidades do interior e litoral paulista;
- h. Defender o uso de estrutura compartilhada dos sindicatos para ampliação da comunicação sindical;
- i. Manter o jornalismo classista, com olhar voltado aos direitos humanos, com recorte de raça e gênero, respeito à transversalidade, à pluralidade e à diversidade.

## **SECRETARIA DE CULTURA**

A Secretaria de Cultura da CUT São Paulo é a mais recente entre todas. Iniciou as suas atividades enfrentando as turbulências do período marcado pela pandemia de COVID-19, eleições presidenciais e duas facetas antagônicas do momento político brasileiro: a ascensão do neo-nazifascismo, sob a carapuça de bolsonarismo, e a vitória do campo popular, com a eleição do presidente Lula. Verdade seja dita: cada época da história tem seus traços marcantes. Neste caso, não haveria como ser diferente.

Com o início de suas atividades no final de 2019, logo após a sua efetiva criação durante o 15º CECUT, a Cultura da CUT buscou estar antenada aos movimentos que aconteciam nas áreas culturais, trabalhistas e políticas do país, sem deixar de realizar ações culturais e criar diálogos com os fazedores de cultura. Nossas ações se deram no sentido de ampliar as discussões da categoria e buscar uma forma de se aproximar daqueles trabalhadores e trabalhadoras que não se encaixam nos padrões determinados, ou seja, contratados como “formais”.

A secretaria participou de audiência pública sobre Políticas de Fomento à Cultura, na Alesp (2019), de fóruns e grupos de discussão sobre políticas para o setor cultural no Fórum do Litoral, Interior e Grande São Paulo (FLIGSP, de 2020 a 2023) e da Semana de Arte Contra a Barbárie (fevereiro de 2020).

Ainda esteve presente e apoiou atividades do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (SATED-SP), além da participação em encontros virtuais (lives) da série “Programa CUT São Paulo em Ação” discutindo temas como “Cultura em Época de Pandemia” (maio de 2020); “Luta Contra a Ditadura e Pela Democracia” (junho de 2020) e “Lei Aldir Blanc: Entender, Mobilizar, Agir” (agosto de 2020). Em todas essas atividades, a secretaria fortaleceu os debates sobre a Cultura, ação que espera fortalecer no próximo período.

A secretaria também herdou o compromisso de organizar e realizar o bloco carnavalesco “O Pinto do Visconde”, que acontece nas ruas do Brás, em frente à sede da CUT, durante muitos anos.

Em 2020, a festividade ocorreu com muita alegria, mas, na sequência, a pandemia de COVID-19 fez com que promovêssemos o isolamento social. Em 2021 e 2022, o bloco não saiu, participando apenas de ações pontuais como o “Carnaval Pela Democracia” e o “Carnaúba” (setembro e outubro de 2022). Isso não significou que a CUT não tenha participado do carnaval, pois saiu na ala “Netuno” pela “Escola Unidos do Peruche”, no carnaval de 2022.

O bloco “O Pinto do Visconde” retornou triunfante em 2023, abrindo oficialmente o carnaval de blocos de rua da cidade de São Paulo. Ainda no âmbito do carnaval, realizamos o webnário “Carnaval Cancelado, e Agora? Desemprego? Economia?” (fevereiro de 2021), juntamente com a Presidência da CUT-SP, a Secretaria de Combate ao Racismo da CUT-SP e a Federação Nacional das Escolas de Samba (FENASAMBA).

Para além do carnaval, valendo-se de sua característica de transversalidade, a Secretaria de Cultura apoiou, realizou e fez parcerias para a promoção de eventos e atividades próprias ou em conjunto com as secretarias da CUT São Paulo e a CUT nacional. Podemos destacar:

- Participação em ações do Dia Internacional das Mulheres (2020 a 2023) como, por exemplo, com a realização do Sarau Virtual das Mulheres da CUT, idealizado e realizado pela Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT-SP (março de 2021);
- Sextas culturais. Ações do 1º de Maio de resistência, luta e solidariedade (abril de 2021), em conjunto com a Presidência da CUT São Paulo;
- Com a CUT Nacional, participou do 1º Encontro Nacional dos Coletivos de Cultura (maio de 2021), apoiou a divulgação do filme “O Povo Pode?”, do diretor Max Alvim, na sede da CUT-SP e em suas subsedes, em consonância com a Secretaria Nacional de Cultura (a partir de maio de 2022);
- A secretaria foi correalizadora, ao lado da Escola Sindical São Paulo, do “Círculo de Leitura: “Pensar o Brasil, Pensar o Povo Brasileiro: História, cultura e formação por uma verdadeira independência”, no 4º Encontro realizado em São Paulo. No Sudeste, a obra selecionada para o debate foi o “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus (julho de 2022);
- Abrimos um canal de comunicação com a comunidade capoeirista e, junto com a Presidência da CUT-SP, com a Secretaria de Combate ao Racismo da CUT-SP e com a Federação Paulista de Capoeira, realizamos o seminário “A Capoeira e as Lutas dos Trabalhadores e Trabalhadoras” (maio de 2021), além de participarmos do 1º Seminário intitulado “Federação Paulista de Capoeira Pra Que Te Quero?” (junho de 2021);
- Realização de um encontro de Coletivos: os da Cultura e o da Juventude, para trocas de ideias e conhecimento da chamada “Nave Coletiva”, trabalho promovido pelo Mídia Ninja (maio de 2022);
- Participação na oficina de Mobilização e Redes Sociais, realizada pelas secretarias de Comunicação e de Formação da CUT-SP;
- Parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) para a realização da pesquisa

“Percepções dos trabalhadores e trabalhadoras sobre o teletrabalho”. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2021, com resultado apresentado à direção da CUT-SP em julho;

- Apoio ao tributo a Dona Ivone Lara (julho de 2021), como parte das atividades do evento “Julho das Pretas”, juntamente com outras secretarias, resultando na realização do Samba da Resistência;
- Apoio à realização da leitura teatral “Somos Racionais”, com direção de Euclides Franco, inspirada na obra homônima do grupo de rap Racionais. A ação foi realizada na subsede de Campinas (novembro de 2021);

Ademais, além de estar presente em muitas das ações de outras secretarias e atividades da própria CUT, a Secretaria de Cultura se manteve próxima de sindicatos e coletivos ligados à cultura (o SATED é um exemplo). Buscou, desse modo, se aproximar das bases, independente se são ligados ou não ao setor cultural, afinal, a cultura está presente em cada aspecto de nossa sociedade. Desse modo, a nossa secretaria veio para ocupar o seu lugar.

## **SECRETARIA DE FORMAÇÃO**

Diante dos desafios apresentados desde o início da gestão, principalmente pela pandemia de COVID-19 e do governo de Jair Bolsonaro, a Secretaria de Formação buscou se reinventar em sua forma de atuação, já que nossa formação popular sempre ocorria em atividades presenciais.

Seguindo a Política Nacional de Formação e o Plano Nacional de Formação, realizamos diversas atividades virtualmente, das quais, utilizamos nossa criatividade para poder expressar nossa formação popular e inclusiva.

Em parceria com outras secretarias, realizamos diversas atividades formativas virtualmente, nunca perdendo de vista nossas diretrizes, de garantir uma formação classista e de massas; democrática, plural e unitária; indelegável; contra as discriminações; integralidade do ser humano; unificada e descentralizada; de dimensões políticas, ideológica e técnica.

A Secretaria de Formação teve papel ativo na organização e na elaboração do Caderno de Textos do 15º Congresso e dos planejamentos realizados, tanto no início como no fim do mandato. Também participamos ativamente da realização dos Planejamentos realizados pela gestão e da Plenária Estatutária.

Ao longo dos anos, tivemos mensalmente reuniões do Coletivo de Formação da CUT-SP, para debatermos as necessidades formativas, principalmente em relação ao novo mundo que se apresentou durante a pandemia de COVID-19. Participamos da elaboração e contribuimos para a realização do ENAFOR, o Encontro Nacional de Formação, assim como de sua etapa regional.

Em consonância com a Secretaria Nacional de Formação, realizamos as “Quartas Freirianas”, diálogo em homenagem ao centenário de Paulo Freire, momento em que a Secretaria de Formação da CUT-SP participou das etapas preparatórias e da realização das atividades. Em 2023, nosso coletivo preparou nossa atividade em reuniões realizadas semanalmente.

Realizamos também, como parceiros, os encontros da juventude trabalhadora, projeto promovido pela DGB alemã e pela Secretaria Nacional de Formação, com o objetivo de aproximar o sindicalismo CUTista da juventude trabalhadora e ampliar a participação de jovens nas estruturas sindicais. Da mesma forma, contribuir com uma sociedade mais igualitária e justa, em que os jovens tenham suas demandas específicas atendidas, direitos garantidos e ampliados para a classe trabalhadora.

Seguindo o Plano Nacional de Formação, realizamos o curso de Formação de Formadores Inicial (FFI), para formar dirigentes sindicais a serem formadores voluntários em seus ramos e subsedes. O curso foi realizado em seis módulos. O módulo 1 tratou sobre “Concepção de Educação na vida, no trabalho e no movimento sindical, princípios formativos da CUT”. O módulo 2 abordou “Educação Popular, trabalho de base e a estratégia da CUT”. O módulo 3 falou sobre “Educação e trabalho”. O módulo 4 discutiu “Gênero, raça e sexualidade na formação da classe trabalhadora”. O módulo 5 discorreu sobre “Metodologias e técnicas da educação popular”. E o módulo 6 tratou sobre “Organização da Rede de Formação da CUT”.

Em nosso programa, tivemos também diferentes cursos como o “Formigueiro – Projeto de sociedade com temas da atualidade em diálogo com as comunidades”, cujo objetivo foi desenvolver ações de formação em diferentes modalidades, temas e formatos capazes de garantir maior interação dos sindicatos com sua respectiva comunidade e articulação com os movimentos sociais. Os articuladores desse curso foram sindicatos de base e um núcleo de educadores militantes, com a proposta de formação de massa, envolvendo comunidades e territórios.

Além desses, também promovemos o curso “Concepção, Estrutura e Prática Sindical (CEPS) – Origem e papel dos Sindicatos, Fundação da CUT”, cujo objetivo foi resgatar e desenvolver o diálogo sobre a origem e papel dos sindicatos até a fundação da CUT. A nossa proposta é seguir realizando esta formação em todas as subsedes da CUT-SP.

Esses e outros cursos constam no Plano Nacional de Formação e estão disponíveis, por meio da Escola Sindical São Paulo, para sindicatos, ramos e subsedes que queiram usufruir e compartilhar distintos saberes.

## **SECRETARIA DE JUVENTUDE**

A Secretaria de Juventude da CUT São Paulo buscou se aproximar de sua base de trabalhadores e trabalhadoras. A CUT considera como parte da juventude trabalhadora todas aquelas e aqueles com idade até 35 anos.

Vivenciamos um período conturbado, que fez solapar e esmorecer nossos quereres, um tempo de crescimento de movimentos antidemocráticos e de um governo ignóbil e espúrio. Os jovens sempre se mantiveram firmes em sua jornada, rumo ao futuro. Carecem de sonhos e expectativas para que se alimentem disso e possam seguir adiante em sua luta.

Neste sentido, a Secretaria de Juventude, assim como outros setores, passou por um momento delicado, mas nem por isso deixou-se furtrar a desempenhar o seu papel dentro da Central: o de defender e potencializar a luta da juventude CUTista. Ao longo desse período (2019-2023), foram realizadas diversas reuniões do Coletivo de Juventude, sempre buscando manter certa regularidade, levando debates e pautas para a construção da secretaria.

Em função da pandemia, as reuniões quase em sua totalidade foram on-line, tornando-se assim mais inclusiva, pois muitos participantes teriam dificuldades em estar nos encontros presenciais, até mesmo por estarem em trânsito para suas residências ou devido aos estudos.

Um das grandes marcas desse período para a secretaria foram os encontros e seminários da Juventude, organizados pela CUT, com o apoio da central sindical alemã DGB (*Deutscher Gewerkschaftsbund*). Essas atividades também contaram com expressiva participação da Secretaria de Formação e da Escola Sindical São Paulo.

Uma das características dos debates levantados pela juventude da CUT nesses encontros e seminários está a procura por maior participação na vida dos sindicatos, buscando ocupar cargos de relevância, até mesmo dentro da Central.

Além disso, ocorreram debates que versaram sobre a formação da juventude CUTista, o mercado de trabalho e a juventude, a precarização do trabalho e a informalidade reinante, o mercado de trabalho para a juventude no período pandêmico, discussões sobre a organização dos jovens em seus locais de trabalho e também na vida política e social. Outra importante pauta foi a de organizar as próprias ações das secretarias e coletivos de juventude nos sindicatos e na CUT.

Destacamos as seguintes edições que, em virtude da pandemia, aconteceram remotamente. Os encontros presenciais retornaram em 2022.

- Participação no 2º Encontro de Juventude das Regiões Centro-Oeste e Sudeste, (agosto de 2020, no formato on-line);
- Participação no 3º Encontro Nacional de Juventude, dias 25 a 27 de agosto, de 2020, no formato on-line;

- Participação e co-realização do Encontro de Juventude da Região Sudeste, em outubro de 2020, no formato on-line;
- Encontro Estadual da Juventude da CUT São Paulo, em maio de 2021, no formato on-line;
- Oficina Estadual de Planejamento, em parceria com a Secretaria de Formação e a Escola Sindical, em outubro de 2021, no formato on-line;
- Encontro Nacional da Juventude e Formação, Projeto “Juventude CUT-DGB”, em março de 2022, na colônia de férias do SINERGIA, na cidade de Praia Grande (SP);
- Organização e participação no Encontro Regional da Juventude – Região Sudeste, em julho de 2022, na Colônia de Férias do SINERGIA, na Praia Grande (SP);
- Encontro Nacional da Juventude, em Brasília, de 8 a 10 de fevereiro de 2023.

Para além desses encontros, a secretaria trabalhou em conjunto com outras secretarias, realizando, em 2022, um encontro entre os Coletivos de Juventude com o Coletivo de Cultura no intuito de conhecer a estrutura da Nave Coletiva, do Mídia Ninja. Nesse sentido, planeja realizar algumas ações em ambientes alternativos aos dos sindicatos e que reverberam a diversidade que é a juventude trabalhadora.

Baseando-se nessas experiências e nas discussões do coletivo, a secretaria espera ampliar a participação da juventude dentro da CUT e dos sindicatos, efervescer a formação e a capacidade dos dirigentes jovens de proteger a categoria, inspirar novos jovens a se sindicalizarem e formar uma base sólida que apoiará aqueles e aquelas que ainda carecem de entendimento da sua realidade laboral, aproximando os informais a estarem juntos no combate à retirada de direitos.

A juventude é a força motora das mudanças necessárias. É dela grande parte da coragem que representou a eleição do presidente Lula, e dela também a capacidade de se ajustar às novas formas de trabalho e às novas tecnologias que já nos acompanham.

Compete à juventude tomar em suas mãos o fio da história e promover as rupturas e adaptações necessárias para o mercado de trabalho 4.0; é urgente que os jovens estejam preparados para ocuparem cargos de importância no sindicato e façam a adequação de rota para esses novos tempos.

## MEIO AMBIENTE

Ao longo do mandato compreendido entre o final de 2019 e meados de 2023, apesar das limitações impostas pela pandemia de COVID-19, a Secretaria de Meio Ambiente da CUT-SP manteve sua atuação na luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho, ampliando a representação e fortalecendo a organização CUTista com vistas a derrotar a coalizão de forças golpistas, a defender os direitos socioambientais, a democracia e a soberania nacional.

Neste sentido, a Secretaria de Meio Ambiente da CUT-SP atuou para incluir o debate socioambiental na construção de alternativas econômicas, sociais e culturais ao capitalismo destruidor da vida, bem como para a disseminação do conceito de Transição Ecológica Justa para os trabalhadores, trabalhadoras e populações vulnerabilizadas (os primeiros a sofrerem os impactos das crises ambientais, sociais, políticas e econômicas), por meio das seguintes ações:

**Ação 1: Potencialização da ação de dirigentes, filiados e filiadas nas temáticas socioambientais**, com a realização de diversos webinários, seminários, lives e cursos como os seguintes: Webinários “Trabalho, Meio Ambiente e a Transição Justa para os Trabalhadores e Trabalhadoras” (junho de 2020); “Seminário de Meio Ambiente do SINDSEP-SP: “Problemáticas Ambientais e Trabalhadores Municipais” (novembro de 2020); Live “Agrotóxicos, Meio Ambiente e Saúde Pública” para a Semana Mundial do Meio Ambiente (junho de 2022); Palestra “Agrotóxicos, Meio Ambiente e Saúde Humana”, (SIPAT- HSPM - setembro de 2022).

O destaque fica para a realização de cinco edições do “Curso EAD Meio Ambiente: limites planetários, perspectivas dos trabalhadores e trabalhadoras e o papel das políticas públicas”:



junho/julho de 2021, setembro/outubro de 2021, maio/junho de 2022, setembro/outubro de 2022, maio de 2023, sendo que as quatro primeiras edições contaram com a participação de cerca de 850 inscritos e inscritas.

**Ação 2: Enfrentamento à política mercadológica de “gestão da água” no estado de São Paulo**, com o apoio na concepção, organização e realização da “Conferência de Saneamento Ambiental e Popular de Jacareí e Região” (março de 2022).

Promovemos também diversas lutas e ações contra a privatização da SABESP: reuniões da Frente Parlamentar Contra a Privatização da SABESP (ALESP - fevereiro e março de 2023); Atos contra a privatização da SABESP, bem como contra a privatização das Empresas de Água/Saneamento e de Energia (BOVESPA – fevereiro de 2023 e ALESP – março de 2023); esforços de construção de um Comitê Estadual de Combate à Privatização da SABESP; elaboração e distribuição de materiais informativos diretos e com linguagens acessíveis, utilizando ferramentas e redes sociais populares (pequenos panfletos e vídeos curtos, entre outros);

**Ação 3: Articulações amplas na luta por um meio ambiente equilibrado:** dentre outras ações virtuais da Semana Climática Mundial, organização do Ato Global em Defesa do Meio Ambiente (setembro de 2020) em frente à sede do IBAMA, em São Paulo, enquanto membro da “Coalizão Pelo Clima”; Integração no Comitê Executivo do Fórum Popular da Natureza (FPN) e realização de uma série de plenárias, oficinas, webinários, lives, debates e apresentações em torno das causas e dos efeitos da degradação ambiental tratando, ao mesmo tempo, da questão da desigualdade social e de ações de resistência popular nesse campo (destaque para o Lançamento on-line do FPN – junho de 2020 – e dos Encontros Nacionais do FPN – Guararema, em dezembro de 2022 e Conceição de Salinas – janeiro/fevereiro de 2023).

Também participamos do GT sobre a revisão do Plano Diretor do Município de São Paulo, junto ao Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes de São Paulo; Concepção, articulação, mobilização e realização do Ato Unificado da Semana Mundial do Meio Ambiente (junho de 2022), bem como articulação de diversas atividades<sup>6</sup>, eventos e intervenções da Semana Mundial do Meio Ambiente.

**Ação 4: Apoio às subsedes em suas lutas por um meio ambiente saudável:** Apoio na organização de ato em frente à Prefeitura de Santos (SP) contra a implantação de incinerador de lixo na cidade do Guarujá (SP); contra a cava subaquática na cidade de Cubatão (SP); contra a ampliação do porto de Santos (com a dragagem da calha do canal de Santos, o que revolve os metais pesados e aterra manguezais de Vicente de Carvalho) e contra a transposição do Rio Itapanhaú (agosto de 2020);

**Ação 5: Comunicação para a ampliação do debate socioambiental** com a participação em diversos Programas “FalaFADS”: programa de entrevistas e rodas de conversa on-line, realizado pela Frente Ampla Democrática Socioambiental (FADS) sediado pelo Canal GGN (veículo de jornalismo independente sob a direção do jornalista Luís Nassif): “Emergências Climáticas”; (maio de 2022); Semana Mundial do Meio Ambiente (maio/junho de 2022); 50ª edição do FalaFADS (junho de 2022); “Bancada Socioambiental é luta pela vida!” (agosto de 2022), falando sobre a importância de votarmos e construirmos bancadas nos legislativos comprometidas com a agenda socioambiental; bem como a convocação para o Ato da Semana Mundial do Meio Ambiente de 2022, no Canal GGN.

**Ação 6: Incidência política para garantia de espaço para as pautas socioambientais**, com a participação na Audiência Pública na ALESP “Diálogos a Ações para Adiar o Fim do Mundo” (junho de 2022); bem como com a articulação e elaboração da “Carta Compromisso Socioambiental<sup>7</sup> para os candidatos e candidatas às eleições de 2022”. Articulação que resultou na assinatura de 155 candidatos e candidatas a deputado e deputada (federal e estadual), senador e senadora e governador e governadora de 18 estados da Federação (agosto/setembro de 2022).

---

<sup>6</sup> As ações podem ser vistas no canal criado no Instagram. Acesso em: <<https://www.instagram.com/semmundialdomeioambiente>>.

<sup>7</sup> A carta pode ser lida na internet, no endereço <<http://cartasocioambiental.forumdanatureza.org.br>>.

## MULHER TRABALHADORA

Apesar de serem maioria na população brasileira, as mulheres enfrentam uma sub-representação preocupante na política e nos espaços de poder. Essa realidade dificulta a luta contra as desigualdades de gênero, a violência, o feminicídio e os ataques aos direitos sexuais e reprodutivos. Mesmo representando mais de 52,5% do eleitorado, as mulheres ocupam apenas 7,4% do total de cargos de governadores, com apenas duas eleitas no país.

Na Câmara dos Deputados, menos de 18% das cadeiras são ocupadas por mulheres, totalizando 91 deputadas em um universo de 513 cadeiras. No Senado, das 27 cadeiras trocadas nas eleições de 2022, apenas 4 foram ocupadas por mulheres, totalizando 14 senadoras, ou 17,3% do total de 81 senadores. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, foram eleitas 25 deputadas de um total de 94 cadeiras, o que representa apenas 27% do total de cadeiras.

O Coletivo de Mulheres da CUT-SP reconhece os avanços conquistados, mas enfatiza que ainda há um longo caminho a percorrer para que as mulheres estejam em condições igualitárias na definição dos rumos políticos, econômicos e sociais do país. Além disso, destaca a questão da violência como uma barreira para o acesso das mulheres aos espaços de poder, uma vez que essa condição viola a sua dignidade humana, independentemente do tipo de violência sofrida, seja ela política de gênero, física, psicológica, sexual, patrimonial, entre outras.

### Mulheres em luta

Ao longo deste mandato, as mulheres da CUT-SP se mantiveram firmes em inúmeras ações para resistir e derrotar os projetos neoliberais que estavam em curso no estado e no país, responsáveis por aprofundar a exclusão social, com fortes impactos sobre as mulheres trabalhadoras, sejam elas do campo ou da cidade, brancas, negras, quilombolas ou indígenas.

O Coletivo de Mulheres da CUT-SP lutou contra políticas de desmonte do governo federal e estadual de São Paulo que afetaram grupos vulneráveis, como mulheres, negros, LGBTQ+, migrantes, jovens, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

O governo Bolsonaro usou o Disque 180 para denúncias de negacionistas da vacina e tentou impedir a distribuição de absorventes para mulheres em vulnerabilidade, além de reduzir os recursos do Ligue 180, contribuindo para o aumento da violência e do feminicídio. No estado de São Paulo, o governo Doria promoveu cortes de verbas para políticas públicas e fechamento de equipamentos públicos, resultando em aumento da violência contra a mulher.

Não podemos esquecer jamais que o governo Bolsonaro foi o responsável direto ao adotar uma postura negligente e negacionista diante da pandemia da COVID-19, resultando na morte de mais de 700 mil pessoas e no aumento da pobreza extrema, especialmente entre as mulheres que desempenham um papel crucial no cuidado de outras pessoas.

Durante todo o mandato, a Secretaria da Mulher Trabalhadora promoveu uma série de atividades, tais como debates, lives, plenárias, rodas de conversa, webnários e participação nos programas do CUT em Ação, além de conceder entrevistas em rádios e televisão, como a Brasil Atual e a TVT, e produzir artigos.

Mesmo durante a pandemia, as mulheres da CUT mantiveram a realização dos atos do 8 de março, dia de luta das mulheres, tomando todas as precauções para evitar a propagação da COVID-19.

Fomos às ruas e também nos manifestamos nas redes sociais. É necessário destacar o papel e o comprometimento do Coletivo de Mulheres da CUT, das subseções e dos sindicatos na coordenação das inúmeras atividades que foram realizadas nesse período.

No dia 8 de março de 2023, foi realizado um ato nacional em Brasília, no qual o governo Lula anunciou medidas importantes para melhorar a vida das mulheres. Dentre essas medidas, a Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, destacou o combate à violência, a construção de novas Casas da Mulher Brasileira e a implementação da Convenção 190 da OIT para combater o assédio e a violência no ambiente de trabalho, além da busca pela igualdade salarial entre homens e mulheres.

A CUT-SP teve uma importante representação nessa atividade, por meio da secretária da Mulher

Trabalhadora, Márcia Viana. É fundamental destacar a relevância da participação da CUT-SP nessa atividade nacional, que demonstra o compromisso do movimento sindical com a luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero.

Lançamos campanhas como “#CutSpSororidade – basta de violência contra a mulher”, cujo objetivo foi mapear e divulgar os canais, equipamentos e redes de apoio disponíveis em todas as regiões do estado de São Paulo, para que as mulheres possam pedir socorro ao sofrer algum tipo de violência. Além da Campanha “21 dias de ativismo” pelo fim da violência contra as mulheres.

Produzimos atividades culturais, como o Sarau das Mulheres e o projeto Mulheres Cantantes. Organizamos encontros sobre a violência de gênero, apresentamos propostas para as candidaturas de Haddad e Lula e apoiamos candidaturas nas ruas. Além disso, criamos o Comitê Popular das Mulheres da CUT e os novos coletivos de mulheres nas Subsedes da CUT-SP.

### **Diante disso, apresentamos o plano de lutas das mulheres da CUT-SP:**

- Fortalecer a Campanha “#CutSpSororidade – Basta de Violência contra a Mulher”;
- Fortalecer os Coletivos existentes e criação de novos coletivos nos sindicatos e nas Subsedes da CUT-SP;
- Trabalhar a luta das Mulheres de maneira plural, em parceria com as demais secretarias da CUT-SP;
- Implementar o “Protocolo de prevenção e ação em casos de discriminação, assédio e violência por razões de gênero no âmbito da Central Única dos Trabalhadores”, instrumento por meio do qual assume a decisão de adotar mecanismos claros de abordagem das violências como parte de seu compromisso para a defesa e promoção dos direitos humanos;
- Garantir que os sindicatos implementem uma rede mínima de proteção, principalmente nos municípios onde não existem equipamentos de atendimento à mulher. Esse é o papel do sindicato cidadão;
- Garantir a participação das mulheres nos espaços de poder das entidades sindicais, sindicatos, federações, confederações, CUT estadual e nacional;
- Fortalecer a participação das Mulheres nos conselhos municipais e estaduais. Onde os sindicatos e as Subsedes possam auxiliar no acompanhamento da atuação e garantir a representação sindical das mulheres;
- Lutar pela implementação das convenções 100 e 111 da OIT: sobre igualdade de remuneração e a discriminação em matéria de emprego e profissão;
- Lutar pela implementação da Recomendação Suplementar 90 da OIT – Sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor;
- Lutar pela Ratificação da Convenção 190 e pela implementação da recomendação 206 sobre a Eliminação da Violência e o Assédio no Mundo do Trabalho;
- Lutar por política de cuidados e responsabilidades domésticas e familiares compartilhadas;
- Lutar por políticas públicas de direito ao acesso universal à água potável ao saneamento básico, à coleta de lixo residencial, à energia elétrica e ao gás de cozinha, com o fim da mercantilização desses serviços e a garantia de preços justos para a população;
- Mobilizar e participar da Marcha das Margaridas 2023: Lançamento estadual dia 5 de maio no sindicato bancários e ato nacional nos dias 15 e 16 de agosto em Brasília;
- Lutar pela realização de todas as etapas da Conferência Nacional das Mulheres;
- Realizar o Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT indicado para a segunda quinzena do mês de maio de 2023.

## **POLÍTICA SINDICAL E ORGANIZAÇÃO**

A atual gestão da CUT foi marcada pelas dificuldades em razão da pandemia de COVID-19 que assolou o mundo obrigando as pessoas a restringirem seus convívios sociais. A população precisou garantir a proteção da vida para diminuir o contágio.

Para uma secretaria que tem o papel de pensar, articular e implementar ações, plenárias, reuniões e eleições, tivemos de nos reinventar com muita criatividade e disposição.

Vale lembrar que o último Congresso apresentou um novo paradigma para a Organização Sindical CUTista, autorizando a Central a sindicalizar entidades da classe trabalhadora que organizem e lutem por melhorias das condições de vida da classe trabalhadora, mesmo sem personalidade sindical.

Participamos intensamente dos debates internos que visaram preparar uma proposta de regulamentação dessas filiações e organizações dentro da Central, tendo nitidez de que esse não é um debate tranquilo, tampouco simples, podendo acarretar tensões internas nas relações dos ramos. Mesmo assim, debatemos e avançamos em um documento que visa superar essas dificuldades.

O Congresso também apresentou algumas modificações na própria estrutura organizativa da nossa Central.

O estado de São Paulo tem uma condição diferenciada do restante do país em sua estrutura organizativa, pois nos organizamos também regionalmente pelas macrorregiões políticas e administrativas estaduais.

Avançamos desde o Congresso no sentido de entender que nossa organização/regionalização deve ser política e não estrutural. Com isso, migramos nossas subsedes em sua grande maioria para dentro da estrutura física de um grande sindicato nas regiões, proporcionando mínima e, inicialmente, a tão sonhada solidariedade de classe no exercício da estrutura solidária. Ainda há muito a avançar nesse sentido, mas já temos exitosas experiências em algumas subsedes.

Em outro aspecto, por conta da pandemia, também fomos obrigados a adotar e investir pesadamente em reuniões virtuais, seminários e palestras. A própria realização da Plenária Estatutária da CUT se valeu desse instrumento para acontecer de forma segura.

Eleições de vários sindicatos também tiveram que migrar para o meio eletrônico para serem realizadas. As várias eleições realizadas, em sua gigantesca maioria, se deram com chapa única devido à dificuldade presente das oposições em fazer campanha durante a pandemia.

Nos deparamos ainda mais com uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras altamente precarizados (aqueles que atuam em plataformas digitais). Houve um crescimento exponencial do número de pessoas vinculadas a esse tipo de contratação, que não garante nenhum direito trabalhista. Foi apresentado às centrais, em especial à CUT, a tarefa de regularização desse tipo de trabalho.

Apesar das dificuldades no geral, algumas eleições foram realizadas de forma presencial. Alguns exemplos merecem destaque, como as eleições dos municipais de São Carlos e de Araraquara, realizadas simultaneamente. Mesmo diante de uma acirrada disputa, logramos êxito mantendo o sindicato de São Carlos filiado à CUT. Também elegemos em Araraquara uma diretoria de militantes CUTistas que garantiram efetivar, à posteriori, a sindicalização.

No caso de Campinas, apesar de não termos vencido junto aos municipais, garantimos uma participação bastante expressiva com o aumento considerável em nosso coro de votação. Em São Paulo, a eleição dos municipais teve vitória significativa. Ganhamos com votação próxima de 70% de participação.

No caso do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, apoiamos a Chapa 1, formada por CUT e CTB. Mas a nossa chapa foi prejudicada por uma manobra da Comissão Eleitoral que não aceitou o voto híbrido (prática costumeira no sindicato, mas não logramos êxito). De todo modo, nas duas assembleias da campanha salarial de 2023, o agrupamento CUTista cresceu em número e qualidade na eleição, saindo vitorioso nas duas principais propostas disputadas nesses espaços.

Caminhamos para o encerramento do mandato com saldo de uma chapa apoiada por nós (entre outras) na eleição/mandato tampão dos condutores de São Paulo. A chapa saiu vitoriosa após um

intenso período de desgaste e de ataques à entidade sindical por causa de práticas questionáveis e não éticas implementadas pela gestão passada.

Tivemos também as eleições dos bancários de São Paulo, com chapa vitoriosa. E, com ampla participação de professoras e professores em todo o estado de São Paulo, as eleições da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) tiveram a Chapa 1 como a grande vencedora, alcançando 83% dos votos. Pela primeira vez na história do sindicato, houve uma chapa formada com as principais correntes, de variadas matrizes políticas, reafirmando a unidade que a entidade vem construindo inclusive em uma luta mais ampla por democracia e contrária a valores fascistas.

#### **Destacamos aqui alguns desafios futuros:**

- Fortalecer a luta pela regulamentação dos trabalhadores e trabalhadoras em plataformas digitais;
- Aprimorar e implementar a sindicalização de entidades sindicais e não sindicais à nossa central;
- Aprimorar e melhorar cada vez mais o exercício dos meios digitais em nossas práticas organizativas.

## **POLÍTICAS SOCIAIS**

A Secretaria de Políticas Sociais da CUT-SP cumpriu com o seu papel institucional, acompanhando e fortalecendo algumas posições sociais da Central, fazendo o enfrentamento durante a pandemia de COVID-19.

Mesmo diante da pandemia, não deixamos de trabalhar e nos mobilizar por meio de palestras, reuniões e atividades on-line.

Neste mandato, fizemos reunião com os coletivos LGBTQIA+ e de Pessoas com Deficiência. Foi uma experiência diferente, dada a mudança constante que a secretaria faz para inserir todos e todas no processo político e social.

A secretaria, por meio de seus coletivos, vem realizando atividades ao longo da gestão com o compromisso de reafirmar e fortalecer as políticas afirmativas para os trabalhadores e trabalhadoras CUTistas.

Garantimos a participação, junto aos sindicatos parceiros, em atividades como a caminhada e visibilidade trans que se realiza sempre no final de janeiro. Promovemos seminários, reuniões e palestras on-line. Em 2022, participamos da Feira Cultural da Diversidade LGBTQ+ e da Parada Orgulho LGBT de SP, reforçando que as ações não representam baderna para a cidade, como o preconceito insiste em dizer. Mostramos que a minoria tem seu lugar.

O Coletivo de Pessoas com Deficiência também fez atividades como panfletagem, palestra e reuniões. Lembramos do 21 de setembro, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, e do 3 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, momentos em que foram realizadas atividades descentralizadas com a divulgação em mídias e matéria junto com o setor de comunicação.

Nas convenções coletivas, tivemos várias conquistas, como a união homoafetiva para a declaração nos convênios médicos e na partilha dos bens.

A secretaria também garantiu conquistas com a criação de novos coletivos de pessoas com deficiência e LGBTQ+ em diferentes cidades do estado. Também não podemos nos esquecer dos cuidados que temos que ter com a poliomielite e a meningite, que causam deficiências. Incentivamos, assim, o uso das vacinas como um tema de saúde pública.

Em relação às pessoas com deficiência, realizamos uma reunião em 19 de dezembro de 2022 com o coletivo. Debateu-se a importância de termos uma pessoa indicada que saia do coletivo ou da Executiva representando a pauta junto ao governo federal.

Em 2 de abril, Dia Mundial e Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, a secretaria elaborou, em parceria com a Comunicação, um card e uma matéria sobre o tema. Isso envolveu divulgação na mídia e contou com a participação de outras pastas.

Nesse 16º CECUT e aniversário dos 40 anos de existência da CUT, os coletivos estão atentos às discussões e buscam, desde já, que as pautas envolvendo os trabalhadores e trabalhadoras com deficiência e a população LGBTQ+ estejam contempladas no caderno de teses.

## **COMBATE AO RACISMO**

Os sindicatos têm um papel fundamental na luta contra o racismo no ambiente de trabalho, pois a discriminação racial é uma realidade no nosso país que atenta contra a vida e a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, prejudicando seu acesso a oportunidades de trabalho, promoção e condições de trabalho justas e decentes.

Nesse sentido, a CUT-SP através da secretaria estadual de Combate ao Racismo tem ao longo desse mandato promovido diversas ações para tratar do combate ao racismo no local de trabalho e em todos os aspectos da vida.

Lançamos uma campanha permanente de luta contra o racismo no ambiente de trabalho, que inclui um Canal para receber denúncias e encaminhar às instâncias necessárias, com o suporte de uma equipe de advogados que prestam atendimento gratuito. A adesão de todos os ramos é fundamental para implementar essa ação em todo o estado.

Durante a pandemia, o Coletivo Estadual da CUT-SP não deixou de promover o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro. Apesar das restrições impostas e respeitando as normas de segurança contra o contágio, diversas atividades foram organizadas pelos sindicatos e subsedes da CUT-SP. Essas manifestações foram cruciais, pois chamaram a atenção para a situação crítica da população negra, que foi duramente afetada pela pandemia.

A população negra sofreu desproporcionalmente com o desemprego, a fome e o aumento da população em situação de rua. Infelizmente, a face mais cruel da pandemia foi que o maior número de mortes ocorreu entre a população negra, evidenciando as desigualdades sociais ampliadas pela pandemia.

Durante o mandato, a Secretaria de Combate ao Racismo da CUT-SP realizou diversas atividades, como reuniões, lives, webinários, programas do CUT-SP em Ação, entrevistas em rádios e TVs e produção de artigos. O objetivo dessas ações foi fortalecer a luta antirracista no meio sindical paulista e convocar as lideranças a entender que o Combate ao Racismo e a ação sindical devem coexistir.

Para atingirmos o nosso objetivo de promover a igualdade de oportunidades e eliminar o racismo, é fundamental o engajamento de todas as pessoas na execução das tarefas detalhadas no plano de lutas da secretaria. Isso inclui a luta pela implementação de políticas públicas efetivas e a promoção de ações concretas no ambiente de trabalho para combater a discriminação racial.

É importante ressaltar que essa luta não pode ser realizada apenas pela Secretaria de Combate ao Racismo da CUT-SP, mas sim pelo conjunto do movimento sindical que acredita num mundo melhor:

### **Plano de lutas da Secretaria de Combate ao Racismo da CUT-SP:**

- Criação de coletivos de combate ao racismo nas subsedes da CUT-SP, ramos e sindicatos que ainda não possuem;
- Lutar para garantir o ensino da história da África é fundamental para que o mundo a conheça e a reconheça, assim como reconhece a história ocidental/eurocêntrica;
- Divulgar e potencializar o Canal de Denúncia contra o racismo;
- Construir e mobilizar as ações dos atos de 20 de novembro na capital e interior do estado paulista;

- Permanecer em luta pela implantação das cláusulas da OIT, convenção 100, que trata da igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor, e convenção 111, que afirma que as empresas, os governos e a sociedade civil devem combater o racismo e todas as formas de discriminação. Em primeiro lugar, combatendo e proibindo as atitudes de discriminação. E em segundo, promovendo e estimulando relações de igualdade e de respeito entre os grupos;
- Atuar decisivamente na diretoria executiva do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN), da Secretaria da Justiça e Cidadania, no qual a CUT-SP tem assento na gestão (2020-2024).
- Promover atividades culturais a exemplo do “Baile Black” da CUT-SP realizado em 2022.
- Promover atividades no dia 25 de julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha;
- Lutar pela implementação de leis que estabeleçam cotas para trabalhadoras negras e trabalhadores negros nos concursos públicos da administração direta e indireta, das estatais e também na contratação das empresas que têm aporte de recursos de bancos públicos de fomentos;
- Construir legislação que institua cotas para contratação de negros e negras nas empresas privadas, como forma de corrigir as distorções e a discriminação no mercado de trabalho.

***Só a luta nos liberta! Basta de Racismo, no Trabalho e na Vida!***

## **SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

A Secretaria de Relações do Trabalho, que tem o papel de ocupar os espaços institucionais levando as intervenções da CUT, enfrentou diversas dificuldades durante o mandato de Jair Bolsonaro.

Esse governo deu fim às mesas de conversas, as discussões sobre o trabalho decente deixaram de acontecer e foram suspensas as agendas de diálogo com o conhecido sistema “S”: SENAC, SESI e SENAI.

Conseguimos apenas participar de algumas reuniões do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda (CETER) com o objetivo de negociar e discutir sobre o salário mínimo regional, reivindicar a implantação de novos postos de trabalho e ampliar o engajamento em relação à implementação e ao desenvolvimento de polos da indústria em todo o estado de São Paulo.

Foi um governo extremamente difícil, principalmente para a classe trabalhadora e seus representantes. Com esse cenário, a secretaria se manteve empenhada em apoiar as atividades e demandas das outras secretarias, se colocando à disposição e participando de diversas atividades.

No último ano, estivemos à frente da organização da classe trabalhadora em todo o estado de São Paulo. Entre as estratégias de organização, participamos ativamente da criação das Brigadas Digitais, que visou agrupar digitalmente o maior número de pessoas para repassar informações verdadeiras, no enfrentamento às *fake news*, em um ano tão importante para a democracia do Brasil.

Contribuímos também na criação, organização e implementação dos comitês populares e regionais de luta, espaços que agruparam estrategicamente diversos segmentos como trabalhadores, movimentos populares e partidos políticos. Ajudamos a organizar plenárias e panfletagens com as forças políticas progressistas de cada região.

E nos engajamos na defesa das eleições governamentais no Executivo e no Legislativo, com atividades nas 20 subsedes, sindicatos e ramos, além de acompanhar as eleições sindicais, sindicalização e campanhas salariais.

## SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

O início do mandato dessa direção, em novembro de 2019, trouxe inúmeros desafios. O combate à COVID-19 foi uma das ações em que estivemos diretamente envolvidos.

Em 2020, em conjunto com as demais centrais sindicais, DIEESE e governo do estado de São Paulo, ajudamos na elaboração de um protocolo com o intuito de buscar a prevenção do adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente aqueles e aquelas que permaneceram na ativa, nas chamadas atividades essenciais, o que levou também à aprovação de uma resolução da Direção Executiva da CUT-SP que orientava seus sindicatos filiados a emitirem Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) nos casos de COVID-19;

Também atuamos simultaneamente nos conselhos estadual e municipais de saúde, o que nos permitiu coordenar a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT). Nesse espaço, tratamos de questões como a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) e a Notificação das doenças e acidentes do trabalho.

Participamos, como convidados, de procedimento instaurado pelo MPT da 15ª região para trabalhar o funcionamento dos espaços existentes e a criação de novos espaços, a exemplo da CISTT de Campinas. Orientamos ainda, durante a gestão, a criação da CISTT em Batatais (SP) e a realização de um encontro estadual de CISTT's. Do mesmo modo, participamos de todo o processo de criação da CISTT do município de Mauá e da reestruturação das CISTT's de São Bernardo do Campo e de Santo André.

Participamos de reunião com a Secretaria de Saúde de Diadema, no intuito de reestabelecer a vaga que fora tirada do Conselho Municipal de Saúde e que era disponibilizada para as centrais sindicais. Já nos anos de 2022 e 2023, a secretaria tratou acerca de outras questões, dando continuidade à implementação do planejamento, assim como do tratamento pós-COVID, no intuito de buscar melhores condições de trabalho e vida para os trabalhadores e trabalhadoras.

No decorrer do mandato, temas diversos foram debatidos como, por exemplo, projetos de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, do Ministério do Trabalho e Emprego, e o tema da Segurança e Saúde no Trabalho, da Superintendência Regional do Estado de São Paulo, com base nos CNAES. As discussões foram fundamentais e permitiu a criação de grupos tripartite e por ramos de atividade, a fim de aprofundar questões que adoecem e matam trabalhadores e trabalhadoras.

Outra questão importante foi a tratativa da COVID-19 longa e a questão donexo casual, o que permitiu discutir as sequelas deixadas pela doença e como as empresas, sindicatos e sistemas de saúde estavam lidando e ou deveriam lidar com isso. Durante a COVID-19, restou nítido o crescimento dos casos de adoecimento mental e, dessa forma, organizamos uma Conferência Livre de Saúde Mental e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Também tratamos sobre a importância do Código Sanitário do Estado de São Paulo, com a apresentação de diversos artigos que buscam prevenir o adoecimento e acidentes no trabalho, assim como os que tratam das autuações possíveis pelo estado.

Não menos importante foi o debate realizado em relação à Previdência Social, nos permitindo conhecer a fila on-line e a concessão de apenas um salário mínimo para auxílios-doença requeridos durante a pandemia de COVID-19, não importando a renda do segurado, o que trouxe problemas à classe trabalhadora segurada junto à Previdência. Tratamos ainda das alterações na NR 05, relacionada à CIPA, que agora passa a abarcar também questões de assédios e outras violências relacionadas ao trabalho.

Em nossa atuação, abordamos a decisão do STF referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6317 (sala de descompressão), que acabou por derrubar a lei estadual (por SP). Além disso, demos destaque a datas importantes como o 28 de fevereiro, Dia Internacional de Combate à LER/DORT; o 28 de abril, Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho; e o 02 de maio, Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral.

Nesse sentido, terminamos o mandato com a organização e a execução do curso de Formação em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, desenvolvido pelo Departamento Intersindical Estudos e



Pesquisas de Saúde e dos Ambiente de Trabalho (DIESAT), pela Secretaria de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras da CUT-SP e por seu coletivo, com o objetivo de formar nossos dirigentes e classe trabalhadora para que possam atuar no dia a dia da luta por saúde, segurança nos locais de trabalho e preservação da vida.

# BALANÇO DA GESTÃO (2020 A 2023)

## SUBSEDES DA CUT-SP

### ABC Paulista

A subsede iniciou o ano de 2020 com a realização da Plenária Geral, momento que elegeu o coordenador da subsede da CUT-SP no ABC Paulista, Milton Nunes de Brito (Tijolinho). Os sindicatos da região realizaram um ato em defesa do INSS, em Santo André, e, paralelamente, em São Bernardo do Campo. Em março em 2020, foi realizada uma atividade na praça da Matriz em São Bernardo do Campo, organizada pelo Sindicato dos Servidores Municipais de São Bernardo do Campo (SINDSERV), com a participação do Coletivo de Mulheres da Subsede da CUT-SP no ABC Paulista, em alusão ao Mês das Mulheres Trabalhadoras.

Em 2021, com a pandemia de COVID-19 e o isolamento social, a subsede participou virtualmente de diversas atividades e lives realizadas pela CUT São Paulo e por sindicatos da região. Organizou, com os sindicatos da região, ações com o intuito de amenizar os impactos da pandemia, promovendo diversas campanhas de solidariedade, tais como: doações de cestas básicas, de máscaras, de álcool em gel e de produtos de higiene pessoal entregues para associações de bairros e a população mais necessitada.

Em fevereiro de 2021, a subsede, em conjunto com sindicatos da região, movimentos sociais e representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) se unificaram para realizar uma carreta em Santo André e em São Bernardo do Campo pelo “Fora Bolsonaro, vacina para todos e todas e pela manutenção do auxílio emergencial”. Em março, o Coletivo de Mulheres da subsede participou de uma live especial da CUT São Paulo, em alusão ao Mês das Mulheres Trabalhadoras.

No dia 1º de maio, a subsede da CUT-SP no ABC promoveu uma grande carreta nas sete cidades do ABC, que encerrou na Avenida Portugal, na cidade de Mauá, onde organizou um *drive thru* para arrecadação de alimentos. No mesmo mês, um debate on-line foi realizado sobre a reforma tributária com a participação do presidente da CUT-SP, Douglas Izzo, e do vice-presidente da CUT-SP, Luiz Claudio Marcolino.

Em junho, a subsede organizou uma plenária com todos os sindicatos da região para realizar a substituição do coordenador da subsede, Milton Nunes de Brito (Tijolinho). Por motivos pessoais, Milton renunciou ao cargo, fazendo-se necessária a sua substituição. O Sindicato dos Bancários do ABC apresentou a indicação de Otoni Pedro Souza de Lima, aceito por unanimidade pelos sindicatos da região. Ao tomar posse, o novo coordenador da subsede realizou visitas às entidades sindicais na região.

Em julho de 2021, a subsede organizou diversas atividades na região pelo “Fora Bolsonaro”. Em agosto de 2021, participamos da greve nacional do serviço público e realizamos um ato na Praça da Matriz, em São Bernardo do Campo, contra o governo de Orlando Morando (PSDB).

Em janeiro de 2022, realizamos a plenária que elegeu o coordenador Otoni Pedro de Lima, assim como a coordenação da subsede da CUT-SP no ABC. Em fevereiro de 2022, participamos da votação do abono salarial na Câmara dos Vereadores de São Caetano do Sul e de ato público pela reintegração dos professores Renato Mesquita e Catarina Troiano.

Em março, participamos de diversas atividades em alusão ao Mês da Mulher e contribuimos com a paralisação do Sindicato dos Servidores Municipais (SINDSERV) de Santo André. Em abril de 2022, participamos da paralisação do SINDSERV de São Bernardo do Campo.

Em maio de 2022, realizamos panfletagens nas sete cidades da região, pelo abaixo-assinado pelo vale-transporte social e participamos do lançamento do Comitê Popular de Luta, dos Bancários do

ABC. No mesmo mês, realizamos uma denúncia de racismo institucional contra o prefeito de São Bernardo do Campo, no Ministério Público da cidade, e participamos do lançamento do Comitê Popular de Luta dos Metalúrgicos do ABC.

Em julho de 2022, realizamos diversas atividades das Mulheres Andantes da subseção da CUT-SP no ABC. Em agosto, realizamos panfletagens do Comitê de Lutas nas cidades que compõem o ABC. Em setembro de 2022, participamos de uma caminhada em Santo André pelo Grito dos Excluídos, e do Lançamento do vale-transporte social em Diadema. Em novembro de 2022, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi realizada uma mesa de debate pelo Mês da Consciência Negra. Em novembro de 2022, na Sede Social dos Bancários do ABC, foi realizada a Feira Literária de Santo André (FELISA).

Em fevereiro de 2023, ajudamos no processo eleitoral do Sindicato de Confecções do ABC e realizamos uma panfletagem pelo Dia Mundial de Combate às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Em março de 2023, participamos da Atividade Mulheres nas Ruas em Defesa da Vida e da Democracia, em Ribeirão Pires.

A partir desse balanço, a subseção da CUT-SP no ABC reafirma o seu compromisso com as bandeiras de luta da nossa Central, fortalecendo os nossos sindicatos da região em prol da população e dos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

## **ARAÇATUBA E REGIÃO**

A subseção da CUT-SP em Araçatuba iniciou 2022 na esperança de um ano de mudanças no quadro político nacional e no estado de São Paulo. Isso porque, após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, o cenário visto foi de agravamento da situação da classe trabalhadora, situação que piorou depois do desgoverno de Jair Bolsonaro, que disseminou ódio contra os segmentos LGBT+, população negra, povos indígenas, mulheres e nordestinos. Além das *fake news* que passaram a dividir o país, colocando em risco a existência da democracia.

A luta de classes nunca se fez tão necessária. Em nossa região, de extrema direita e conservadora, isso não seria diferente. Alinhados, porém, às ações propostas pela CUT Nacional e Estadual, conseguimos construir um grupo político regional que mesclou centrais sindicais, sindicatos diversos, partidos políticos de esquerda e movimentos sociais progressistas, a fim de organizar a sociedade e realizar a disputa nos diversos cenários apresentados em 2022.

Para isso, organizamos um Comitê Popular de Lutas que envolveu todas as cidades da região de Araçatuba. Cada município criou um Comitê Local que, através da orientação do Comitê Regional, conseguiu realizar atividades em todos os municípios, fazendo o enfrentamento de ideias e estabelecendo uma dinâmica que movimentou a região.

Por meio de uma Brigada Regional Digital, conseguimos fazer o enfrentamento às *fake news* e levar informações verdadeiras para a população, em ações promovidas em todas as cidades, criando, assim, uma forma inovadora e rápida de distribuir informações.

Além das ações promovidas pelo Comitê e pela Brigada Digital Regional, a subseção também conseguiu juntar forças e aglutinar entidades nas diversas ações promovidas durante o ano como: Criação dos Coletivos de Mulheres, Cultura, Educação, Sindical, Combate ao Racismo, Juventude e LGBTQIA+ da subseção de Araçatuba; 8 de Março (Dia Internacional das Mulheres); 1º de Maio (Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras); 24 de junho (Inauguração do Laticínio da Coapar – MST); 25 de julho (Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha); 20 de Agosto (Comício pela Democracia com Lula no Anhangabaú); CUT Solidária (ano todo com arrecadação e distribuição de alimentos, produtos de higiene e roupas para comunidade carente e em estado de vulnerabilidade); 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra); realização de diversos Atos pelo 'Fora Bolsonaro' e em defesa da democracia.

Importante também destacar que nunca antes em nossa região conseguimos reunir tantas entidades em busca de garantir que a democracia fosse respeitada através de ações coletivas de panfletagens, 'bandeiras', carreatas, passeatas, ações de internet e tantas outras que permitiram disputar a sociedade através do debate de ideias.

Criamos um grupo permanente de discussão e organização da classe trabalhadora através das centrais sindicais, movimentos populares e partidos políticos progressistas o que, sem dúvida, irá ajudar a CUT na implementação de suas políticas. Essa permanente mobilização irá contribuir para o fortalecimento da democracia e o combate aos golpistas de plantão que querem causar o caos e impor à classe trabalhadora condições precárias de sobrevivência.

## **BAIXADA SANTISTA**

Enfrentando as políticas ultraliberais que visavam destruir direitos, a Subsede da CUT-SP na Baixada Santista destacou-se nas lutas em defesa da democracia.

Durante o golpe de Estado que afetou a Presidência de Dilma Rousseff e em apoio à libertação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a subsede participou ativamente.

Ao longo do desgoverno de Michel Temer, engajou-se nas mobilizações e solidariedade à classe trabalhadora, alinhando-se aos movimentos sociais regionais. Suas ações abrangeram a defesa de empregos, rendas, oposição à destruição da Previdência Social Pública, à "reforma" trabalhista, e envolvimento na defesa dos serviços públicos, democratização da comunicação e reformas estruturais do Estado brasileiro.

O golpe de 2016 abriu caminho para a eleição do governo de extrema-direita de Bolsonaro. A Subsede da CUT-SP na Baixada Santista, seguindo as resoluções da direção estadual, cumpriu integralmente a agenda de lutas contra o neofascismo representado por Bolsonaro.

Fortalecendo sua aliança histórica com outras centrais e movimentos sociais na região, a subsede criou Comitês Populares de Lutas e Brigadas Digitais, mantendo uma intensa agenda, mesmo de forma virtual, durante a pandemia. Coordenou atos em defesa da democracia, contra Bolsonaro, no Dia Internacional de Lutas da Mulher Trabalhadora (8M), na Marcha Regional da Consciência Negra (20 de novembro), contra despejos, privatização dos Correios e gestão do porto de Santos, e apoiou os atos organizados por seus sindicatos filiados.

A participação nas eleições, com foco na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Haddad, bem como na formação de uma bancada do Campo Democrático e Popular, foi uma prioridade constante para a Subsede da CUT-SP na Baixada Santista.

## **BAURU E REGIÃO**

Mesmo diante de uma dura conjuntura de ataques aos direitos da classe trabalhadora, de reformas conservadoras, de criminalização do movimento sindical, bem como apesar das limitações de isolamento físico imposto pela pandemia de COVID-19, a subsede da CUT-SP em Bauru manteve-se firme na luta para derrotar o fascismo, valorizar o trabalho, bem como defender os direitos sociais, a democracia e a soberania nacional.

Em 2023, com a volta plena das atividades presenciais e com as esperanças renovadas pela chegada de um governo federal democrático popular, muitas foram as atividades e ações para fortalecer a organização cutista.

No dia 14 de fevereiro, o Centro Sindical da CUT, da coordenação da subsede da CUT Bauru, recebeu uma reunião com todos os sindicatos filiados de Bauru e região para o planejamento das ações de 2023.

A luta das mulheres trabalhadoras esteve presente em nossa subsede por meio das seguintes ações: reunião, no dia 04 de março, no Centro Sindical da CUT, com o Coletivo de Mulheres da subsede sobre o Dia Internacional das Mulheres; ato realizado pelo Coletivo de Mulheres da subsede, na cidade de Jaú, em 10 de março, em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres; reunião em 11 de março, no Centro Sindical da CUT, sobre novo ato do Dia Internacional das Mulheres a ser realizado na cidade de Bauru; ato especial na Rua Batista de Carvalho com a Rua 13 de Maio, realizado pelo Coletivo de Mulheres da subsede.

As eleições na APEOESP foram plenamente apoiadas pela coordenação da subsede da CUT Bauru, com reuniões preparatórias para tal eleição realizadas em março, abril e maio de 2023, no Centro Sindical da CUT; com reuniões de organização dos fiscais que trabalharam nas eleições da APEOESP no final de maio de 2023; e com a coordenação da subsede e dos diretores de sindicatos filiados trabalhando como fiscais da eleição da APEOESP.

A defesa de trabalhadores e trabalhadoras perseguidos e assediados também esteve em marcha na subsede. Tal pauta esteve presente nas ações contra a TV TEM (afiliada da TV Globo na região) por causa da demissão arbitrária do jornalista Sérgio Paes de Oliveira, diretor Regional do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Para a defesa de Sérgio Paes, foram realizadas as seguintes ações: reunião de organização de ato na Câmara Municipal de Bauru, no dia 6 de abril, no Centro Sindical da CUT; ato realizado pela subsede no dia 10 de abril, na seção da Câmara Municipal de Bauru e na Emissora TV TEM; reunião em 4 de maio, no Centro Sindical da CUT, para a organização de ato na Praça Rui Barbosa; ato realizado pela subsede na Praça Rui Barbosa contra a TV TEM; reunião, no dia 18 de abril, no Centro Sindical da CUT com a coordenação da subsede e sindicatos filiados sobre avaliação do ato realizado na Praça Rui Barbosa contra a TV TEM.

Por fim, a articulação plena da subsede com o projeto CUTista é considerada de suma importância para a retomada de direitos da classe trabalhadora na região de Bauru, no estado de São Paulo e no Brasil como um todo. Diante de tal constatação, foi realizada no dia 7 de junho uma reunião no Centro Sindical da CUT, com a coordenação da subsede e sindicatos filiados para tratar sobre os detalhes da Plenária da Subsede da CUT de Bauru.

A Plenária da Subsede da CUT de Bauru foi realizada no dia 16 de junho de 2023, no auditório do Sindicato da Construção Civil de Bauru, com todos os sindicatos filiados da CUT de Bauru e região, sendo apresentado um trabalho do DIEESE sobre o desenvolvimento da região, sobre os impactos negativos do aumento da mão de obra terceirizada e mudanças na organização do trabalho. Também foi realizado um debate a respeito dos indicadores econômicos trazidos pelo DIEESE e apresentados os informes sobre a pauta e a conjuntura para o próximo Congresso da CUT-SP.

## CAMPINAS E REGIÃO

Sempre alinhada às deliberações da Direção Executiva da Estadual SP e ao calendário de lutas da CUT Nacional, a subsede da CUT-SP em Campinas exerce papel fundamental na articulação e na mobilização dos vários sindicatos regionais, em lutas conjuntas também com movimentos populares, reafirmando seu compromisso com a luta imediata e histórica em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Desde 2019, a subsede vem promovendo diversas ações, presenciais e virtuais, formativas e de protestos, realizando plenárias, debates, panfletagens e atos públicos, com pautas por igualdade racial e de gênero, contra quaisquer discriminações, pelo fim da violência contra mulheres, bandeiras pela educação, luta pela democracia, garantia de direitos sociais e trabalhistas, por emprego e renda, em defesa dos serviços públicos, em memória das vítimas da COVID-19, em defesa da vida e do SUS - com destaque para o papel fundamental que exerce e que ficou comprovado especialmente no enfrentamento à pandemia e contra os desmontes promovidos pelos desgovernos nas esferas municipal, estadual e federal à época.

Em abril de 2020, a subsede lançou a **Campanha de Solidariedade Pela Vida** que está promovendo - desde então e incessantemente - a arrecadação de alimentos, produtos de higiene e de limpeza e apoio financeiro destinado às comunidades carentes, contando com a parceria das frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo, Pela Vida em Defesa do SUS, além de diversas organizações populares.

Encabeçada pelo Coletivo de Mulheres, a **Campanha Natal Sem Fome** foi pioneira na arrecadação financeira e a maior já organizada pela subsede em 2020. Essas duas importantes campanhas solidárias resultaram na reunificação de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, fortaleceram as lideranças das comunidades e do MST na região, contaram com o engajamento dos sindicatos e permitiram a reaproximação social com as comunidades de base.

## Luta contra o genocídio

A postura negacionista e genocida do desgoverno Bolsonaro, que sempre desprezou as medidas preventivas de combate ao contágio do novo coronavírus, e que sempre desrespeitou o pagamento do auxílio emergencial durante a maior crise sanitária e econômica brasileira, aprofundou a miséria, a pobreza e a violência.

Já as posturas dos governos estadual e municipais, que também ignoraram medidas de proteção à saúde, acabaram também contribuindo para a morte de milhares de brasileiros e das brasileiras, além de aumentar o contágio da COVID-19.

Nesse cenário, pautadas pela defesa da vida e dos direitos da classe trabalhadora, contra o negacionismo e o genocídio, é que aconteceram três carreatas com a participação da subsede Campinas, consideradas um sucesso. Com o mote **Fora Bolsonaro - Vacina para Todos e Auxílio Emergencial**, reforçada pela campanha de arrecadação de alimentos, as carreatas contaram também com a adesão da população.

## Disputa eleitoral municipal

A atuação de resistência da CUT Campinas se estendeu durante a campanha eleitoral municipal de 2020 quando, pela primeira vez, PT e PSOL fecharam aliança para compor uma dobradinha de candidatura para concorrer à Prefeitura de Campinas. Foi um momento de fortalecimento político do campo democrático-popular, em tempos de intensificação das medidas antipopulares, das tentativas de desmonte do movimento sindical, da precarização do trabalho e do próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Essa aliança resultou no fortalecimento da esquerda progressista na última disputa eleitoral na cidade, com avanço também da unidade nas lutas do nosso campo, com ações conjuntas decisivas para o contraponto ao projeto neoliberal do governo municipal. Conseguimos eleger seis vereadores, sendo três mulheres eleitas, fato inédito em Campinas.

É importante destacar ainda que, embora Campinas tenha protagonizado os principais momentos da luta política nesse período, essas ações também foram realizadas em muitas cidades da nossa área de abrangência, demonstrando a força dos sindicatos filiados da região na mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

## A campanha mais importante das nossas vidas

Desde o início de 2022, a esperança esteve presente no ano que já começou com muita luta da classe trabalhadora para enfrentar a eleição mais importante das nossas vidas, para defender a democracia contra o autoritarismo, a soberania nacional contra a milícia, a verdade contra a mentira, a vacina no braço contra o negacionismo, a comida no prato contra o mapa da fome, o amor fraterno e igualitário contra o ódio instalado nos gabinetes do Planalto Central do Brasil desde que Bolsonaro assumiu o governo federal.

Foi um ano em que a CUT Campinas promoveu diversas ações, presenciais e virtuais, de formação e de protestos, com plenárias, debates, panfletagens e atos públicos. Em pauta, as lutas prioritárias por igualdade racial e de gênero, bandeiras pela cultura, educação, reconstrução da democracia, garantia de direitos sociais e trabalhistas, emprego e renda, defesa dos serviços públicos com qualidade.

Em memória das 700 mil vítimas da COVID-19, continuamos na luta em defesa da vida, da ciência e do SUS, contra os desmontes promovidos pelos governos municipais, estadual e federal, destacando o papel fundamental que o Sistema Único de Saúde exerceu e exerce para o enfrentamento às pandemias e epidemias, campanha de vacinação e cuidados com quem mais precisa.

Continuamos também investindo na campanha **A Fome Não Acabou** que, desde 2020, arrecada alimentos, produtos de higiene e limpeza e ajuda financeira, destinadas às comunidades carentes, contando com a parceria das frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo, Pela Vida em Defesa do SUS, junto com diversas organizações populares. A iniciativa conta com o apoio de moradores do Acampamento Marielle Vive, do MST, que preparam refeições que são distribuídas diariamente na Cozinha Solidária São Marcos.

## **A esperança venceu e o Brasil voltou!**

Durante todo o ano passado, os Comitês de Luta em Defesa da Vida e da Democracia, assim como as Brigadas Digitais, foram ações estratégicas que ampliaram a organização, a representatividade e a força política e social do movimento sindical nas ruas e nas redes. Instrumentos fundamentais no avanço para a disputa de narrativas pela classe trabalhadora e na conquista de espaço para a articulação das lutas unitárias sindicais e populares.

Em 1º de janeiro, o Brasil começou a escrever um novo capítulo na história, com a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, e a esperança renovada com a vitória do povo brasileiro, representado em toda sua diversidade já na subida da rampa. A CUT Campinas participou desse momento histórico.

Sabemos que a missão de recuperar o país não está sendo fácil, mas, em 100 dias do 3º mandato de Lula, muito já foi feito contra a fome, o desemprego e a miséria. Avançamos na recuperação da autoestima do povo brasileiro e o Brasil voltou a ser respeitado no mundo. Temos muito que avançar, reivindicando a revogação das reformas trabalhista e da previdência, na reestatização de empresas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social, entre outras prioridades.

Em um balanço inicial dos três meses de 2023, a CUT Campinas continuou investindo nas mobilizações, começando com o Ato Contra o Fascismo, em Defesa da Democracia e do Presidente Lula, Sem Anistia Para Golpistas, em 9 de janeiro, um dia depois dos atentados em Brasília. Em 8 de março, fomos às ruas para marcar o Dia Internacional da Mulher com muita luta por igualdade e contra qualquer tipo de violência, diante do aumento dos feminicídios na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Também em março, promovemos o Ato Pela Revogação do Novo Ensino Médio, no dia 15. E vamos continuar nas redes e nas ruas para lutar por direitos, avançar nas conquistas e garantir a democracia. Sempre com muita esperança porque o Brasil voltou!

## **JUNDIAÍ E REGIÃO**

Os sindicatos da subseção da CUT-SP em Jundiaí se articulam há tempos com os demais sindicatos da cidade. Juntos, eles formam o Movimento Sindical Unificado de Jundiaí, com o objetivo de estreitar as pautas em comum dos sindicatos, independentemente da central sindical, aglutinando outros setores da sociedade, tais como os movimentos sociais (mulheres, estudantes, negros, pela democracia, pelo meio ambiente) entre outras pautas.

Após o agravamento da pandemia pela COVID-19, foi possível ampliar esta frente, onde foi formado o **Comitê Pela Vida**, que conseguiu também envolver os partidos políticos de viés progressista. Assim, desde 2019, foram promovidas diversas atividades, garantindo a exposição não só da subseção da CUT, mas também de um movimento de oposição ao governo Bolsonaro.

### **COVID-19**

A pandemia da COVID-19 trouxe novos desafios para a organização das trabalhadoras e trabalhadores, inserindo a maioria dos dirigentes dos sindicatos filiados à central, em nossa região, em regime de home office, devido à idade avançada e às comorbidades existentes.

Os sindicatos filiados a federações e confederações seguiram os calendários propostos e acompanharam as orientações de mobilizações e lutas das respectivas categorias.

Percebeu-se que a maioria das entidades sindicais ficou mais focada em prevenir os trabalhadores e trabalhadoras de eventuais contágios, além de medidas reivindicando providências aos infectados.

Ainda assim, algumas atividades foram realizadas, como a Campanha de Arrecadação de Alimentos, em abril de 2021, que arrecadou mais de meia tonelada de alimentos, que foram doados para entidades assistenciais de apoio às famílias. Esta campanha se estendeu para além das categorias, e visou também a conscientização da população, levando carros de som dos sindicatos filiados a percorrerem toda a região.

## **Luta contra o desgoverno**

Desde a eleição de Bolsonaro, realizaram-se carreatas de protesto que, geralmente, saíam do Paço Municipal de Jundiaí em direção à Ponte Torta onde foram realizadas manifestações pela disponibilização de vacinas, pela democracia e contra a postura negacionista e genocida do desgoverno Bolsonaro.

Nos mantemos envolvidos com atividades suprapartidárias, integrando o “**Comitê Pela Vida**”, cujo objetivo era organizar atividades seguras, contra o governo Bolsonaro, pela vacinação em massa, contra a carestia de alimentos e pelo aumento do auxílio emergencial.

Foram diversas atividades em que a Subsede da CUT Jundiaí esteve presente, denunciando o descaso do governo.

## **Eleições municipais e federal**

No período pré-eleitoral, foi realizada reunião virtual, que contou com a participação de candidatos a prefeito das cidades de Jundiaí, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Caieiras, Itupeva e Cajamar, transmitida através do Facebook, contando com a participação de vários setores da sociedade e mais de 6.000 visualizações; momento em que os candidatos se comprometeram publicamente com a Carta Compromisso da CUT e debateram sobre temas pertinentes à nossa região.

Junto com outras entidades, lutamos pela tarifa zero de ônibus no 2º turno das eleições para presidente, mas infelizmente não fomos atendidos. Após as eleições, Jundiaí também foi atingida pelas ações antidemocráticas, resultando em ataques a ônibus de estudantes e agressões.

A subsede da CUT participou ativamente das manifestações realizadas em frente à Delegacia de Ensino e da Prefeitura do Município de Jundiaí, e continuamos de prontidão para participar de outras que pudessem ocorrer.

## **Fortalecimento da luta sindical**

Tivemos, a filiação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Jundiaí ao final de 2020 e que foi acompanhada pela subsede.

Com o auxílio da subsede da CUT-SP de Campinas, ajudou na organização da eleição do Sindicato dos Trabalhadores da Água e Esgoto de Jundiaí (SINDAE), em março de 2021. Mediada pela subsede, houveram retomadas das mensalidades estatutárias à CUT por parte de alguns sindicatos que estavam inadimplentes por conta da conjuntura desfavorável.

Com a participação ativa dos dirigentes e apoio às atividades articuladas, estivemos presentes em atividades do Grito dos Excluídos, Dia da Consciência Negra, Marcha das Mulheres, atividades em Defesa dos Serviços Públicos e Contra a PEC 32, campanhas por melhores condições de trabalho e emprego, eleições sindicais entre outras.

Lançamos os **Comitês de Lutas** nas cidades de Jundiaí e Campo Limpo Paulista, que tiveram papel importante antes e durante as eleições gerais. Além disso, foi criado o Comitê de Lutas Itinerante que percorreu diversos bairros e cidades, focando principalmente no debate sobre o vale-transporte social.

Assim como as Brigadas Digitais que se tornou uma ferramenta de organização dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil, que atuam nas redes sociais para disseminar informação de qualidade sobre fatos reais, sobretudo via WhatsApp, em relação a temas importantes, sobretudo no combate às *fake news*.

## **2023: a luta continua**

Continuaremos nossa articulação em defesa das trabalhadoras, trabalhadores e por uma sociedade mais justa. Assim, estivemos na posse do presidente Lula que representa estes anseios. Participamos do Ato Contra o Fascismo, em Defesa da Democracia e do Presidente Lula, Sem Anistia Para Golpistas, em 9 de janeiro, um dia depois dos atentados em Brasília. Em 21 de março cobramos a queda na taxa básica dos juros no Ato Contra os Juros Altos, que inibe o crescimento econômico e atinge, sobretudo, as famílias de mais baixa renda. Estamos juntos na campanha contra a privatização da Sabesp. Nesse



sentido, estivemos no dia 22 de março no Ato contra a Privatização da Sabesp, no Dia Mundial da Água.

Mas nossa missão não acaba aqui. A subsede da CUT-SP em Jundiaí e seus sindicatos filiados da região continuarão nas ruas, nas redes, nas campanhas salariais, cobrando o Congresso e os governos municipal, estadual e federal na construção de uma sociedade mais igualitária.

## **MOGI DAS CRUZES E REGIÃO**

A subsede da CUT-SP em Mogi das Cruzes é composta por sindicatos que, em sua maioria, são de base estadual: APEOESP, AFUSE, SINDSAÚDE, além dos bancários, aposentados, papeleiros, vidreiros, metalúrgicos, rodoviários e ferroviários. Juntas, essas entidades organizam as ações e a defesa da classe trabalhadora frente ao grande capital, com o objetivo de manter e conquistar direitos e garantir uma representação regional.

Seguimos desempenhando as atividades na região junto à direção estadual e nacional da CUT, implementando ações e debatendo questões com os sindicatos CUTistas, movimentos sociais, partidos progressistas, Frente Brasil Popular dos municípios e o movimento sindical não CUTistas, para garantir aos trabalhadores e trabalhadoras melhores condições de trabalho e renda.

Realizamos ações de construção de agendas junto às frentes progressistas e aos sindicatos CUTistas tais como carreatas, panfletagens, reuniões de organização e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras em atos de reivindicações.

Em 2020, vivemos um período difícil quando se estabeleceu a pandemia de COVID-19 e todas as atividades políticas foram suspensas. Passamos a trabalhar em sistema de teletrabalho, enfrentando dificuldades políticas, diante do governo genocida que enfrentávamos.

Em 2021, começamos a retomar algumas atividades, realizando atos políticos e principalmente lutando para tirar o desgoverno que estava estabelecido em nosso país. Em 2022, criamos Comitês de Luta e participamos de diversas ações importantes para elegermos nossos representantes políticos. Em 2023, estivemos presentes nas atividades realizadas pela Central na capital e em algumas ações regionais junto aos sindicatos da região.

A subsede acompanhou as plenárias e reuniões da direção da CUT-SP, a fim de implementar as decisões tiradas e encaminhar as demandas na região. E promoveu reuniões presenciais e on-line para debater e organizar ações regionais, o que tem ajudado muito nas articulações em uma região extremamente conservadora e retrógrada.

## **OSASCO E REGIÃO**

Ao longo desse mandato, a coordenação da CUT de Osasco e Região reorganizou os coletivos da subsede, sendo o de Mulheres, Saúde, Comunicação, Combate ao Racismo, Políticas Sociais e Cultura.

Na região, também foram organizados 18 comitês de lutas, promovendo debates e eventos em defesa da democracia. Destes comitês surgiu a proposta de incorporar os empreendimentos da economia solidária e de um coletivo chamado Trilha Orgânica, em que se organizaram feiras e debates com a sociedade, além da proposta de empoderar as mulheres como empreendedoras sociais, dando autonomia e gerando emprego e renda.

Foram produzidos 511 boletins sindicais, enviados semanalmente por e-mail para os sindicatos, dirigentes e por grupos de Whatsapp da região. Nos conteúdos, foram divulgar matérias dos sites de sindicatos e notícias do portal da CUT. Na Comunicação, foi criado um grupo de Whatsapp para as Brigadas Digitais, onde todos os membros da coordenação estiveram comprometidos em divulgar os conteúdos do grupo.

Junto às Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, a subsede organizou diversas reuniões, debates e atividades de rua, principalmente por ocasião das eleições gerais de 2022, quando era necessário dialogar com a classe trabalhadora sobre os projetos em disputa.

Dialogou-se junto aos poderes legislativos das cidades, com a realização de audiências públicas para defender as empresas públicas, como em Osasco.

A subsede contribuiu nas campanhas salariais dos sindicatos e, em algumas atividades, participou das mobilizações.

No Internacional de Luta das Mulheres, houve apoio nas atividades das mulheres com atos no calçadão de Osasco e Carapicuíba, contando com apoio de várias entidades parceiras da CUT.

No contexto do coronavírus, a subsede esteve nos atos de rua em defesa da vida, mantendo as orientações sanitárias, e cobrando por justiça pelo assassinato do companheiro Marcelo Arruda, sindicalista assassinado no sul do país enquanto promovia festa de aniversário com a temática do Lula. Ajudamos com doações para as cozinhas solidárias, que serviram comida para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Dentre as doações, várias cestas vieram de sindicatos e movimentos organizados.

Ajudamos na coleta de assinaturas para o abaixo-assinado em defesa dos direitos trabalhistas, obtendo bastante ajuda dos sindicatos. Os documentos assinados foram enviados à CUT-SP.

Mesmo com a pandemia de covid-19, buscou-se construir os trabalhos de forma coletiva, cobrando do poder público a disponibilização das vacinas, no primeiro momento, às categorias consideradas que tiveram de continuar com seus trabalhos de atendimento presencial ao público, como os bancários e comerciários. O pedido foi aceito em algumas cidades, como Barueri, Embu-Guaçú e Cotia.

## **OURINHOS E REGIÃO**

Em julho de 2022, foi realizada a inauguração do Comitê Regional de Lutas de Bauru, Marília e Ourinhos. A atividade aconteceu na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bauru e Região (Sintracom), reunindo cerca de 100 pessoas, entre as quais representantes das entidades: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Coletivo Rosa Luxemburgo, além de partidos políticos e sindicatos de diferentes categorias e municípios do entorno.

Com a visita do deputado federal e ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha, realizamos um encontro na subsede. Conversamos sobre a sanção do Projeto de Lei que garante o piso salarial da enfermagem, as importantes conquistas e os investimentos nas áreas da saúde e da educação durante os governos do PT, bem como a importância de assegurar recursos para políticas públicas de qualidade. A atividade foi realizada junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde de Ourinhos e Região, reunindo profissionais da área da saúde, filiadas e filiados dos partidos PT, Rede e PSOL, bem como integrantes do mandato coletivo Enfrente.

Em agosto, foi realizada a inauguração do Comitê Popular e Permanente de Lutas de Ourinhos junto aos companheiros dos sindicatos, na subsede da APEOESP. No mesmo mês, o comitê lançou o Projeto *#MeRespeita*, um debate sobre a desinformação e *fake news*, com a participação da psicóloga Vanessa Argollo. Em outubro, foi realizada na sede do Sindicato dos Servidores Municipais de Ourinhos uma reunião com sindicalistas de várias centrais sindicais. A partir dessa atividade, foi criado o Comitê de Sindicalistas de Ourinhos.

Em janeiro de 2023, o comitê fez o projeto de Revitalização Coletiva *“Como você gostaria que fosse seu bairro?”*, no bairro Recanto dos Pássaros. Em março, aconteceu a Conferência da Rede de Sustentabilidade do município de Ourinhos para eleição da diretoria e de delegados e delegadas.

## **PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO**

Em fevereiro de 2020, foi realizada na subsede da CUT-SP em Presidente Prudente a eleição para a coordenação, momento em que foi eleito por unanimidade o coordenador Paulo Índio do Brasil. No mesmo mês, a subsede se somou aos companheiros e companheiras da APEOESP em um ato em

frente ao Hospital Regional de Presidente Prudente, durante a visita do governador João Doria. Ali foi reivindicado o reajuste do salário dos servidores, para que o valor seja equiparado ao piso nacional, e o não fechamento das escolas. A militância também reforçou a sua luta contra a reforma da Previdência.

No início de março, passamos por uns dos momentos mais delicados da história mundial, com a pandemia de COVID-19. Tivemos um governo negacionista e genocida que prejudicou ainda mais a vida dos mais necessitados. Em junho, as centrais sindicais de Presidente Prudente se juntaram para arrecadar alimentos, com o objetivo de doar para as famílias mais necessitadas.

Em agosto, a subsede se juntou aos companheiros e companheiras do Sindicato dos Bancários na carreata contra os ataques da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), que queria tirar a PLR, a cesta básica e a gratificação dos bancários. Em setembro, nos somamos na luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), contra o PL 529, que previa a extinção de 10 autarquias, entre elas o instituto. A militância realizou ato na Praça 9 de julho, na região central, e caminhada pelo calçadão da cidade.

Em janeiro de 2021, foi realizada pela subsede e centrais sindicais a carreata em Defesa da Vida: Pela volta do Auxílio Emergencial, Vacina Para Todos e Impeachment Já. Em fevereiro, realizamos uma reunião on-line para discutir as pautas de luta, envolvendo o presidente da CUT-SP, Douglas Izzo, o coordenador da subsede, Paulo Índio, e sindicatos CUTistas da região. Nesse período, passamos a viver um dos piores momentos da pandemia no Brasil. Após um ano de pandemia decretada, somada ao negacionismo do governo federal, chegamos ao caos do sistema de saúde, com uma média de mil mortes por dia.

Em dezembro de 2021, participamos da plenária na CUT-SP, com explanação da conjuntura pelo companheiro José Dirceu, que nos alertava os desafios da eleição em 2022.

Em março de 2022, recebemos Fernando Haddad, pré-candidato ao governo de São Paulo na região. Em junho, na cidade de Andradina (SP), participamos de dois momentos importantíssimos: o lançamento do Comitê Popular de Lutas das Regiões de Presidente Prudente e Araçatuba e a inauguração do Laticínio COAPAR, uma luta de mais de 10 anos dos companheiros do MST.

Em agosto, retornamos ao município de Andradina para prestigiar a entrega de sementes crioulas em um assentamento rural. No mesmo mês, foi realizada a Plenária dos Idosos e Aposentados, com a presença da Associação dos Aposentados de São Paulo, na subsede da CUT-SP em Presidente Prudente.

Participamos ainda de algumas feiras da reforma agrária, realizadas na cidade de Presidente Prudente por movimentos sociais, com produtos sem agrotóxicos e artesanais.

No final de setembro, dias antes do primeiro turno das eleições, fomos para o centro de Presidente Prudente, caminhamos com as bandeiras dos nossos candidatos para panfletar e dialogar com a população. Em outubro, realizamos a etapa regional do 13º Congresso do SINDSAÚDE e promovemos um ato no Hospital Regional em defesa do piso nacional da enfermagem. Em dezembro, estivemos na capital paulista para a realização de um balanço na sede Central. Já na virada do ano, fomos até Brasília celebrar a posse do presidente Lula, o fim de um governo antipopular e o recomeço de um governo popular.

O mês de março de 2023 foi marcado por um ato no calçadão, na região central de Presidente Prudente, em celebração ao Dia Internacional das Mulheres. A luta foi pela defesa da vida das mulheres, a defesa da democracia, da autonomia econômica e do emprego decente.

Neste ano, trabalhadores e trabalhadoras públicos de enfermagem, que atuam em âmbito estadual e municipal, protestaram durante a campanha salarial 2023 por direitos e pelo piso nacional da enfermagem. As mobilizações ocorreram em frente ao hospital estadual e em frente à prefeitura municipal.

Em março, também foi realizado o Seminário de Planejamento da CUT-SP, na cidade de Praia Grande (SP), onde ampliamos nosso conhecimento junto aos companheiros e companheiras, com a valiosa presença dos deputados estaduais eleitos por SP: Marcolino, Bebel e Barba. Na subsede da CUT-SP em Presidente Prudente ocorreu ainda uma Plenária das Comissões Sindicais Regionais do SINDSAÚDE.

## SÃO CARLOS E REGIÃO

Mesmo após a eleição de 2018, que levou Jair Bolsonaro e parlamentares de extrema direita ao poder, seguimos na luta, com resistência, especialmente após golpes, ataques, reformas prejudiciais ao povo brasileiro, perseguição e prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em novembro de 2019, a subsede organizou a Caravana Lula Livre. Saíram ônibus de São Carlos e região, rumo à Curitiba (PR), onde Lula se encontrava preso, injustamente, acusado e condenado por um crime inexistente, vítima de um julgamento ilegal e ilegítimo.

Em fevereiro de 2020, realizamos a plenária geral, com eleição para coordenador e coordenação da subsede, ocorrida no salão de eventos do Sindicato dos Servidores Públicos e Autárquicos de São Carlos e Dourado (SINDSPAM), com a presença de vários sindicatos da região. Também participamos de reuniões com os servidores municipais de Ibaté, São Carlos e Araraquara sobre a data-base e outros assuntos como a reforma trabalhista, terceirizações, desemprego, paralisação da economia, sem perspectiva de retomada do emprego e renda. Também tivemos a eleição dos bancários de Araraquara, com chapa única eleita pela categoria.

O ano de 2020 foi atípico por conta da COVID-19. No Brasil e no mundo, foi necessário o isolamento social para poder conter a propagação do novo vírus. Mesmo diante de um governo negacionista, escolas, comércios e empresas tiveram que fechar. Diante dessa paralisação repentina, a economia do país desabou, aumentou o desemprego e a inflação. Foi um cenário de crise profunda.

Tivemos que nos adaptar a trabalhar em home office. Promovemos reuniões virtuais e lives com temas variados, tais como a Defesa da Democracia, a Reforma Administrativa e o PL 529. Fizemos também ato em repúdio às demissões que assombravam os trabalhadores e as trabalhadoras. Para fechar o ano de 2020, tivemos uma reunião no Assentamento Santa Helena, onde fundamos uma cooperativa e lançamos alimentos saudáveis para a cesta da agricultura familiar.

Em 2021, vimos a tensão geopolítica global entre a Ucrânia e a Rússia, que afetou a conjuntura brasileira. Além disso, houve o surgimento de novas cepas da COVID-19, ocasionando ainda mais mortes em todo Brasil.

A política econômica do governo Bolsonaro foi extremamente ineficaz, com vendas de patrimônio público, privatizações das estatais, aumento do desemprego e da miséria, a erosão de direitos trabalhistas e o desmonte das políticas sociais. Continuamos nossas mobilizações nas redes sociais, realizando protestos por auxílio emergencial, comida na mesa do povo e vacina no braço. Em quase todas as nossas reuniões, debatemos questões sobre a pandemia na região, assim como seguimos com as lives até mesmo no Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, em uma ação unificada reivindicando auxílio emergencial, comida no prato e vacina já.

Durante todo o período, debatemos vários assuntos como agricultura familiar, lucro das empresas na pandemia, comunicação militante, a luta dos povos indígenas contra o PL 490 e políticas públicas para a população LGBTQIA+. Fizemos também atos pelo 'Fora Bolsonaro', contra a PEC 32 e o PLC26, de 2021. Falamos da participação e do controle social nos espaços de governo, dos desafios das pessoas com deficiência e da luta pela inclusão. E organizamos caravana na região para protestar na capital paulista pela saída de Bolsonaro da presidência.

No final de 2021, tivemos o curso de formação do Sindicato dos Servidores Municipais de Araraquara, com a participação de 30 dirigentes. Participamos também da eleição dos metalúrgicos de Araraquara e da eleição dos metalúrgicos de Matão, momento em que elegemos uma mulher como presidenta.

Já o ano de 2022, de eleições gerais, foi marcado pelo agravamento da crise social e econômica e pelo aumento acelerado da pobreza, com 33 milhões de pessoas sem ter como se alimentar. O aumento da pobreza esteve diretamente ligado à perda de rendimentos e ao aumento do custo dos alimentos desde 2020. Isso seguiu pesando no bolso da população, principalmente das classes mais baixas.

Mesmo diante de tamanha crise, seguimos em frente. Algumas reuniões continuaram sendo virtuais, bem como a plenária da subsede, com eleição de coordenador e de coordenação em formato virtual. Participamos de assembleias na região e tivemos um grande ato de professores e professoras

da rede municipal de São Carlos, com cerca de 2.000 pessoas reivindicando melhorias nas escolas municipais. No início do ano, fizemos uma chapa de oposição em Matão, com a qual competimos com duas outras chapas. Como aconteceu de uma chapa do campo da 'direita' tentar fraudar a eleição, a situação foi parar na justiça.

No Dia Internacional da Mulher, foi realizada uma atividade em Araraquara, com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Na mesma atividade, cobramos a aprovação do piso salarial da enfermagem.

Outra atividade importante foi o Lançamento do Calendário de Lutas na cidade de Hortolândia (SP), com a participação de milhares de pessoas. Participamos também das negociações da data-base dos servidores municipais de Ibaté e de Araraquara, além de reuniões da coordenação, com sindicatos, debatendo sobre a atual conjuntura e ações a serem realizadas.

O 1º de Maio de 2022 foi realizado na Praça Charles Miller, no Pacaembu, na cidade de São Paulo. A subsele organizou caravana com três ônibus da região, garantindo a participação de aproximadamente 140 pessoas. Em maio, marcamos também presença na pré-candidatura de Lula, na Expo Center Norte, na capital. E iniciamos, nesse período, o planejamento dos Comitês de Lutas e das Brigadas Digitais.

No segundo semestre, fizemos o lançamento do vale-transporte social, no Terminal Central de Integração de Araraquara, por onde circulam aproximadamente 35 mil pessoas nos dias úteis. Conversamos com a população sobre o auxílio do vale-transporte para trabalhadores e trabalhadoras desempregados e informais que não tem condições de pagar o transporte.

Conversamos com dirigentes sobre a campanha política, recebemos na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) o candidato a governador por São Paulo, Fernando Haddad, e nos reunimos com o sindicato do ramo químico de São Carlos para debater a conjuntura do país, melhorias de direitos e convidar toda a direção a participar do Lançamento do Comitê de Lutas em São Carlos.

Também tivemos a presença do então deputado federal Luiz Marinho, no Clube do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté, momento em que debatemos sobre a atual conjuntura do país e as propostas de governo para 2023.

Em 12 de julho, realizamos assembleia de lançamento do Comitê de Lutas em frente à empresa Tecumseh do Brasil. No mesmo dia, demos entrevista na Rádio Universitária FM, ao lado de dirigentes da CUT-SP, e promovemos o lançamento do Comitê Regional de Lutas de São Carlos e Ribeirão Preto, no salão de eventos do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Carlos, com a presença de vários sindicatos da região, de diretores da CUT-SP, da UGT e da Força Sindical. Nessa data, também estivemos no lançamento do Comitê de Lutas dos Bancários em Araraquara.

No mesmo mês, continuamos com a produção de lives, com a campanha salarial dos bancários e iniciamos o "Sextou com Lula", no Clube de Campo dos metalúrgicos da região. Em 12 de agosto, realizamos o lançamento do Comitê de Lutas de Ribeirão Preto e São Carlos, com a participação de sindicatos da região, CUT-SP, UGT e Força Sindical.

Houve também um grande ato em defesa da educação pública de qualidade, na Praça da XV, em São Carlos, com a presença de aproximadamente 500 estudantes. Organizamos ainda a Caravana da Educação, passando por Matão, Ibitinga, São Lourenço do Turvo, Taquaritinga, Américo Brasiliense, Dobrada e Ibaté.

Seguimos com reuniões de organização para eleições sindicais na região, reunião com militantes, coordenação e com o diretor de Cultura de Matão, no intuito de organizar o 'Projeto CUT nos Bairros', em parceria com a prefeitura.

No final do ano, celebramos a vitória do presidente Lula para assumir seu terceiro mandato no Brasil, mesmo em um cenário político difícil de enfrentamentos com grupos de extrema direita no país.

Em janeiro de 2023, comemoramos a posse de Lula, a esperança pela retomada dos direitos da classe trabalhadora e pelo fortalecimento da democracia, a fim de eliminar de vez o fascismo e o discurso de ódio que tomou conta das pessoas.

Desde o início, no entanto, tivemos enfrentamentos sérios, haja vista a tentativa de golpe de Estado. Terroristas e apoiadores de Bolsonaro invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília, em ataque à democracia. Mais uma vez, fomos às ruas em defesa da democracia e contra a anistia para os terroristas.

Em março, realizamos a reunião da coordenação da subsede. A pauta tratou sobre o planejamento da CUT, a preparação para o CECUT e para o CONCURTO, assim como a construção do calendário de reuniões da subsede em 2023.

Tivemos nesse ano filiações importantes para a CUT-SP, com a chegada do Sindicato dos Bares e Restaurantes de Araraquara e São Carlos e com o Sindicato dos Servidores Municipais de Araraquara. O coordenador da subsede também participou da plenária preparatória ao 9º Congresso da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT São Paulo (FEM/CUT-SP), realizada em abril.

Participamos também em Araraquara da plenária dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e assentados da região, que contou com a presença da nova titular do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em São Paulo e advogada popular, Sabrina Diniz Bittencourt Nepomuceno.

Os trabalhos feitos até aqui têm sido importantes para avançarmos em nossas lutas na região. Realizamos visitas a muitos sindicatos e reuniões com a coordenação, para a construção de um calendário da subsede. Deliberamos nesse ano a realização de reuniões mensais toda 2ª quinta-feira do mês e reunião dos comitês de lutas e brigadas digitais toda última sexta-feira de cada mês.

## **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO**

Ao tomar posse em fevereiro de 2020, o novo coordenador da subsede da CUT-SP de São José do Rio Preto, Amarildo Pessoa de Araújo, do ramo da educação, eleito por unanimidade, enfrentou algumas dificuldades diante da pandemia de COVID-19. A partir disso, teve a iniciativa de realizar uma campanha de doação em apoio aos trabalhadores e trabalhadoras filiados ao Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (SATED-SP), com compras de alimentos do MST.

Em março de 2020, o país entrou em um dos momentos mais assustadores da história mundial, com a pandemia e um governo negacionista, situação que afetou a vida da população mais pobre. Em junho, a subsede arrecadou alimentos, a fim de promover doações a famílias mais carentes.

Participamos do seminário de planejamento junto à direção da CUT São Paulo, quando os novos coordenadores foram apresentados durante o planejamento anual, que debateu a conjuntura brasileira e definiu ações políticas no estado paulista para 2020. O encontro ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes, na cidade de Guararema (SP).

Em março de 2020, realizamos a reunião da coordenação via plataforma zoom para organizações internas da estrutura solidária. Enviamos a sindicalista Maria das Graças Silva Araújo para representar a subsede da CUT junto à Prefeitura de São José do Rio Preto, em encontro organizado pela Secretaria Municipal dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia.

A nossa participação junto aos movimentos sociais na região também foi importante. Organizamos debates, ações, reuniões e campanhas de doação que fortaleceram a luta da CUT.

Nosso 1º de maio de 2020 foi marcado por ações de 'faixaço', devido à pandemia. Em julho do corrente ano, apoiamos o ato contra as aulas presenciais e por vacina para todos e todas. Em agosto, fizemos reuniões virtuais e acordos internos para mudança de endereço. Em setembro, nos organizamos para viabilizar a mudança de endereço da subsede. Em novembro, participamos do Webinário "Direitos Humanos, atuação sindical e o mundo do trabalho pós-pandemia", organizado pela CUT-SP. Em 20 de novembro, estivemos no ato do SINERGIA contra a demissão de uma funcionária da CPFL Energia por racismo, em São José do Rio Preto. Em dezembro, participamos da celebração de final de ano da Rede Nacional de Formação da CUT.

Em janeiro de 2021, a subsede se somou à Frente de Lutas das Trabalhadoras e Trabalhadores do Noroeste Paulista e ajudou na organização da 1ª Carreata em Defesa da Vida, com a participação de 100 carros, por vacinação, contra o retorno das aulas presenciais, pela volta do auxílio emergencial e pelo impeachment de Bolsonaro.

Daí em diante foram várias reuniões para cumprir agenda de mobilização da CUT-SP. Garantimos a presença em reuniões da comissão de mobilização da Frente de Lutas onde formamos a 2ª Carreata com aproximadamente 80 carros, em uma ação envolvendo entidades e partidos.

Nesse período, com o negacionismo do governo federal, chegamos ao caos e o sistema de saúde entrou em colapso, com uma média de 1.000 mortes por dia. Tivemos de nos reinventar e muitas ações foram realizadas no formato on-line. Participamos à distância de lives organizadas pela Comunicação da CUT-SP, de plenária estadual da Frente Brasil Popular, de ações do Dia Internacional das Mulheres, de reuniões diversas da subsede, de atividades da Secretaria de Formação da CUT-SP, entre outras ações.

O 1º de maio de 2021 foi marcado por mobilização com 'faixas' nas ruas e 'panelaços' em defesa da vacinação. Usamos carros de som como uma forma de dialogar com a população.

Em 15 de julho, participamos do Encontro de Comitês Populares de Luta e do Lançamento do Comitê Regional de Luta de São José do Rio Preto, ocasião em que o Coletivo Cultural da subsede da CUT-SP em São José do Rio Preto promoveu a apresentação do filme "O povo pode?", de Max Alvim, ao lado de diferentes organizações, em uma atividade realizada no Clube do Lago.

Em 2022, um dos principais desafios foi a eleição, a fim de tirar do poder Jair Bolsonaro e toda a sua cúpula.

Com esse propósito, nos mobilizamos em diferentes ações. Estivemos no 1º de maio em São Paulo, no bairro do Pacaembu, participamos de reunião com entidades sindicais e de encontro dos Comitês Populares, no Clube do Lago. Além disso, promovemos 'faixas' pedindo justiça e paz a Marcelo Arruda, guarda municipal, sindicalista e dirigente petista que foi assassinado a tiros durante sua festa de aniversário, em julho de 2022, em Foz do Iguaçu (PR), situação que provocou comoção nacional.

Em dezembro de 2022, a subsede marcou presença no balanço geral da entidade, realizada na capital. E, na virada do ano, conseguimos lotar três ônibus para a festa da virada em Brasília, rumo à posse do presidente Lula, em celebração pelo fim de um desgoverno e pela reconstrução de um governo democrático e popular.

Em janeiro de 2023, participamos do lançamento do livro "Crítica do Fascismo", com palestra do autor da obra, o professor da USP e jurista marxista Alysson Leandro Mascaro. O evento ocorreu no Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Catanduva.

Em fevereiro de 2023, sensibilizados com as tragédias provocadas pelas chuvas, contribuimos com arrecadação de roupas e alimentos para vítimas das enchentes no litoral paulista. A Defesa Civil de São José do Rio Preto foi responsável pelo transporte.

Em março, participamos do Seminário de Planejamento da CUT-SP, na cidade de Praia Grande (SP), com a importante presença dos deputados estaduais Marcolino, Bebel e Barba, eleitos por SP. O mês também contou com a nossa participação em atos do Dia Internacional das Mulheres, em Tributo a Marielle Franco, pela redução da taxa de juros, pela democratização do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em defesa do SUS e dos servidores e servidoras da saúde.

## **SOROCABA E REGIÃO**

A Subsede da CUT-SP em Sorocaba e Região tem como sede a cidade de Sorocaba e sua área de abrangência tem as seguintes cidades: Alumínio, Alambari, Angatuba, Araçoiaba da Serra, Bofete, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Conchas, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itú, Jumirim, Laranjal Paulista, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Parangaba, Pereiras, Pilar do Sul, Piedade, Porto Feliz, Quadra, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Tapiraí, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra, Votorantim.

Para a Subsede, destacou-se a necessidade de ocupação dos espaços de participação social nos órgãos de governo dos municípios de atuação, tendo como destaque, em Sorocaba, a participação do Conselho da Mulher – que foi alvo de ameaça por conta do trabalho que é realizado.

Junto aos sindicatos filiados, a Subsede mobilizou e participou de eventos e atos na região, como o Dia Internacional de Luta das Mulheres, a 15ª Parada do Orgulho LGBTQIA+, atividades contra a alta taxa de juros, contra as privatizações e panfletagens e diálogos sobre a importância das eleições de 2022 para a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Também foram apoiadas as greves e paralisações realizadas nas bases dos sindicatos da região, de forma a fortalecer a luta em defesa dos direitos.

## **VALE DO PARAÍBA**

Muitos foram os desafios diante da conjuntura política e social de retirada de direitos, mas a subsede se manteve na luta, na solidariedade e fortalecendo o trabalho de base.

Em fevereiro de 2022, o Sindicato da Alimentação de Campos do Jordão recebeu a carta sindical e se filiou à CUT, o que representou uma importante conquista para a região. Participaram da cerimônia diferentes entidades sindicais, como o coordenador da subsede da CUT-SP no Vale do Paraíba, José Carlos de Souza, ao lado de lideranças como o presidente e o vice-presidente da CUT-SP, Douglas Izzo e Luiz Claudio Marcolino, e o vereador por Pindamonhangaba, Herivelto Vela (PT).

Também em fevereiro, a subsede participou de um ato unificado dos servidores municipais de São José dos Campos, quando a categoria reivindicava o chamado “gatilho salarial integral”. O reajuste salarial dependia exclusivamente do prefeito Felício Ramuth (PSD), sempre intransigente com a categoria. A atividade contou com a participação de lideranças sindicais, movimentos populares e sociais e partidos políticos.

Em 24 de março de 2022, a subsede esteve na greve dos servidores municipais de São José dos Campos, nos protestos da categoria, e se somou em atividade na Câmara Municipal, em apoio à luta pela garantia da reposição das perdas salariais, para barrar a nova reforma da previdência municipal e em defesa dos serviços públicos. Os trabalhadores e trabalhadoras enfrentavam a intransigência do prefeito Felício Ramuth, que negava a aplicação da Lei do Gatilho, que garante a reposição das perdas toda vez que a inflação chega a 5%.

Em 11 de março, a subsede participou da assembleia no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Mobiliário e Montagem Industrial de São José dos Campos e Litoral Norte (SINTRICOM) para a filiação da entidade à CUT-SP.

Em 14 de março de 2022, a subsede participou em Cosmópolis da mobilização estadual dos comitês de lutas. Em 17 de março de 2022, esteve presente em grande assembleia na porta da AGC Vidros, na cidade de Guaratinguetá, para apoiar trabalhadores e trabalhadoras vidreiros.

Em 19 de abril de 2022, a subsede da CUT-SP no Vale do Paraíba participou de uma grande assembleia com os trabalhadores e trabalhadoras da empresa Breda Madeira, relacionada à campanha salarial da categoria.

Em 20 de abril de 2022, foi realizada uma plenária com sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais, populares e partidos políticos para discutir a construção e a organização dos comitês populares de luta da região. Em 27 de abril, a subsede esteve na Revap em São José dos Campos na assembleia dos trabalhadores e trabalhadoras da construção civil.

No dia 1º de maio de 2022, a subsede e sindicatos da região organizaram uma caravana com 6 ônibus, 1 micro-ônibus e 2 vans, para participar do ato na capital paulista, realizada no bairro do Pacaembu.

Em 6 de maio de 2023, foi realizada uma mobilização coletando assinaturas em defesa do vale-transporte social aos desempregados e desempregadas, na Praça dos Expedicionários (Terminal Central), no centro de São José dos Campos. Em 21 de maio, a subsede participou de reunião com aposentados do litoral norte paulista, na Base Avançada da CUT em Caraguatatuba, em defesa da luta da classe trabalhadora e dos aposentados e aposentadas.

Em 23 de maio de 2022, a subsede esteve no lançamento da campanha do vale-transporte social e nas ações dos comitês de lutas na sede do Sindicato dos Empregados, Comércio Hoteleiro, Bares e Restaurantes Similares de Campos do Jordão (SECHOTEL).



Em 4 de junho, participou de plenária na capital paulista, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, junto com as demais centrais sindicais, movimentos sociais e populares, discutindo sobre a organização das brigadas digitais e dos comitês de lutas no estado de São Paulo.

Em relação às lutas locais, a subsede esteve presente em plenária, no dia 10 de junho de 2022, no Sindicato dos Papeleiros de Jacareí, para discutir sobre a organização dos comitês de lutas na cidade de Jacareí.

Em 15 de junho de 2022, a subsede realizou o lançamento do Comitê Regional de Luta de Mogi das Cruzes e Vale do Paraíba, que contou com a participação da subsede, de movimentos populares e de entidades sindicais paulistas. A atividade ocorreu na sede do Sindicato dos Bancários de Mogi das Cruzes.

Em 24 de junho, a subsede participou de reunião com aposentados no Sindicato da Alimentação de São José dos Campos, para a formação do Comitê dos Aposentados e Aposentadas Ampliado do Vale do Paraíba.

Em 7 de julho de 2022, a subsede esteve presente na assembleia com os trabalhadores e trabalhadoras em frente à fábrica Novelis, em Pindamonhangaba, pelos direitos da categoria. No dia 14 de julho, houve plenária no Sindicato dos Papeleiros em Jacareí para a organização dos Comitês de Lutas. No dia 23 de julho, a subsede participou do primeiro encontro dos assentados e assentadas do MST do Vale do Paraíba.

Em 8 de agosto de agosto de 2022, foi realizada uma plenária das forças progressistas do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte, com a presença das centrais sindicais, movimentos sindicais, movimentos sociais, populares e partidários, no Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, para a organização e o fortalecimento dos Comitês de Lutas da região.

Em outubro de 2022, a subsede fez parte da Plenária Antifascista, em defesa da democracia e da pauta em defesa da classe trabalhadora”, no Sindicato dos Condutores do Vale do Paraíba. Durante o mês, esteve presente em várias agendas junto com os movimentos sindical, sociais, populares e partidos políticos. Assim como participou das carreatas que percorreram várias cidades no Vale do Paraíba, mobilizando a população em defesa da pauta da classe trabalhadora.

Em dezembro de 2022, o coordenador da subsede, José Carlos de Souza, participou da inauguração da nova subsede do Sindicato dos Condutores do Vale do Paraíba, na cidade de Jacareí.

Em 2023, a subsede marcou presença na caravana rumo à Brasília, na posse do presidente Lula, ocorrida no dia 1º de janeiro. Foram ao todo 4 ônibus com diferentes entidades da região.

Em 2 de fevereiro de 2023, a subsede participou de assembleia que elegeu a comissão eleitoral da eleição do Sindicato dos Servidores Municipais de Caçapava. Em 3 de fevereiro, foi dado apoio ao Sindicato dos Vidreiros em uma assembleia dos trabalhadores e trabalhadoras na empresa Pilkington, em Caçapava.

Em 8 de fevereiro, a subsede participou de uma paralisação do Sindicato dos Condutores do Vale do Paraíba, com trabalhadores e trabalhadoras da empresa Beta Ambiental Coletora de Lixo, na cidade de São José dos Campos, contra o atraso do pagamento de salários e benefícios.

Em 25 de fevereiro, a subsede acompanhou a plenária preparatória para o Congresso da FEM/CUT-SP, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba.

Em 9 de março de 2023, ocorreu a eleição dos trabalhadores e trabalhadoras do Sindicato da Construção Civil de São José dos Campos e Litoral Norte, chapa 1, única da CUT. Devido ao fato de o sindicato estar sob intervenção judicial, a apuração da eleição foi realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), com a presença da Justiça do Trabalho. Ao final, a Chapa 1 foi vitoriosa.

Em 5 de abril de 2023, ocorreu importante reunião de todos os sindicatos filiados à CUT no Vale do Paraíba com a direção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esteve presente o gerente do posto do MTE de São José dos Campos e Região, discutindo a estrutura do ministério regionalmente e a pauta da classe trabalhadora.

## VALE DO RIBEIRA

Durante seu período de atuação, a subsede da CUT-SP no Vale do Paraíba realizou eleição para coordenador e garantiu a realização de reuniões com a sua coordenação, para definir a atuação política e organizativa.

Entre as suas ações, apoiou comunidades indígenas da região, no movimento contra o projeto de lei que trata do marco temporal para demarcação de terras indígenas (PL 490/2007). O marco temporal é uma tese defendida por latifundiários. Define que a demarcação de qualquer terra indígena só pode ocorrer se for comprovado que os indígenas estavam sobre o espaço requerido na data de 5 de outubro de 1988, quando a Constituição atual foi promulgada. Dessa forma, um povo indígena que ocupe um território por décadas, mas que não tenha morado na data citada acima, pode ficar sem direito à demarcação da terra, o que pode significar um enorme retrocesso nas lutas dos povos originários do Brasil.

A subsede também ajudou na articulação e mobilização de sindicatos, garantindo a criação do Comitê Popular de Luta Sindical do Vale do Ribeira. Realizou Encontro de Mulheres Regional e Unificado (2021) e participou do ato do Dia Internacional da Mulher em São Paulo (2022). Ainda, ajudou a organizar atos regionais pelo Fora Bolsonaro (2021) e participou de protestos com essa mesma bandeira na capital paulista (2021).

Entre suas ações, a subsede realizou reuniões de organização e atividades unificadas de luta em parceria com sindicatos, movimentos sociais, entidades e partidos políticos, dentre os quais destacam-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), a Marcha Mundial de Mulheres, o Conselho Estadual de Saúde, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Associação de Moradores, Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Uma de suas principais atuações se deu também na atuação junto a conselhos municipais da região, tais como: 1) Conselho Municipal de Saúde de Registro; 2) Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Registro; 3) Conselho Municipal de Saúde de Cajati; 4) Conselhos das Unidades de Conservação do Mosaico; 5) Conselho Municipal de Assistência Social de Cajati; e 6) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cajati.

Em relação ao Conselho Municipal de Saúde de Registro, destaca-se a importante atuação da subsede da CUT-SP e de sindicatos filiados no processo eleitoral do conselho, que garantiu a eleição de todas as entidades indicadas pela subsede, no segmento dos usuários (subsede da CUT-SP do Vale do Ribeira, Sindicato dos Trabalhadores em Comércio Hoteleiro e Similares de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira (SINTHORESS), Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Frentistas, IDESC e Associação de Moradores do Jardim Vitória), ocupando 100% das vagas. Da mesma forma, garantiu a eleição de duas, das três entidades do segmento dos trabalhadores, sendo elas o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Estado de São Paulo (SINDSAÚDE-SP) e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autárquicos do Vale do Ribeira e Alto Ribeira (SINDMUNICIPAIS).

# CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

## CUT INDEPENDENTE E DE LUTA

O debate sobre a preparação do congresso estadual e nacional está aberto para as assembleias dos sindicatos de base e ramos. Quais devem ser as prioridades da CUT neste ano em que completamos 40 anos de vida?

No plano internacional, marcado pela crise do capitalismo e pelas consequências da guerra na Ucrânia, a CUT deve prolongar a posição de “Não à Guerra!”, que assumiu no início do conflito, pois ela não interessa aos trabalhadores e trabalhadoras e povos de todo o mundo.

Na nossa região, a América Latina, a CUT deve estreitar os laços de solidariedade com a luta dos povos contra a histórica dominação do imperialismo dos EUA, em particular com os povos do Peru e Haiti que enfrentam situações dramáticas. Após a histórica vitória eleitoral de Lula contra Bolsonaro, para a qual a militância da CUT contribuiu, trata-se de reconstruir uma nação soberana.

A CUT, como central sindical, participa desse processo levantando as reivindicações concretas da classe trabalhadora, diante de um governo de coalizão que abriga interesses contraditórios, com toda a independência. Dentre as principais reivindicações destacamos:

revogação das reformas trabalhista e previdenciária, recuperação de todos os direitos roubados nos governos Temer e Bolsonaro, sem submetê-los à negociação com os patrões, “direitos se defendem, não se negociam”; luta pelo fim do trabalho análogo à escravidão, com punição exemplar dos responsáveis, pelo fim da terceirização ilimitada;

- Revogação do Novo Ensino Médio e apoio à reforma agrária, contra a criminalização da luta do MST e demais movimentos populares;
- Política de valorização do salário-mínimo, sem “âncora fiscal”; luta por aumento geral de salários; fim da autonomia do Banco Central (taxa de juros);
- Reestatização das empresas privatizadas (Eletrobrás, Enel); defesa do patrimônio público contra as privatizações no estado de São Paulo e nos municípios, como o Porto de Santos, a Sabesp, entre outras;

Para impulsionar essas e outras lutas concretas, a CUT deve sim promover a unidade de ação com os movimentos populares (frentes) e com outras centrais sindicais. Mas isso não pode significar a submissão da CUT, como vem ocorrendo, a um Fórum das Centrais de caráter permanente, que se comporta como “direção” acima das próprias instâncias da CUT, com base em acordos de cúpula. É preciso rever essa prática que confunde a CUT com as centrais pelegas e prejudica seu protagonismo na ação sindical.

### **Retomar as melhores tradições da CUT**

Para ocupar o seu papel na luta da classe trabalhadora brasileira, a CUT deve retomar as suas melhores tradições de combatividade, trabalho de base e construção de um sindicalismo independente que marcaram a sua origem há 40 anos.

A CUT nasceu da luta por Liberdade e Autonomia Sindical contra a ditadura militar, em ruptura com o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e o “peleguismo”. Os estatutos de nossa central estabelecem, no seu ponto 4º, que ela:

“a) defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos

consagrados nas convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e brasileiras;

d) considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. Defende que esta unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos/as trabalhadores/as e combate qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado, do governo ou de agrupamento de caráter programático ou institucional;”

Consideramos esses princípios de total atualidade, devendo orientar o processo de autorregulação no interior de nossa central, com o objetivo de fortalecer a organização nos locais de trabalho e os sindicatos de base. Processo de autorregulação da CUT que promova a democracia sindical e supere a fragmentação artificial de pequenos sindicatos “por categoria” derivada do modelo baseado na “unicidade”. Um processo que deve ser feito sem qualquer ingerência externa do governo, dos patrões e de outras centrais sindicais, as quais tem concepções e métodos distintos dos que originaram a CUT e a fizeram a maior central sindical do Brasil e uma das maiores do mundo.

## **Viva os 40 anos da Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras!**

### **ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA**

Organizar a CUT para derrotar o neoliberalismo e o neofascismo em São Paulo!

A destruição neoliberal produzida pela aliança de centro direita que deu o golpe de 2016 fermentou o ódio, as violências, o conservadorismo e a ascensão da extrema direita no país. A derrota eleitoral do governo genocida foi possível graças aos setores mais conscientes da nossa classe nas cidades e no campo, dos pobres, do povo negro, das mulheres.

Estas são as forças sociais capazes de derrotar o neofascismo e o neoliberalismo. Portanto, é preciso o fortalecimento das organizações da classe trabalhadora e das lutas pela recuperação e ampliação de direitos, salários e empregos e políticas sociais universais e abrangentes.

Ao mesmo tempo, São Paulo segue como o quartel general do grande capital, das forças conservadoras e neoliberais, com o agravante do neofacista Tarcísio no comando do governo do estado controlando a maioria da Alesp, contando com o apoio do PSDB. Portanto, o fortalecimento das organizações da classe trabalhadora e das lutas sociais e sindicais em São Paulo são fundamentais para o combate firme e organizado contra o sucateamento das políticas públicas, privatizações e concessões do governo Tarcísio. Faz-se necessário e urgente alterar a correlação de forças a favor da classe trabalhadora para reconstruir e transformar São Paulo e o Brasil.

A defesa da educação pública de qualidade e dos/as trabalhadores/as da educação, o combate à continuidade da implantação das escolas cívico-militares em São Paulo e a luta sem tréguas contra a privatização da Sabesp, do Metrô, da CPTM e outras empresas públicas. Barrar a reforma administrativa e a luta em defesa do SUS em São Paulo, dominado pelas famigeradas OSs, são pontos chaves da luta contra a destruição dos serviços públicos que a CUT deve priorizar.

O papel do movimento sindical é central nesse processo de lutas, exige um esforço permanente, muita energia, mais organização e mobilização, pois não será tarefa fácil superar a hegemonia neoliberal e conservadora no estado de São Paulo, como mostrou a eleição de 2022. Neste sentido, não se pode admitir o rebaixamento das pautas da classe trabalhadora no Fórum das Centrais Sindicais ou propostas de diluição da política da CUT com a institucionalização de uma aliança com centrais sindicais de centro direita.

Diante dos desafios, como principal instrumento de luta da classe trabalhadora, a CUT deve se posicionar na ala esquerda das forças sociais que apoiam o governo Lula, lutando nas ruas pela democracia e ampliação dos direitos, empregos, salários e renda, fortalecendo e organizando a sua base social e sindical.

A CUT precisa estar presente de forma mais ativa nos sindicatos, nos territórios onde vive a classe trabalhadora e nos locais de trabalho, dialogando, formando e impulsionando as lutas e mobilizações de massa do próximo período, pois o governo Tarcísio só será derrotado e Lula só avançará se tivermos força popular e classe trabalhadora organizada e mobilizada. Para alcançarmos este objetivo é preciso manter a nossa autonomia crítica e propositiva e a defesa do programa democrático e popular que venceu as eleições de 2022.

Aos 40 Anos, a CUT deve retomar o seu lugar, o originário espírito combativo, estar à frente da construção de um grande sujeito social, um movimento político e popular liderado pela esquerda, pelos movimentos, pelo sindicalismo aguerrido e classista, capaz de acolher e agregar trabalhadores e trabalhadoras na sua imensa diversidade, reconquistando a maioria da nossa classe para as posições democráticas, populares e socialistas.

**Articulação de Esquerda:** Jandyra Uehara – Executiva Nacional da CUT; Maria Cleide Queiroz – Direção Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região; Ritchie Soares – Direção Sindema; Fatima Leal – Direção Sindserv SBC; Karen Silveira – Direção Apeoesp; Arlete Ferer – Oposição Servidores Municipais de São Caetano, direção da Aspescs; Jacqueline Teixeira – Oposição Servidores Municipais de Campinas; Flavia Lucia F. Silva – Oposição Servidores Municipais de Osasco; Pedro Pomar – Direção do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

## **CSD - CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA**

**Por um sindicalismo que promova direitos e democracia com liberdade e autonomia para organização da classe trabalhadora**

A vitória de Lula em 2022 foi uma vitória eleitoral contra o neoliberalismo e o fascismo, impulsionada por uma coalizão de forças populares e democráticas, incluído o movimento sindical brasileiro, e reabriu a possibilidade da luta pela transformação socialista e democrática do Brasil.

Esse novo ambiente renova desafios para a CUT. Ao mesmo tempo em que temos Lula, uma liderança comprometida com a democracia e a promoção de direitos, se mantém um Congresso majoritariamente conservador e neoliberal e uma sociedade politicamente polarizada.

Sintetizamos os desafios renovados da CUT na seguinte disjuntiva. De um lado, é preciso avançar na luta pela reversão das reformas neoliberais implementadas nos anos pós golpe de 2016 e pela reparação de seus impactos. Por outro lado, abre-se a possibilidade política e institucional para um projeto de fortalecimento sindical e ampliação da organização da classe trabalhadora voltado à retomada e ampliação de direitos e à valorização do trabalho. É sobre esse projeto que a CUT Socialista e Democrática - CSD, apresenta suas contribuições ao texto base.

**Os desafios do sindicalismo para a sua renovação:** No Brasil, parcela expressiva de trabalhadores e trabalhadoras sempre esteve privada do conjunto de direitos e proteções sociais, realidade que a “reforma” trabalhista aprofundou. A terceirização, a contratação de PJ, o MEI, os autônomos, e as novas formas de trabalho por meio de plataformas digitais sem regulação pública, os contratos individuais ou fraudulentos onde os direitos passam a ser negociados individualmente, contribuem para esvaziar a função sindical. As transformações no capitalismo e seus impactos sobre a regulação das relações de emprego e a capacidade de os sujeitos coletivos responderem a esse contexto, exigem do movimento sindical capacidade de renovar sua atuação com novas estratégias, colocando-se como uma resposta ao projeto neoliberal.

**Nenhum trabalhador ou trabalhadora sem proteção social:** Transitar de um sistema de seguridade social que avance para uma proteção social universal pressupõe repensar as suas formas de financiamento, no papel do Estado e no desempenho da cobertura, integralidade e suficiência. Considerar a questão das políticas de gênero e raça num sistema integrado que considere as necessidades de cuidados decorrentes do envelhecimento, à saúde e à previdência social, demandados no cotidiano doméstico etc.

**Universalizar a negociação coletiva para ampliar direitos:** A negociação coletiva deve incorporar toda a classe trabalhadora inserida em diferentes formas de contratação, aumentando a representatividade sindical, evoluindo da representação de categoria para representação por ramo de atividade e assegurar que todas as formas de contratação estejam cobertas pela negociação coletiva, no setor público e privado, combatendo qualquer prática antissindical. Valorizar a negociação para que prevaleça a norma mais benéfica para os/as trabalhadores/as. No setor público, há que se recuperar o sistema de negociação que foi debatido no Governo Lula com as entidades de servidores públicos e participação das centrais.

**Sindicatos mais transparentes e democráticos:** A unificação de sindicatos e ampliação da sua representatividade potencializaria a nossa intervenção na sociedade, democratizando os processos de decisão, fortalecendo as negociações coletivas. Isso reforçaria a importância das estruturas no interior das empresas e os canais permanentes de interlocução com a retomada do debate da OLT em consonância com o fortalecimento dos sindicatos por ramo.

Incorporar mecanismos coletivos e de forma permanente que contribuam para a maior democratização dos espaços sindicais; estabelecer metas para que os sindicatos viabilizem formas autônomas de sustentação financeira; de renovação de suas direções por meio da inclusão de cotas para mulheres, jovens e negros/as nas direções; metas de sindicalização; implementar a organização no local de trabalho; criar espaços para a integração dos/as trabalhadores/as por meio de coletivos, secretarias, congressos regulares, são iniciativas que devem ser incorporadas aos estatutos e fazer parte de um modo cutista de organizar a classe.

**Sindicatos que representam mais e melhor, sustentados pela soberania de suas bases:** As formas organizativas devem orientar-se pela busca de maior representatividade do conjunto da classe, sem atrelamento ao Estado ou aos patrões. A questão do financiamento, com liberdade e autonomia, resolve-se por esse caminho, com mecanismos de autossustentação. Deve ser capaz de organizar o conjunto da classe trabalhadora, incluindo todos/as que se encontram fora das relações de assalariamento formal, e todos que não estão representados pelo sindicato por ramo de atividade, acolhendo e integrando as novas formas de organização classista.

**Integrar as lutas da classe trabalhadora no trabalho e na sociedade:** Os sindicatos devem mapear as potencialidades e articulação com os movimentos sociais, recuperar as experiências das Frentes e estruturá-las nos territórios, mobilizar as ações em torno dos interesses da comunidade; estimular a integração das diversas experiências de organização comunitária, sindical e dos movimentos sociais, potencializar os comitês populares e atuar de forma ativa e organizada nas disputas de políticas públicas.

Essas estratégias necessitam ser alinhadas com as organizações da base CUTista, seus sindicatos, federações e confederações, num processo de amplo debate e incorporação das contribuições dos ramos de forma organizada, expressando a diversidade da classe trabalhadora, suas demandas e formas organizativas.

Por fim, é tarefa urgente agitar a CUT com debates, formulações, sínteses e definições coletivas e democráticas de estratégia sindical e replicar essa dinâmica nas suas bases, buscando superar o contexto de baixa densidade sindical, pouca representatividade e pulverização das organizações da classe trabalhadora, e a preparação para o Congresso é uma excelente oportunidade para isso.

*CSD: José dos Reis Valadares, Regiane de Souza e André Rodrigues, diretores Sindicato Químicos de São Paulo; Djalma Soter, diretor SINDPRODEM; Jailton Farias e Arcilei Célio Gabriel Conselho Estadual Apeoesp, Gilnair Alves Pereira (Gil) Conselho Regional Apeoesp Diadema.*

# CONTRIBUIÇÃO DOS RAMOS E SINDICATOS

## RAMO QUÍMICO DA CUT-SP

Nos últimos seis anos, mesmo com as dificuldades iniciadas no governo Temer e aprofundadas no governo Bolsonaro, no que se refere à retirada ou à flexibilização de direitos duramente conquistados ao longo de décadas, a Federação Estadual do Ramo Químico da CUT (FETQUIM), atuou e garantiu a manutenção das convenções coletivas dos setores químicos e farmacêuticos sem nenhuma retirada ou flexibilização de direitos e com a reposição total da inflação. Evidentemente, tudo isso somente foi possível porque os sindicatos filiados e os trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho atuaram com firmeza, dando a sustentação necessária à atuação sindical.

A pandemia de COVID-19 intensificou o ritmo de trabalho operacional na maioria das indústrias do setor farmacêutico, considerado setor essencial no combate à pandemia, trazendo assim muitos problemas à categoria. Nos demais setores do ramo, apesar das profundas mudanças nas relações “capital e trabalho e nos processos de organização do trabalho”, através da implantação do trabalho híbrido ou home office, tivemos elevados números de contaminados e de mortes de trabalhadores e trabalhadoras.

No âmbito internacional, a FETQUIM está filiada à IndustriALL Global Union, sindicato global que representa os trabalhadores dos ramos metalúrgicos, químicos e têxteis, e à ICM - Internacional da Construção Civil e Madeira (setores que fazem interface com os setores produtivos do ramo químico), bem como, participamos ativamente da construção e consolidação da IndustriALL Brasil, como mais uma ferramenta de luta para a classe trabalhadora, fortalecendo a unidade com os diversos ramos econômicos da indústria de transformação, além de atuarmos solidariamente com os sindicatos dos Petroleiros e a Federação Única dos Petroleiros (FUP), em defesa da Petrobras e da soberania nacional.

Participamos também nos últimos quatro anos ativamente de todas as lutas chamadas pela CUT, bem como acompanhamos de perto as políticas do Macrossetor da Indústria da CUT.

A partir da vitória do companheiro Lula, entramos em 2023 com as esperanças renovadas, mesmo sabendo o tamanho do desafio que é governar o país “dividido” entre os que defendem a democracia e o Estado Democrático de Direito e os fascistas adeptos da extrema direita, contrários à democracia e que defendem um projeto autoritário sem diálogo com a sociedade civil e que não respeitam as instituições democráticas.

Para nós, da classe trabalhadora, o governo Lula é um “marco” importante na retomada das lutas em defesa dos direitos da classe trabalhadora, em especial daqueles que foram retirados e/ou flexibilizados nos governos Temer e Bolsonaro.

Sabemos que a correlação de forças no parlamento federal (Câmara e Senado) é desfavorável ao projeto de reconstrução do país, tendo, inclusive, grande parcela significativa dos parlamentares comprometida com a uma política entreguista, vinculada a setores do empresariado retrógrado ligados, em especial, ao agronegócio, a indústrias de armas e a bancada evangélica neopentecostal, que transformou igrejas em partidos políticos com grande poderio nas grandes mídias de TV e Rádio.

No âmbito do Ramo Químicos, a FETQUIM acredita ser imperativo o fortalecimento e a reorganização da Frente Parlamentar da Indústria Química em âmbitos estadual e nacional, para que possamos debater as pautas da organização do processo industrial vinculadas à defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo químico.

É fundamental também o fortalecimento do REIQ (Regime Especial da Indústria Química), criado em 2013 com o objetivo de fomentar o setor químico, considerado estratégico do ponto de vista econômico e social, uma vez em que, à época, a competitividade estava comprometida por diversos fatores, entre eles o avanço da concorrência externa. A ideia primordial do REIQ é garantir maior competitividade ao setor químico brasileiro por meio da desoneração das alíquotas incidentes sobre a compra de matérias-primas básicas petroquímicas da primeira e da segunda geração, fortalecendo a indústria nacional frente à concorrência internacional, em particular a estadunidense.

O REIQ favorece empresas petroquímicas de primeira geração, que produzem compostos básicos derivados de petróleo, e de segunda geração, que fabricam termoplásticos. Os benefícios são observados na compra no mercado interno ou na importação de produtos como nafta petroquímica, etano, propano, butano, condensado de gás, ortoxileno, benzeno e tolueno.

Apesar da importância do setor no cenário nacional e no Produto Interno Bruto (PIB), nos últimos anos, o REIQ esteve sob ataque de setores governamental e parlamentar que, através da Medida Provisória 1.034, propuseram a extinção do Regime Especial da Indústria Química (REIQ), proposta que traz em seu bojo a queda de R\$ 1,7 bilhão na arrecadação fiscal. A redução da atividade do setor retiraria R\$ 5,5 bilhões anuais do PIB e extinguiria mais de 85 mil postos de trabalho. Assim, a manutenção do REIQ é fundamental não apenas para a manutenção dos postos de trabalho, como também, para a produção brasileira de insumos importantes para os demais setores produtivos.

A FETQUIM defende também a continuidade de investimentos no CEIS – Complexo Econômico da Indústria da Saúde. O complexo da saúde refere-se a toda a base produtiva envolvida na prestação de serviços, promoção e vigilância em saúde, envolve tanto o segmento secundário da economia, a exemplo das indústrias de base química, biotecnológica, mecânica e de materiais, quanto o terciário, referente aos serviços prestados nos estabelecimentos de saúde. O referido complexo mobiliza uma série de tecnologias relevantes para a inserção competitiva na economia global, responde pela geração de emprego, renda e parte significativa do PIB nacional, motivo pelo qual a área da saúde tem tido sua importância crescentemente institucionalizada na agenda de desenvolvimento nacional.

A saúde responde a diferentes elementos relacionados tanto a uma conjuntura política quanto à escolha dos tomadores de decisão entre variadas opções de políticas públicas, como também aos problemas socioeconômicos observados na referida área. Esses distintos elementos serão estudados à luz do referencial teórico de fluxos múltiplos, utilizando como método de análise a confrontação dos fluxos de problemas, soluções e político.

A decisão de incorporar o complexo econômico industrial da saúde nas prioridades do governo federal é fruto de uma abordagem renovada da saúde, tanto no nível cognitivo quanto no institucional, na qual ela é entendida simultaneamente como um direito do cidadão, um bem econômico e social, assim como um espaço de acumulação de capital.

A participação de representantes da direção da FETQUIM e do ramo químico no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), é de fundamental importância, pois é o órgão responsável por assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes destinadas ao desenvolvimento econômico social sustentável. O chamado “Conselhão”, coordenado pelo presidente da República, é de fato um espaço de diálogo entre o governo e a sociedade.

Além de ser um espaço de formulação de políticas, tem também a tarefa de elaborar indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento. O referido conselho também vai apreciar propostas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico social sustentável, e articular as relações do governo federal com os representantes da sociedade civil, e aos mais diversos setores que estarão representados no colegiado, que através das comissões temáticas e grupos de trabalho criados elaborarão estudos e propostas sobre temas específicos.

Isso posto, a FETQUIM defenderá no referido conselho que o novo governo se posicione pela manutenção do REIQ e CEIS como políticas para garantia da soberania nacional e do controle sobre setores extremamente importantes tanto no sistema de arrecadação como no PIB.



A FETQUIM acredita também que a CUT-SP, em conjunto com seus sindicatos e federações filiadas, tem como tarefa estabelecer neste congresso um plano de lutas e ação para o próximo período no âmbito do estado de São Paulo, que tenha como centralidade o combate às políticas implementadas pelo governo estadual, alinhado com o bolsonarismo e com o atraso, em especial aquelas políticas que visam retirar ou flexibilizar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras dos setores da educação e da saúde pública, a privatização da Sabesp e demais medidas que afrontam conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras e da sociedade paulista.

É também fundamental que o plano de lutas e ações do CECUT-SP defina ações e orientações para os sindicatos e federações filiadas sobre a importância das eleições municipais que acontecerão em 2024, pois, a conquista de prefeituras é importante no estado de São Paulo, bem como a eleição de uma bancada de vereadores comprometidos com as pautas da classe trabalhadora e dos setores populares é fundamental para o fortalecimento do governo Lula e para que possamos chegar em 2026 com acúmulo de forças suficientes para eleger o Governo de São Paulo e darmos continuidade ao governo do campo democrático e popular em âmbito federal.

Por fim, entendemos que a FETQUIM-SP tem cumprido seu papel político na defesa dos interesses imediatos e históricos do Ramo Químico no Estado de SP, bem como, tem colaborado ativamente com a CNQ – Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT, com a CUT Nacional e com o Macrossetor da Indústria da CUT na formulação de políticas para o ramo em defesa da classe trabalhadora.

## **MUNICIPAIS**

Encontram-se, a seguir, as contribuições ao debate do setor público estruturado em sete eixos. São eles:

### **POR UM ESTADO DEMOCRÁTICO E SOBERANO COM O FORTALECIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

- Instituir mesa nacional para o funcionalismo das três esferas para discussão das políticas públicas, sociais e papel do Estado;
- Revogação da Lei Complementar 179/2021 - Independência do Banco Central - por um Banco Central independente do mercado financeiro e comprometido com as políticas sociais;
- Aprofundamento da eliminação do teto de gastos para políticas públicas e sociais, e contenção dos gastos com pagamento de juros;
- Combate às privatizações e terceirizações com investimento em concursos públicos;
- Revogação da Lei Complementar 101/2000 - Austeridade fiscal;
- Revogação da Lei 13.365/2016 - Entrega do pré-sal às multinacionais;
- Revogação da Lei 13.429/2017 - Terceirização ilimitada;
- Revogação da Lei 13.467/2017 - Reforma Trabalhista;
- Revogação da Emenda Constitucional 103/2019 - Reforma Previdenciária;
- Revogação da Lei 13.415/2021 - Reforma do Ensino Médio;
- Revogação dos efeitos da Lei Complementar 173/2020 que interditaram a progressão nas carreiras e a reposição das perdas salariais;
- Revogação da Lei 13.097/2015 que permite a entrada de capital estrangeiro no financiamento da saúde no Brasil;
- Revogação das demais emendas constitucionais, leis, decretos, portarias, e normativos que atacam a democracia, alienam a soberania nacional, desmantelam serviços públicos;
- Segurança alimentar com prioridade à agricultura familiar: reconstrução dos programas e políticas sociais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);

- Política pública de saúde com universalização do atendimento com qualidade, revertendo as ameaças de privatização do SUS e revogando as implantações de OSs e OSCIPs;
- Reversão do desmonte das políticas sociais, das estatais, dos direitos do povo, dos serviços públicos e defesa da soberania nacional;
- Garantir que 100% dos recursos provenientes dos precatórios do antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) sejam destinados à educação, assim como pelo menos 60% seja direcionado para os profissionais do magistério;
- Pleno respeito e defesa do direito à autodeterminação dos povos;
- Fortalecimento dos órgãos e programas em nível federal, estadual e municipal que operacionalizam a implantação da reforma agrária, a proteção e respeito aos direitos dos povos indígenas, a exploração agrícola e extrativista com preservação do meio ambiente.

### **LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS ENTIDADES SINDICAIS**

- Reinclusão na folha de pagamento dos servidores liberados para atividade sindical;
- Remuneração de dirigentes liberados para mandato classista sendo mantida pelo Estado;
- Retirar os obstáculos criados a partir de Temer-Bolsonaro para o desconto das mensalidades sindicais livremente pactuadas entre os servidores e suas entidades;
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT, já aprovada no Congresso Nacional em 2010, visando a garantir o direito de negociação coletiva e de greve;
- Garantia legal de recolhimento da taxa negocial definida livremente em Assembleia pelos trabalhadores e trabalhadoras;
- Respeito à Organização por Local de Trabalho, vinculada à organização sindical da categoria, nos termos definidos pelos trabalhadores e trabalhadoras.

### **POR CONDIÇÕES DIGNAS PARA O SERVIDOR PÚBLICO**

- Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- Ratificação da Convenção OIT 158 (proíbe a demissão imotivada);
- Fim do fator previdenciário;
- Acesso aos cargos do serviço público exclusivamente por concursos públicos;
- Definição de data-base e revisão salarial geral anual prevista na Constituição;
- Estabelecimento de diretrizes gerais de carreiras com valorização do salário-base;
- Piso salarial para servidores municipais, estaduais e federais não inferior ao salário-mínimo do DIEESE;
- Cumprir as metas 15, 16, 17 e 18 da Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024);
- Verbas públicas para a saúde pública (SUS);
- Restabelecimento constitucional da plena paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Isonomia de benefícios entre os três poderes;
- Reversão das privatizações, conforme está ocorrendo em muitos países, como nos informa a Internacional do Serviço Público; fortalecimento das empresas estatais e dos sistemas públicos de regulamentação e fiscalização trabalhista, ambiental, sanitária, alimentar;

- Regulamentação do trabalho remoto com garantia de direitos e a irredutibilidade da renda do trabalhador;
- Aplicação imediata de todos os Piso Salariais Nacionais de carreiras do funcionalismo;
- Realização de uma verdadeira reforma administrativa para aumentar expressivamente a oferta e melhorar a qualidade dos serviços públicos, desterceirizando os serviços e trabalhos na administração pública e avançando para garantia do direito universal de toda a cidadania;
- Garantir reajustes salariais com ganho real nos salários.

## **POR VERDADEIRAS REFORMAS PARA TRANSFORMAR O BRASIL**

- Defender a realização de uma reforma tributária solidária, para corrigir o desequilíbrio da tributação imposta aos cidadãos adotando sistemas de impostos progressivos que de fato combatem a desigualdade no país, começando pela taxaço das grandes fortunas;
- Fazer as regras tributárias alcançarem a indústria e o agronegócio;
- Reduzir a carga tributária sobre o consumo, com alíquotas diferenciadas para produtos essenciais;
- Reestruturação e fortalecimento de órgãos de controle social destinados ao combate à sonegação e à corrupção;
- Implantar medidas de transparência nas finanças públicas;
- Planejar e estruturar o desenvolvimento sustentável do município;
- Desenvolver competências locais para captação de recursos em fundos públicos;
- Afirmar o papel e obrigação dos governos (federal, estaduais e municipais) de implementar políticas fiscais progressivas e distributivas;
- Mobilizar recursos internos para o desenvolvimento local nos municípios;
- Estimular a geração de riqueza a partir das potencialidades naturais, culturais e sociais dos municípios;
- Investir no acesso à inovação e à tecnologia;
- Criar projeto local sobre transparência e controle social, que permita a participação popular direta na construção das políticas de ampliação da arrecadação e controle dos investimentos do orçamento público;
- Combater a informalidade nas empresas instaladas nas cidades/estado (especialmente micro e pequenas) com fiscalização e apoio;
- Apoiar o cooperativismo de crédito e as instituições de micro finanças;
- Desmontar a política de emendas parlamentares chamadas de “Orçamento Secreto” como mecanismo de corrupção e balcão de negócios no Congresso Nacional, reestabelecendo a função legislativa do parlamento;
- Promover a cooperação e as parcerias entre os municípios, Estado e União ampliando os resultados, promovendo a implantação e funcionamento do desenvolvimento territorial;
- Formular um Pacto de Combate à Fome e a Pobreza Local em parceria com as três esferas de Poder (municipal, estadual e federal) estabelecendo metas, estratégias e recursos, levando em consideração as especificidades das zonas urbana e rural;
- Focalizar ações com recortes de gênero, geração, raça e orientação sexual buscando a implementação de uma política afirmativa e inclusiva;
- Investimento público;

- Realizar a reforma urbana e encampamento público das áreas ocupadas para fins de moradia, dando suporte às políticas públicas sociais, educação, saúde, saneamento, segurança etc. para as ocupações urbanas;
- Realizar a Auditoria Cidadã da Dívida Pública Brasileira, para que todas as ilegalidades e ilegitimidades possam ser segregadas e devidamente repudiadas;
- Financiar e apoiar políticas, programas e projetos sociais especializados no desenvolvimento social, ambiental e humano;
- Reduzir a taxa básica de juros no país e enfrentar os pilares macroeconômicos neoliberais que ainda persistem na política econômica nacional, tais como o superávit primário, alguns pontos da lei de responsabilidade fiscal e o controle da inflação pela elevação da taxa básica de juros;
- Cobrar das empresas o investimento no povo e nas cidades;
- Assegurar no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual, vinculação de receita à índices de reajuste salarial, pagamentos de precatórios, programas de capacitação e valorização dos servidores estaduais e trabalhadores de projetos inscritos em parceria com outros entes;
- Instituir uma política habitacional de interesse social que estimule que a terra tenha valor de uso;
- Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva em conselhos, nas conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros, ou seja, nos processos de decisão, monitoramento e avaliação, assim como cumprir as resoluções aprovadas nestas instâncias de gestão democrática;
- Assegurar assento da representação dos trabalhadores em todos os Conselhos constituídos, com indicação do seu Sindicato;
- Ativar ações de promoção da Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Cultural, Sustentabilidade Espacial, Sustentabilidade Política e Sustentabilidade Ambiental.

## **LUTANDO CONTRA A OPRESSÃO, POR MAIS DIREITOS E SUSTENTABILIDADE**

- Criar políticas de enfrentamento à violência no campo, na floresta e nas águas e garantir políticas eficazes de segurança pública na zona rural, incluindo políticas especializadas para as mulheres;
- Respeitar a cultura dos povos do campo, da floresta e das águas e garantir autonomia e apoio para plantarem os alimentos que respondam às suas demandas na qualidade e quantidade necessárias, e não para atender às exigências do mercado e do agronegócio;
- Garantir as liberdades civis e os direitos dos cidadãos, atuando no fortalecimento da democratização da sociedade em todos os níveis;
- Garantir a liberdade de organização e manifestação, onde o direito de greve seja completamente regulamentado e resguardado;
- Defender as riquezas naturais, evitando a exploração pelo capital nacional e internacional, e que essas sejam postas a serviço do bem-estar da coletividade;
- Realizar uma política democrática, tanto no plano econômico quanto no plano social com redistribuição da renda nacional;
- Garantir a manutenção das fundações e empresas públicas contra qualquer tentativa de avanços e privatizações que visem fortalecer o Estado Mínimo;
- Garantir a universalização e manutenção dos serviços públicos de saúde, educação, assistência e previdência social;

- Garantir a institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos;
- Comprometer-se com o respeito e a promoção dos direitos de negros, negras, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, jovens e pessoas com deficiência, além de combater a violência contra a mulher;
- Construir legislação que garanta o afastamento das mulheres grávidas e lactantes de quaisquer atividades, operações e locais insalubres, assegurando a saúde materno-infantil no desenvolvimento de suas atividades laborais.

## **OPORTUNIDADES PARA POPULAÇÃO BRASILEIRA E LUTA CONTRA O ASSÉDIO E PRECONCEITO**

- Garantir políticas e práticas de não discriminação nos mecanismos de seleção pública;
- Elaborar política de inserção profissional para as mulheres jovens, garantindo opções ocupacionais variadas e em todos os setores da atividade econômica e que não se limitem àquelas consideradas tipicamente femininas;
- Criar metas de inclusão para LGBT, negros e negras, mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Capacitar profissionais e intensificar temas de identidade racial, gênero, geração, orientação sexual e pessoas com deficiência em censos e pesquisas;
- Criar programas de educação em direitos humanos, em vários setores, que promovam o respeito à negros e negras, LGBT, mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Articular os poderes públicos, incluindo União, Estado e municípios, na promoção de ações conjuntas de promoção dos Direitos Humanos e da defesa de grupos oprimidos;
- Criar política de não discriminação e medidas de responsabilização para quem praticar racismo, homofobia, preconceito geracional e contra pessoas com deficiência e ações misóginas;
- Garantir a promoção de ambientes respeitosos, seguros e saudáveis para as pessoas negras, LGBT, jovens, pessoas com deficiência e do gênero feminino; quaisquer atividades, operações e locais insalubres, assegurando a saúde materno-infantil no desenvolvimento de suas atividades laborais;
- Fortalecer e financiar as agendas alusivas aos direitos de negros e negras, LGBT, mulheres jovens e pessoas com deficiência, como as atividades do Dia Internacional da Mulher, a Parada da Diversidade Sexual, o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, o Dia Mundial da Juventude e o Dia da Consciência Negra;
- Fiscalizar e combater o trabalho análogo à escravidão; assim como impor sanções severas;
- Intensificar programas e ações de combate ao turismo sexual, do tráfico de pessoas e exploração sexual de mulheres e crianças, através de uma política de Estado com critérios de caráter coercitivo e punitivo;
- Criar programa de desenvolvimento econômico para as pessoas negras, LGBT, mulheres, jovens e com deficiência;
- Criar programa de discussão das questões relacionadas à identidade racial, gênero, pessoas com deficiência, representação juvenil e diversidade sexual na escola;
- Garantir no orçamento ações e projetos com recorte de gênero, raça, juventude, deficiência e contra a discriminação;
- Fiscalizar e combater o trabalho infantil, assim como impor sanções severas para quem descumprir e certificação dos empreendimentos que não adotarem essas práticas;

- Aprovar legislação que puna as empresas que cometem discriminação contra a população LGBT;
- Realizar ações que colaborem com o desenvolvimento da carreira da população LGBT, negros e negras, mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Construir legislação que estabeleça cotas para trabalhadoras negras e trabalhadores negros nos concursos públicos da administração direta e indireta, das estatais e na contratação das empresas que têm aporte de recursos de bancos públicos de fomentos;
- Construir legislação que institua cotas para contratação de negros e negras nas empresas privadas, como forma de corrigir as distorções e a discriminação no mercado de trabalho para quem descumprir e certificação dos empreendimentos que não adotarem essas práticas;
- Criar, onde não houver, e fortalecer, onde existir, a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência;
- Criar mecanismos que contribuam para a “mudança de olhar” do profissional sobre o crime, suas circunstâncias, vítima e responsável pela morte, adotando a “perspectiva de gênero” como forma de aprimorar as respostas institucionais para as mortes violentas de mulheres;
- Elaborar legislação que iniba o assédio nos locais de trabalho e nos espaços públicos com monitoramento das ações e políticas de combate ao assédio moral e sexual;
- Implantar plano nacional para zerar o déficit de unidades escolares da Educação Infantil (creches) nos próximos oito anos, com equipamentos públicos, com gestão direta e garantia de qualidade;
- Ampliar o número de creches integrais, tanto diurnas como noturnas, com horários de atendimento compatíveis com as jornadas de trabalho dos pais;
- Instituir em lei a licença compartilhada de 180 dias para a mãe e de 180 dias para o pai, incluindo as uniões homoafetivas;
- Construir a Casa da Mulher Brasileira onde não houver e colocar em funcionamento onde já foi inaugurada, de forma coordenada com a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência e em diálogo com o movimento feminista e de mulheres, para atender as mulheres do campo e da cidade;
- Melhorar o atendimento primário prestado às mulheres que sofreram violência, no campo e na cidade, promovendo a qualificação dos profissionais e ampliando os horários de atendimento para os períodos noturnos e finais de semana;
- Criar mecanismos no âmbito da Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência para prevenir o feminicídio, assim como equipar os serviços públicos e garantir a punição dos criminosos, conforme Lei do Feminicídio (13.104/15);
- Alterar a legislação para tipificação adequada dos atos de violência contra a mulher nos espaços públicos;
- Estabelecer a licença parental para progenitores ou adotantes, de forma compartilhada, garantindo à mãe o período necessário para a amamentação da criança, conforme orientação da OMS, e estender esse direito às demais trabalhadoras e trabalhadores (rurais e domésticas).

## **AMPLIAR OS DIREITOS E A PARTICIPAÇÃO**

- Garantir a Saúde como Política Pública de Estado e não de Governo, contando com gestão pública profissional e que a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as esferas e em todos os serviços, seja 100% pública e estatal, com participação efetiva do Controle Social;
- Democratizar e popularizar as conferências de saúde, garantindo que os Planos de Saúde de cada esfera de governo, bem como os Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e

Plano de Ação de Saúde, sejam construídos com base nas diretrizes formuladas nas Conferências de Saúde, que devem ser aprovadas em políticas deliberadas pelos conselhos de saúde, para serem executadas pelos gestores, com efetiva fiscalização;

- Garantir a implementação da carga-horária de 30 horas para os trabalhadores e as trabalhadoras do SUS;
- Garantir a continuidade da política de creches públicas e de escolas de tempo integral, bem como a valorização dos profissionais de educação;
- Garantir transporte escolar seguro e merenda escolar de qualidade;
- Combater a criminalização de professoras e professores de escolas públicas que tenham cargos de representação sindical, assim como a violência institucional contra as manifestações dos trabalhadores, sejam servidores públicos ou não, criando um programa de mediação de conflitos junto aos órgãos de segurança, de forma a garantir o direito à manifestação e organização da classe trabalhadora, sem violência policial e com garantia da integridade física deles;
- Garantir a remuneração diferenciada e garantia de condições de trabalho aos profissionais que trabalham na educação do campo, locais de difícil acesso e perigosos;
- Defender e integrar às novas políticas locais nos serviços públicos os programas de distribuição de renda;
- Defender a formação dos Conselhos Locais de Saúde dentro dos municípios, empoderando a comunidade na participação e controle das ações de saúde como também o acompanhamento do emprego adequado dos recursos;
- Assegurar o acesso universal à água potável como direito através de empresas e políticas públicas – seja através de rede geral, cisterna, ou outro sistema adequado – e, também, o acesso ao saneamento básico, à coleta de lixo residencial público, à energia elétrica e ao gás de cozinha, com o fim da mercantilização desses serviços e a garantia de preços justos para a população;
- Garantir a implementação das metas e defender o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Implementar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE);
- Realizar a formação continuada aos professores e demais profissionais da rede de educação de todas as modalidades de ensino para aplicação da Lei 10.639/03, que institui o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Garantir que os serviços de saúde e educação sejam 100% públicos, gratuitos, universais e de qualidade;
- Implementar e efetivar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com controle social;
- Ações de orientação do poder executivo aos meios de comunicação, de propaganda e de audiovisual, sobre a importância de não reforçar o trabalho de reprodução social como de responsabilidade somente das mulheres, garantindo a representação do trabalho compartilhado entre homens e mulheres em suas produções;
- Implementar uma política pública de planejamento reprodutivo com acesso aos métodos contraceptivos que melhor correspondam às necessidades e perfil das usuárias com participação e responsabilização dos parceiros homens – garantindo o planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro;
- Garantir o atendimento humanizado para os casos de aborto clandestino que chegam aos hospitais do SUS;
- Viabilizar políticas de proteção às mulheres que realizaram aborto legais diante da perseguição de grupos fundamentalistas e de defensores dos estupradores;

- Garantir o parto humanizado nas redes públicas e privadas de saúde, com equipamentos adequados e formação das equipes de atendimento;
- Promover ações e elaborar projetos visando a descriminalização e legalização do aborto e seu atendimento no SUS;
- Incluir a educação sexual não sexista e antirracista nos currículos escolares;
- Promover o parto domiciliar a partir do SUS e facilitar o registro das crianças nascidas por mãos de parteiras ou obstetrias nos domicílios, com registro prévio dessa opção (parto domiciliar) no posto de saúde mais próximo ou no qual a gestante realizar o pré-natal;
- Regulamentar a atividade das doulas e promover o acesso dessa profissional às gestantes, de modo a garantir o apoio físico, informacional e emocional às mulheres durante a gestação, parto e pós-parto.

## **RAMO DA EDUCAÇÃO**

A Federação Estadual dos Trabalhadores na Educação Pública do Estado de São Paulo (FETE-SP), filiada à CNTE e à CUT, é representante legal dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. A entidade agrega funcionários da educação e pedagogos, professores efetivos/contratados, conveniados, a qualquer título, desde que vinculados às redes públicas estaduais e/ou municipais e/ou federal no estado de São Paulo.

A FETE-SP foi fundada para buscar soluções aos problemas da categoria, tendo em vista a sua dignidade e valorização profissional no interesse da educação; incentivo no aprimoramento cultural, intelectual e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede pública, bem como a defesa e o fortalecimento da Escola Pública, gratuita e de boa qualidade para todos e todas.

Na luta pelo direito de condições dignas de trabalho e melhores condições socioeconômicas para os trabalhadores e trabalhadoras em educação, a FETE-SP vem contribuir com algumas reivindicações para o debate do 16º CECUT-SP.

### **Sistema Estadual de Educação**

- Construção do Sistema Estadual de Educação;
- Aplicação da Meta 17, do Plano Estadual de Educação, que determina a equiparação dos salários dos professores e professoras à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior;
- Pela aplicação dos reajustes do piso salarial nacional dos professores e professoras no salário base, com repercussão em toda a carreira e não como abono complementar;
- Aplicação do percentual de 70% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) destinado à valorização dos profissionais da Educação na forma de reajuste e não de abono;
- Lutar por um Plano de Carreira aberto, justo e atraente aos profissionais da Educação;
- Contra o processo de municipalização das escolas estaduais;
- Contra a imposição do Programa de Ensino Integral, “novo” ensino médio e outros projetos do governo estadual que não atendem as necessidades da comunidade e abrem caminho para a privatização. Por um programa que atenda os interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora;
- Contra a militarização das escolas públicas;
- Lutar pelo fim da violência nas escolas;
- Por uma política de segurança nas escolas de caráter educativo, humanista e civilizatório;



- Educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade, socialmente referenciada para todas e todos;
- Pela derrubada do veto do governador de São Paulo ao projeto de lei que estabelece concurso público cada vez que houver 5% de cargos vagos e lutar para que sempre ocorra concursos públicos para as carreiras estaduais;
- Lutar para que o governo do estado cumpra a data-base (1º de março);
- Lutar pela isonomia salarial entre ativos e aposentados e aposentadas;
- Lutar pela devolução dos valores confiscados de aposentados e pensionistas da SPPREV;
- Lutar pela implementação do Plano Estadual de Educação;
- Que os funcionários da educação participem e cobrem a construção dos Planos Municipais de Educação;
- Lutar para que sejam estendidos aos funcionários e funcionárias todos os direitos e benefícios culturais concedidos à educação;
- Lutar pela gestão democrática nas escolas, de acordo com a Conferência Nacional da Educação;
- Lutar pelo fim do assédio moral;
- Lutar pela acessibilidade nas escolas em respeito às pessoas com deficiência.

### **Ensino Técnico**

O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS), autarquia estadual responsável pelas Escolas Técnicas Estaduais (ETEC) e pelas Faculdades de Tecnologia (FATEC), conta com mais de 300 mil alunos entre cursos técnicos e tecnológicos estando presente em todas as regiões do estado de São Paulo.

As eleições de 2022 e a posse de Tarcísio de Freitas (Republicanos) como governador não devem melhorar o quadro de arrocho salarial e falta de investimentos, visto o caráter privatista do programa de governo que, em dado momento, propõe acabar com as autarquias do estado.

A Secretaria de Educação quer ofertar, em todas as escolas da Rede Estadual de Educação, cursos técnicos, o que irá descaracterizar tanto o papel da rede estadual quanto o papel da rede de educação profissional e tecnológica do CEETEPS, que demandará um altíssimo investimento nas escolas estaduais, o que não está na mira do atual governo que, ao contrário, propõe reduzir as verbas constitucionais para a manutenção e desenvolvimento do ensino de 30% da Receita Corrente Líquida do estado para 25%.

Devemos lembrar ainda que o governo da ditadura militar apresentou a mesma proposta, na década dos anos 1970 e, como o investimento não ocorreu naquela época, a proposta se transformou numa pseudoprofissionalização e um desmonte das escolas estaduais que se desviaram do seu foco principal que era a formação dos estudantes em nível médio.

Os movimentos sindicais, sociais e as comunidades escolares deverão protagonizar grande resistência a este desmonte do papel da escola pública, defendendo as estruturas existentes, reiterando as especificidades de cada uma, mantendo o percentual de 30% para a educação pública paulista.

- Abertura de concurso público, tanto de pessoal administrativo quanto docente;
- Reformulação da carreira docente;
- Manutenção de no mínimo 30% das verbas públicas;
- Gestão democrática;
- Revogação da Lei 13.415/2013 da reforma do Ensino Médio;

- Regulamentação da Convenção 151 da OIT garantindo o direito de negociação coletiva e da greve;
- Plataforma pública atualizada que identifique a situação de matriculados, evadidos, desistência, ingresso, perfil socioeconômico, entre outros.

### **Sistema Municipal de Educação**

Os trabalhadores e trabalhadoras em educação dos municípios de São Paulo, em sua maioria, sofrem com os desmandos de prefeitos que se utilizam da verba da educação indevidamente, sem cumprir o mínimo Constitucional, desviando recursos para outras áreas.

- Dignidade e valorização profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação;
- Mesa de negociação permanente entre Prefeitos (ou seus representantes);
- Sindicatos e associações representativas dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Aplicação integral dos fundos do FUNDEB e acesso aos seus Conselhos Municipais;
- Afastamento sindical para membros eleitos de Sindicatos e Associações que representam os trabalhadores e as trabalhadoras em educação;
- Máximo de 25 alunos por sala de aula;
- Implementação da Jornada do Piso Salarial Nacional;
- Fim da perseguição aos professores e professoras sindicalizados.

### **Redes Conveniadas**

- Jornada de seis horas;
- Garantia do piso nacional dos professores;
- Formação continuada;
- Garantido do bônus anual em convenção;
- Isonomia e direitos;
- Valorização do piso mínimo da categoria.

## **RAMO DA COMUNICAÇÃO**

A livre circulação de informações e a democratização da comunicação são elementos fundamentais para a constituição de um país soberano, justo, democrático e que tenha a classe trabalhadora como protagonista de sua História. Sendo assim, é vital que as trabalhadoras e trabalhadores do Ramo da Comunicação possam fortalecer seus laços e construir unidade na permanente luta por salários, direitos e dignidade.

Afinal de contas, precisamos encontrar soluções conjuntas diante das profundas transformações proporcionadas pela inovação tecnológica. Em especial, com a chegada das plataformas em rede administradas por conglomerados internacionais de tecnologia, como Google, Facebook, Amazon, Microsoft e Apple.

Se por um lado, as novas possibilidades apresentadas pelos serviços em rede têm o potencial de amplificar vozes e se tornar um instrumento real para garantir a pluralidade e a democratização da informação, também é verdade que as redes sociais se tornaram terreno fértil para a disseminação de mentiras e de ódio, impulsionando projetos autoritários e obscurantistas no Brasil e no restante do planeta.

O acelerado avanço de novos recursos, como a Inteligência Artificial e o desenvolvimento de dispositivos cada vez mais conectados, também é responsável por transformações nas interações socioculturais: um dos exemplos mais evidentes disso é a diminuição da circulação dos veículos impressos de comunicação e a queda na audiência das emissoras de rádio e televisão.

Com os maiores conglomerados comunicacionais do país concentrados no estado de São Paulo, essa crise estrutural das empresas de comunicação tem impacto direto em seus trabalhadores e trabalhadoras, com o avanço das demissões, da precarização, do rebaixamento dos salários e do adoecimento físico e mental. E tal quadro não se restringe às empresas privadas: no setor público paulista, trabalhadoras e trabalhadores lutam há anos contra o desmonte proporcionados pelos governos do PSDB, e agora se defrontam com o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas e seu projeto de destruir os patrimônios históricos do povo paulista, como a TV Cultura e as demais fundações e instituições de pesquisa e de comunicação do estado.

Diante disso, os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores devem lutar pela organização da categoria em seus locais de trabalho, proporcionando um aspecto unitário às demandas do Ramo da Comunicação. Afinal, se a tecnologia é atualmente aplicada apenas como recurso adicional à exploração das trabalhadoras e trabalhadores em favor da acumulação de um restrito grupo de capitalistas, é inegável afirmar que os novos recursos podem e devem proporcionar avanços em favor da classe trabalhadora — como a redução da jornada laboral, auxílio a tarefas intelectuais e manuais e maior autonomia do processo de trabalho.

Neste sentido, os sindicatos devem somar esforços para realizar debates em comum sobre os diferentes aspectos da Comunicação e das relações de trabalho, avaliando como os Acordos e Convenções Coletivas podem dar conta de temas confrontados diariamente por suas categorias, como o estabelecimento do home office em muitas empresas, o direito à desconexão, o direito autoral, à defesa das relações formais de trabalho (com o devido registro em carteira e seus subsequentes direitos) e demais demandas comuns a esse segmento.

Por fim, mas não menos importante, as entidades sindicais do Ramo da Comunicação também têm a responsabilidade de compartilhar com os demais sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores a respeito de suas experiências para a organização da categoria e o avanço da luta da classe trabalhadora.

Inclusive avaliando como os recursos tecnológicos podem auxiliar na mobilização: exemplo recente é a paralisação liderada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), que organizou centenas de jornalistas que estavam em home office a cruzarem os braços durante a Campanha Salarial 2021 de Jornais e Revistas da Capital, após a realização de assembleias virtuais. A inovação pode, e muito, ajudar na luta.

## **DIAGNÓSTICO DO RAMO FINANCEIRO**

Antes de mais nada, importante ressaltar que o ramo financeiro é composto de diversos segmentos que vão além dos bancos públicos e privados, embora, estas instituições sejam consideradas o núcleo central do ramo, por exercer papel protagonista no Sistema Financeiro Nacional.

O ramo financeiro conta ainda com segmentos periféricos que atuam no sistema financeiro de maneiras distintas e com menores níveis de regulamentação. Incluem nesta caracterização: cooperativas de crédito; financeiras; administradoras de consórcios; instituições de pagamentos; seguradoras e resseguradores; entidades abertas de previdência; entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão); sociedades de capitalização; corretoras; bolsas de mercadorias e futuros; entre outras instituições não bancárias.

Em 2022, de acordo com dados do sistema de contas nacionais, o Produto Interno Bruto sob a ótica da produção totalizou R\$ 9,9 trilhões, sendo o valor adicionado a preços básicos no total de R\$ 8,6 trilhões.

O valor adicionado do Setor de Serviços foi equivalente a R\$ 5,8 trilhões, o que representa 68,2% do total do valor adicionado dos grandes setores. As atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, por sua vez, somaram R\$ 645,7 milhões equivalente a 11,0% do PIB do Setor de Serviços e 7,5% do PIB Setorial do país. O valor é superior, inclusive, à indústria extrativista.

No estado de São Paulo, a representatividade do Ramo Financeiro é ainda maior. Na estrutura do Valor Adicionado, 2020, as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, representaram

12,2% do somatório geral, abaixo apenas da indústria de transformação (15,4%) e comércio (14,2%). Em termos nominais, o valor adicionado do ramo financeiro, no estado, chegou a R\$ 245,8 milhões, valor que corresponde a cerca de 54,1% do total nacional.

Em relação ao emprego no ramo financeiro, devemos considerar que os segmentos periféricos extrapolam as atividades preponderantemente financeiras e o emprego também pode ser associado aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e correspondentes bancários, categorias formalizadas, e aos trabalhadores e trabalhadoras autônomos e plataformizados, que estão fora do emprego formal.

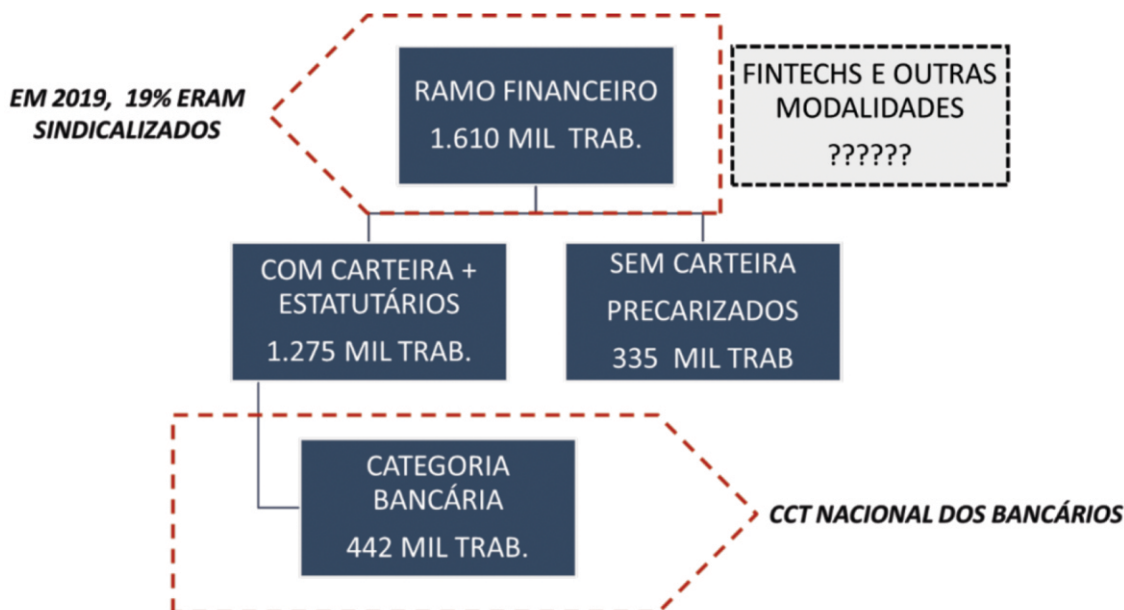
### Emprego no Ramo Financeiro Brasil, 2022

#### Estrutura do Valor Adicionado



Fonte: Fundação Seade / IBGE

### Emprego no Ramo Financeiro Brasil, 2022



Fonte: PNAD - IBGE, RAIS  
Elaboração: DIEESE - Rede Químicos

Analisando os números do emprego formal, através da RAIS, tanto para o país quanto para o estado de São Paulo, temos:

### Vínculos formais do mercado de trabalho Brasil x São Paulo, 2012-2021

Atividades	Brasil				Estado de São Paulo			
	2012	2021	Variação		2012	2021	Variação	
			Nº	%			Nº	%
Geral	47.458.712	48.728.871	1.270.159	2,7%	13.783.541	13.848.376	64.835	0,5%
Setor de Serviços	16.167.385	18.218.425	2.051.040	12,7%	5.417.583	6.120.553	702.970	13,0%
Ramo Financeiro	869.157	1.014.124	144.967	16,7%	347.197	428.392	81.195	23,4%
Categoria Bancária	512.835	442.560	-70.275	-13,7%	210.957	193.144	-17.813	-8,4%

Fonte: RAIS - MTE  
Elaboração: DIEESE – SS Bancários de São Paulo

Em um período de 10 anos, a variação dos vínculos formais de emprego foi positiva para o conjunto geral do mercado de trabalho, para o setor de serviços e para o ramo financeiro, tanto no país quanto no estado de São Paulo. De forma contrária, a categoria bancária encolheu 13,7% no país (70 mil vínculos) e 8,4% no estado (17,8 mil vínculos).

Analisando os dados por natureza jurídica, verifica-se que a perda de postos de trabalho no estado de São Paulo deu-se de maneira distinta ao ocorrido no país. Enquanto no estado, entre 2012 e 2021, a perda de postos de trabalho em bancos públicos, proporcionalmente, foi maior - redução de 23,1% - e menor nos bancos privados - 3,4%, no país ocorreu o inverso entre os anos de 2012 e 2021, ou seja, houve uma maior perda de postos de trabalho em bancos privados (- 19,0%) em relação aos bancos públicos (-1,8%).

### Vínculos da Categoria Bancária por Natureza Jurídica Brasil x São Paulo, 2012 - 2021

Natureza Jurídica	Brasil				São Paulo			
	2012	2021	Variação		2012	2021	Variação	
			Nº	%			Nº	%
Bancos Privados	228.064	184.695	-43.369	-19,0%	156.956	151.644	-5.312	-3,4%
Bancos Públicos	284.771	257.865	-26.906	-9,4%	54.001	41.500	-12.501	-23,1%
Caixa Econômica	92.532	90.898	-1.634	-1,8%	21.789	20.190	-1.599	-7,3%
<b>Total</b>	<b>512.835</b>	<b>442.560</b>	<b>-70.275</b>	<b>-13,7%</b>	<b>210.957</b>	<b>193.144</b>	<b>-17.813</b>	<b>-8,4%</b>

RAIS - MTE  
Elaboração: DIEESE – SS Bancários de São Paulo

Tal fato está relacionado a duas questões principais: maior prevalência de bancos públicos fora do estado de São Paulo, onde há presença de bancos públicos estaduais, e alocação das matrizes de bancos privados no estado, o que garantiu a existência de vagas mais associadas às transformações tecnológicas.

Cabe aqui destacar que, no mesmo período, foram fechadas 5 mil agências bancárias no país e 1,9 mil agências no estado, redução de 22,5% e 28,3%, respectivamente. Os investimentos em tecnologia e a disseminação do acesso maximizado, inclusive, por conta da pandemia do novo coronavírus, culminou com a ampliação de transações bancárias via canais digitais que, atualmente, chegam perto de 70% do total transacionado contra cerca de 15% em agências tradicionais.

Já para os demais segmentos do ramo financeiro observou-se movimento contrário. Em São Paulo, destacam-se alguns segmentos selecionados:

### Ramo Financeiro – Heterogeneidade Estado de São Paulo, 2021

Atividades do Ramo Financeiro	Varição Vínculos (2021/2012)	Qtd Hora Contr	Tempo Emprego	Remuneração Média
<b>Categoria Bancária</b>	<b>-17.813</b>	<b>35</b>	<b>78</b>	<b>R\$ 10.408</b>
Planos de saúde	25.150	39	58	R\$ 4.204
Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	20.448	35	20	R\$ 7.185
Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	12.378	40	47	R\$ 4.106
Administração de cartões de crédito	9.412	30	26	R\$ 10.322
Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias	8.055	41	35	R\$ 10.477
Crédito cooperativo	5.531	39	47	R\$ 4.985
Seguros de vida	4.282	40	60	R\$ 7.188
Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	2.982	39	39	R\$ 13.444
Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	2.625	33	148	R\$ 10.375
Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	-874	27	66	R\$ 9.456

Fonte: RAIS - MTE  
Elaboração: DIEESE – SS Bancários de São Paulo

A complexidade do ramo financeiro está manifestada na heterogeneidade das condições de trabalho. Nitidamente, o núcleo central, isso é, a categoria bancária possui melhores condições laborais, o que reflete no resultado de uma categoria mais organizada com representação mais ativa nas negociações coletivas.

Há de se considerar ainda que a expansão no número de trabalhadores e trabalhadoras em muitos segmentos no ramo financeiro, em alguma medida, está inserida nas cadeias de valor dos grandes bancos, sendo responsáveis por parcelas da geração de riqueza para estes conglomerados financeiros, e mesmo inserida em novos arranjos financeiros que contornam a atividade econômica cadastral e, desta maneira, evita legislações específicas e representações sindicais mais combativas.

A partir desse diagnóstico e levando em consideração o papel social do sistema financeiro como inclusão financeira, financiamento de moradia, financiamento estudantil, crédito para micro e pequenas, crédito agrícola para pequenos produtores, entre outras atividades, que promovem o bem-estar social e desenvolvimento regional, elencamos alguns pontos de reflexão em três eixos:

#### 1. Fortalecimento da pauta nacional

- Luta pela redução da taxa de juros;
- Defesa de uma reforma tributária progressiva que contemple a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5mil;

- Tributação dos super ricos através da instituição de impostos sobre grandes fortunas.

## 2. Sistema Financeiro

- Fortalecer ações de inclusão financeira, sobretudo, em regiões periféricas e para grupos mais vulneráveis, garantindo atendimento de qualidade e segurança aos trabalhadores e para população;
- Atuar pela participação da sociedade e representação dos trabalhadores na Desenvolve SP – Agência do Empreendedor (instituição financeira do Governo do Estado de São Paulo) com a finalidade de viabilizar contrapartidas de interesse social;
- Apoiar o desenvolvimento de cooperativas de crédito, fundos solidários, bancos comunitários destinados ao investimento em empreendimentos da economia solidária.

## 3. Organização dos Trabalhadores e Trabalhadoras

- Fortalecer a categoria em todo o estado de São Paulo abrangendo o Ramo Financeiro como um todo, estimulando, inclusive, alterações estatutárias;
- Fortalecimento de espaços de discussão como Macrossetor Comércio e Serviços do Estado, considerando a fragmentação do trabalho para além do ramo e a necessidade de articulação de negociação coletiva;
- Ampliar as discussões sobre plaformização do trabalho no Estado;
- Defesa da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação como ferramentas a serviço da classe trabalhadora. Que os ganhos de produtividade gerados possam estar associados à distribuição de riqueza e diminuição de jornada;
- Defender jornada de 4 dias por semana, sem redução de salário;
- Assegurar mecanismos de capacitação e qualificação em novas tecnologias, garantindo, a inserção de mulheres.

# MOÇÕES

## **Moção Contra o desmonte do sistema em vigilância em saúde**

*Autoria: Priscila Tancredi, Luciane Tahan, Laudicéia Reis Silva dos Santos*

Nós, delegados e delegadas do 16º CECUT-SP, defendemos os princípios do SUS, garantindo sua autonomia no desenvolvimento das ações precípuas do Estado, ameaçadas nesse momento pelo avanço das formas de terceirização, das OSS, desmonte dos órgãos regulamentadores (SUCEN, COVISA e outros) com perseguição aos trabalhadores que fiscalizam.

A população perde ao não ter uma Vigilância em Saúde autônoma:

- Qualidade dos produtos e serviços prestados como remédio de má qualidade, risco ao realizar exames, cirurgias e alimentos contaminados.
- Falta de controle dos animais e doenças transmitidas por eles, como: raiva, dengue, leptospirose, febre maculosa.
- Ausência de controle de qualidade e de rápida ação de vacinação em caso de surto de doenças como COVID, sarampo, febre amarela, poliomielite, meningite.

Defendemos:

Carreira de Estado;  
Condições dignas de trabalho;  
Concurso público JÁ;  
Pela autonomia no sistema de Vigilância em Saúde.

## **Moção de apelo - Restituir a contagem de tempo de trabalho dos servidores públicos em todas as instâncias**

*Autoria: Eunice Lopes – Fetam-SP*

A presente moção tem o objetivo de solicitar ao Ministro do Trabalho que, juntamente com nosso presidente, restitua a contagem de tempo de trabalho dos servidores públicos em todas as instâncias, congelada pelo governo genocida durante a fase crítica da pandemia por COVID-19. O congelamento teve início em 2020, quando o ex-presidente propôs a Lei Complementar 173, estabelecendo o chamado Programa Federativo de enfrentamento ao coronavírus. O objetivo era determinar regras para o repasse de verbas da União aos Municípios, Estados e Distrito Federal, permitindo ao governo federal gastar sem cometer crime de responsabilidade.

Pela LC 173, a contabilização do tempo de serviço prestado ficou paralisada até 31 de dezembro de 2021. Isso significa que, mesmo que tenham trabalhado de forma mais exaustiva para ajudar o Brasil no combate à COVID-19, os servidores públicos perderam diversos benefícios, tanto os que eram devidos na época, quanto os que seriam pagos no futuro. Entre eles: adequação de remuneração, reajustes e aumentos salariais, anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e criação ou majoração de bônus e auxílios de qualquer natureza, além de prolongar o direito de se aposentar com esses benefícios.



## **Moção de Apoio para implementação do Campus de Universidade Federal em Piracicaba**

As delegadas e delegados presentes no Congresso Estadual da CUT SP, considerando:

- Que a crise financeira da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP redundou no encerramento das atividades educacionais de ensino superior no seu campus Taquaral, em Piracicaba;
- Que esse encerramento gerou um enorme impacto negativo para além de Piracicaba e região, uma vez que a UNIMEP historicamente formou e vinha formando milhares de estudantes de ensino superior, atendendo as amplas demandas profissionais do setor produtivo e do poder público;
- Que o referido campus Taquaral reúne instalações de excelente qualidade, dentre as quais se destacam 7 blocos de salas de aula, 1 biblioteca com notável acervo e 1 anfiteatro moderno com capacidade para 800 lugares, além de laboratórios e equipamentos de esportes, totalizando cerca de 300.000 metros quadrados de área construída;
- Que o vácuo deixado pela UNIMEP não pode ser ocupado por projeto privado de ensino superior de baixa qualidade e inacessível as camadas populares e sim por um projeto público e gratuito de excelência;
- Que a rede Metodista de Ensino, mantenedora da UNIMEP, se encontra em processo de recuperação judicial e tem dívidas tributárias com a União, ensejando a possibilidade de um acordo financeiro atraente para ambas as partes, na perspectiva de federalização do referido campus Taquaral;
- Que, enfim, pelas circunstâncias aqui trazidas, se apresenta ao Governo Federal um projeto de mérito indiscutível, financeiramente atraente e de inequívoca oportunidade histórica,

Decidem:

Apoiar a desapropriação, pela União, do patrimônio que compõe o campus Taquaral e que nele seja implantado um projeto federal de educação superior.

## **Moção de Repúdio - Não à cassação dos mandatos das deputadas de luta!**

*Autoria: Juliana Sales*

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar das Câmara dos Deputados instaurou processos disciplinares contra as deputadas: Juliana Cardoso (PT-SP), Erika Kokay (PT-DF), Célia Xakriabá (PSOL-MG), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Fernanda Melchionna (PSOL-RJ). Todas as representações foram apresentadas pelo partido golpista PL. O partido diz que as parlamentares quebraram o decoro parlamentar durante a aprovação do projeto do Marco Temporal de Terras Indígenas (PL 490/07) no Plenário. **Não à violência de gênero na política!**

## **Moção de Repúdio - Pedágios**

Em São Paulo, Tarcísio segue João Doria na mesma política de desmonte do estado paulista levada a cabo em nível federal por Bolsonaro. Investe em privatizações e terceirizações, transferindo recursos públicos para empresas privadas.

Neste sentido, o governo Tarcísio também visa ampliar o número de praças de pedágios em várias estradas da região do estado visando aumentar ainda mais os lucros dos empresários do setor e onerando ainda mais o povo paulista, principalmente a classe trabalhadora.

Assim exposto, os delegados e delegadas do 16º CECUT repudiam a instalação de mais praças de pedágios nas rodovias paulistas pelo governo Tarcísio, que prevê cobrança pelo sistema Free Flow, onerando ainda mais a população, que terá que pagar dentro da própria cidade, como o caso de Itanhaém. De Peruíbe à Praia Grande estão previstos 9 pórticos de cobrança.

## **Moção de repúdio – Fim da Operação Escudo**

*Autoria: Juliana Sales*

A CUT-SP condena as ações arbitrárias da polícia no estado de São Paulo e exige o fim imediato da Operação Escudo, implantada na Baixada Santista e Litoral Norte no final de julho.

A morte de um soldado das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), em Guarujá, ao invés de ser investigada, dentro dos princípios do estado de Direito, buscando punir os responsáveis, foi usada como estopim para impor clima de insegurança na região, impondo terror à população - especialmente pobre e negra -, com agressões, invasões de residências sem mandado judicial, etc.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) elogia a atuação do destacamento, numa clara defesa de práticas fascistas no aparato estatal.

É de interesse da nossa central - comprometida com a luta pela democracia e defesa da classe trabalhadora - combater o perfil autoritário e letal das polícias. É importante colocar a desmilitarização da polícia como perspectiva necessária para banir esse perfil.

A CUT-SP reivindica ações do Governo Federal para a violência institucional no estado de São Paulo, a começar pelo fim da Operação Escudo.

Encaminhamos esta moção à Casa Civil da Presidência da República e ao gabinete do ministro da Justiça.

- Fim da Operação Escudo;
- Punição aos assassinos;
- Atuação do Governo Federal contra a violência da polícia;
- Fim do genocídio da população pobre, negra e periférica;
- Pela desmilitarização da polícia.

## **Moção de repúdio ao Prefeito de Criciúma SC, Clésio Salvaro**

*Autoria: Juliana Sales*

Através desta moção, vamos repudiar a ação do Prefeito de Criciúma (SC), Clésio Salvaro (PSD), que nos últimos dias encaminhou para a Câmara de Vereadores do Município o Projeto de Lei PE 94/2023. O texto altera o estatuto dos servidores públicos municipais e permite que a Prefeitura de Criciúma pare de pagar os salários para servidores que tirem licença para exercer mandato em sindicatos.

## **Moção de repúdio contra demissão sem justa causa do médico Jaime Prudêncio Torrez**

A CUT, em seu 16º Congresso Estadual da CUT, repudia o ato arbitrário da demissão, sem justa causa, do delegado sindical do Simesp pela OSS Fundação Zerbini, gestora do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da USP (InCor/HCFMUSP), durante paralisação pela aplicação da convenção coletiva e contra terceirização do serviço de Anestesiologia do InCor. Pedimos a imediata reintegração do colega sindicalista Jaime Prudêncio Torrez e reforçamos a luta em defesa dos serviços públicos.

## **Moção em solidariedade à luta do povo peruano**

*Autoria: Juliana Sales*

A Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, tendo tomado conhecimento do Apelo Internacional adotado pelas organizações de luta do povo peruano reunidas em 30 de julho passado na Assembleia da Coordenação Nacional Unitária de Luta (CNUL), realizada em Lima, capital do Peru, vem a público pronunciar-se em total solidariedade com a exigência de retirada imediata das tropas dos EUA que ingressaram em território peruano a pedido do governo ilegítimo e repressor de Dina Boluarte.

A presença militar dos EUA no Peru é uma ameaça à soberania nacional de todos os países da América Latina e aos países vizinhos em particular, e como tal deve ser repudiada. Apoiamos a luta incessante do povo trabalhador do Peru pelo fim do governo golpista de Dina Boluarte e por uma Assembleia Constituinte Soberana que substitua o atual congresso cúmplice da violência praticada contra as manifestações populares e sindicais no país vizinho.

Todo apoio à luta do povo peruano!  
Fora Dina Boluarte e o congresso corrupto!  
Fora as tropas dos EUA do Peru

## **Moção pela readmissão dos Metalúrgicos José Parane e Eduardo Marques**

*Autoria: Gustavo de A. Galbes*

Os abaixo-assinados exigem a readmissão dos operários José Parane e Eduardo Marques, demitidos por justa causa pela Volks. Os motivos alegados são estritamente políticos e expressam claramente uma ação repressiva da multinacional alemã. Em ambos os casos a empresa se valeu do fato dos operários terem compartilhado um vídeo de internet. Parane, em abril, foi demitido por justa causa devido ser um crítico das demissões e retiradas de direitos e por ter apoiado a constituição de uma chapa de oposição nas eleições do sindicato. A direção da Volks usou um compartilhamento para ocultar a perseguição política. Marques, em agosto, teve o mesmo destino, simplesmente por ter compartilhado uma fotomontagem de crítica ao que se passava na fábrica, que se encontrava nas redes sociais. Os dois têm em comum o interesse da Volks em demitir operários lesionados. Já houve uma grande demissão coletiva. Os operários dão a vida trabalhando na multinacional e acabam sofrendo profundas sequelas em sua saúde e capacidade. A demissão por justa causa é uma punição pelo fato de Parane e Marques terem uma atitude crítica diante das más condições de trabalho e as injustiças causadas pela montadora. Os sindicatos se colocam prontamente contra as demissões em geral e contra a demissão por justa causa, que é uma arma política usada pelo patronato. A classe operária e os demais trabalhadores têm enfrentado uma verdadeira tragédia com a reforma trabalhista, a terceirização e a crescente informalidade. As demissões em massa se tornaram corriqueiras. As multinacionais aplicam constantemente os layoffs, PDVs, Banco de Horas, etc. A defesa dos dois metalúrgicos da Volks é parte de defesa da integridade física e social dos trabalhadores. Os abaixo-assinados vêm diante da Volks e dos governantes exigirem a readmissão de José Parane e Eduardo Marques.

### **Emendas - observações:**

**Parágrafo 39** - Apresentar alguma experiência de organização sindical que teve êxito em outro país (dar um exemplo) - Sindicato dos Químicos do ABC.

**Parágrafo 41** - Introduzir no texto o que é e qual a importância de uma convenção da OIT - Sindicato dos Químicos do ABC.

**Parágrafo 45** - Deixar mais nítido no texto o modelo de produção que a CUT defende - Sindicato dos Químicos do ABC.

**Parágrafo 88** - O MSI-CUT será organizado e constituído e seus eixos e suas estratégias serão construídos com um amplo debate nos estados, nos sindicatos, com os ramos que compõem o MSI-CUT. (A emenda não confere com o parágrafo, porém está contemplada na proposta da criação do macrossetor da indústria).

**Parágrafo 146** - É necessário a participação do movimento sindical na elaboração de políticas públicas. (não condiz com o parágrafo, porém a ideia já está contemplada nas resoluções)

**Parágrafo 152** - A OIT recomenda nas suas convenções que a saúde e segurança no local de trabalho é um direito fundamental no trabalho. (não condiz com o parágrafo, porém a ideia já está contemplada nas resoluções).

**Parágrafo 166** - É necessário elaborar c

## **EXPEDIENTE**

**Coordenação**  
Direção da CUT-SP

**Organização de textos**  
Secretarias da CUT-SP

**Edição final, revisão, projeto gráfico e diagramação**  
Secretarias Geral, de Comunicação, de Administração e  
Finanças e de Formação da CUT-SP

**São Paulo, agosto de 2023.**

**CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DE SÃO PAULO**  
Rua Caetano Pinto nº 575 - 2º andar - Brás - CEP 03041-000  
São Paulo - SP - Fone: (11) 2108.9200



 [sp.cut.org.br](http://sp.cut.org.br)

 [saopauloCUT](#)

 [CUTsaopaulo](#)

 [CUTsaopaulo](#)

 [CUTsaopaulo](#)

 [saopaulocut](#)